



TRF 3ª REGIÃO

PROVA COMENTADA

2025

APRESENTAÇÃO

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 19/01/2025, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para o **Tribunal Regional Federal da 3ª Região**. Assim que divulgados o caderno de provas e o gabarito preliminar oficial, nosso time de professores analisou cada uma das questões que agora serão apresentadas em nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

Desde já, destacamos que nosso time de professores identificou 3 questões passíveis de recurso e/ou que devem ser anuladas, por apresentarem duas ou nenhuma alternativa correta, como veremos adiante. No tipo de prova comentado, trata-se das questões 21, 36 e 93.

De modo complementar, elaboramos também o **TRF 3ª Região**, em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a nota de corte da 1ª fase. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estrategia.com/rankings/20494139-7cf0-4ab3-9e09-a4e3709e4ad9>

Além disso, montamos um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentar as questões da prova:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/3e980e16-8b12-4008-a1c7-06baaed42548>

Por fim, comentaremos a prova, as questões mais polêmicas, as possibilidades de recurso, bem como a estimativa da nota de corte no **TERMÔMETRO PÓS-PROVA**, no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!



Estratégia Carreira Jurídica - YouTube

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Yasmin Ushara,

Coordenação de Rodadas do Estratégia Carreiras Jurídicas.

PROVA COMENTADA –

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3.ª REGIÃO

QUESTÃO 01. Assinale a alternativa correta:

a) Conforme o Tema 1120/STF, em respeito à separação dos poderes, prevista no art. 2º da Constituição Federal, o Poder Judiciário não pode exercer o controle de constitucionalidade em relação à interpretação do sentido e do alcance de preceitos meramente regimentais das Casas Legislativas, por se tratar de matéria interna corporis.

b) Tendo em vista o art. 114, I da Constituição Federal, a Justiça Trabalhista é competente para julgar ação ajuizada por servidor celetista contra o Poder Público Federal, mesmo em se tratando de parcela de natureza administrativa, porque se trata de pleito pertinente ao contrato regido pela CLT.

c) Por força do art. 114, I e II, da Constituição Federal, a Justiça Comum, Federal ou Estadual, é competente para julgar a abusividade de greve de servidores públicos celetistas da administração pública direta, autarquias e fundações públicas.

d) Segundo o Tema 944/STF, com fundamento no art. 1º, III, art. 39, IV, art. 4º, II, IV e V, art. 59, II, XXXV e LIV, e art. 133, todos da Constituição Federal, atos ilícitos praticados por Estados estrangeiros em violação a direitos humanos, dentro do território brasileiro, gozam de imunidade de jurisdição.

e) Diante da conclusão do Tema 947/STF, organismos internacionais não têm imunidade de jurisdição por não serem equiparados a Estados estrangeiros e, por isso, podem ser demandados perante a Justiça Federal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema entendimentos jurisprudenciais diversos do STF, fixados em sede de repercussão geral.

A alternativa A está incorreta. Conforme Tema 1120 de repercussão geral do STF, fixado no julgamento do RE 1297884: “Em respeito ao princípio da separação dos poderes, previsto no art. 2º da Constituição Federal, quando não caracterizado o desrespeito às normas constitucionais, é defeso ao Poder Judiciário exercer o controle jurisdicional em relação à interpretação do sentido e do alcance de normas meramente regimentais das Casas Legislativas, por se tratar de matéria interna corporis.”

A alternativa B está incorreta. Conforme Tema 1123 de repercussão geral do STF, fixado no julgamento do RE 1288440: “1. A Justiça Comum é competente para julgar ação ajuizada por servidor celetista contra o Poder Público, em que se pleiteia parcela de natureza administrativa.”

A alternativa C está correta. Conforme Tema 544 de repercussão geral do STF, fixado no julgamento do RE 846854: “A justiça comum, federal ou estadual, é competente para julgar a abusividade de greve de servidores públicos celetistas da Administração pública direta, autarquias e fundações públicas.

A alternativa D está incorreta. Conforme Tema 944 de repercussão geral do STF, fixado no julgamento do RE 954858: “Os atos ilícitos praticados por Estados estrangeiros em violação a direitos humanos, dentro do território nacional, não gozam de imunidade de jurisdição

A alternativa E está incorreta. Conforme Tema 947 de repercussão geral do STF, fixado no julgamento do RE 1034840: “O organismo internacional que tenha garantida a imunidade de jurisdição em tratado firmado pelo Brasil e internalizado na ordem jurídica brasileira não pode ser demandado em juízo, salvo em caso de renúncia expressa a essa imunidade.”

QUESTÃO 02. Assinale a alternativa correta:

a) Diante do art. 7º, XXX, e do art. 37, caput, II e IX, ambos do corpo permanente da Constituição Federal, bem como do art. 10, II, "b" do ADCT, a trabalhadora gestante tem direito ao gozo de licença-maternidade e à estabilidade provisória, independentemente do regime jurídico aplicável, se contratual ou administrativo, ainda que ocupe cargo em comissão, exceto se contratada por tempo determinado (pacta sunt servanda).

b) Nos moldes do art. 37, X e § 6º, da Constituição Federal, gera direito subjetivo a indenização o não encaminhamento de projeto de lei de revisão anual dos vencimentos dos servidores públicos, sob pena da violação à irredutibilidade de salários.

c) Segundo o Tema 1072 do STF, em união homoafetiva, terá direito à licença-maternidade apenas a mãe servidora ou trabalhadora gestante. A companheira não gestante fará jus à licença pelo período equivalente ao da licença-paternidade.

d) Dado ao sentido e alcance do art. 37, § 5º, da Constituição Federal, é imprescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil.

e) Em vista do Tema 940/STF, ao teor do disposto no art. 37, § 6º, da Constituição Federal, a ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, sendo parte ilegítima para a ação o autor do ato, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema entendimentos jurisprudenciais diversos do STF, fixados em sede de repercussão geral.

A alternativa A está incorreta. Conforme Tema 542 de repercussão geral do STF, fixado no julgamento do RE 842844: “A trabalhadora gestante tem direito ao gozo de licença-maternidade e à estabilidade provisória,

independentemente do regime jurídico aplicável, se contratual ou administrativo, ainda que ocupe cargo em comissão ou seja contratada por tempo determinado.”

A alternativa B está incorreta. Conforme Tema 19 de repercussão geral do STF, fixado no julgamento do RE 565089: “O não encaminhamento de projeto de lei de revisão anual dos vencimentos dos servidores públicos, previsto no inciso X do art. 37 da CF/1988, não gera direito subjetivo a indenização. Deve o Poder Executivo, no entanto, se pronunciar, de forma fundamentada, acerca das razões pelas quais não propôs a revisão.”

A alternativa C está incorreta. Conforme Tema 1072 de repercussão geral do STF, fixado no julgamento do RE 1211446: “A mãe servidora ou trabalhadora não gestante em união homoafetiva tem direito ao gozo de licença-maternidade. Caso a companheira tenha utilizado o benefício, fará jus à licença pelo período equivalente ao da licença-paternidade.”

A alternativa D está incorreta. Conforme Tema 666 de repercussão geral do STF, fixado no julgamento do RE 669069: “É prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil.”

A alternativa E está correta. Conforme Tema 940 de repercussão geral do STF, fixado no julgamento do RE 1027633: “A teor do disposto no art. 37, § 6º, da Constituição Federal, a ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, sendo parte ilegítima para a ação o autor do ato, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.”

QUESTÃO 03. Assinale a alternativa correta:

a) São constitucionais as disposições do parágrafo único do art. 741, do § 1º do art. 475-L, ambos do CPC/1973, bem como os correspondentes dispositivos do CPC/2015, o art. 525, § 1º, III e §§ 12 e 14, o art. 535, § 5º. Esses preceitos, buscando harmonizar a garantia da coisa julgada com o primado da Constituição Federal, agregaram ao sistema processual um mecanismo com eficácia rescisória de sentenças revestidas de vício de inconstitucionalidade qualificado, assim caracterizado nas hipóteses em que (a) a sentença exequenda esteja fundada em norma reconhecidamente inconstitucional, seja por aplicar norma inconstitucional, seja por aplicar norma em situação ou com um sentido inconstitucionais; ou (b) a sentença exequenda tenha deixado de aplicar norma reconhecidamente constitucional; e (c) desde que, em qualquer dos casos, o reconhecimento dessa constitucionalidade ou a inconstitucionalidade tenha decorrido de julgamento do STF realizado em data posterior ao trânsito em julgado da sentença exequenda.

b) O art. 17 do ADCT, no texto positivado pelo Constituinte Originário, previu que os vencimentos, a remuneração, as vantagens e os adicionais, bem como os proventos de aposentadoria que estejam sendo percebidos em desacordo com a Constituição Federal serão imediatamente reduzidos aos limites dela decorrentes, não se admitindo, neste caso, invocação de direito adquirido ou percepção de excesso a qualquer título. Por se tratar de preceito transitório e exaurível que, expressamente, excepciona o direito adquirido (cláusula pétrea e garantia permanente da segurança jurídica), o STF não estendeu a aplicação do art. 17 do ADCT para situações jurídicas acobertadas pela coisa julgada (Tema 380).

c) Segundo entendimento do STF, o art. 97 da Constituição Federal, ao subordinar o reconhecimento da inconstitucionalidade à "maioria absoluta de seus membros ou dos membros dos respectivos órgãos especiais", está se dirigindo aos tribunais indicados no art. 92 e aos respectivos órgãos especiais de que trata o art. 93, XI, todos da mesma ordem de 1988. A cláusula de reserva de plenário, portanto, não atinge Juizados Especiais Federais (art. 98, I, da ordem constitucional de 1988), os quais, pela configuração atribuída pelo legislador, não funcionam, na esfera recursal, sob regime de plenário ou de órgão especial. Mas no Tema 159, o STF decidiu que compete às Turmas Recursais o julgamento de mandado de segurança utilizado como substitutivo recursal contra decisão de Juiz Federal no exercício de jurisdição do Juizado Especial Federal.

d) De acordo com o Tema 582/STF, amparado no art. 59, LXIX e LXXII, da Constituição Federal, o mandado de segurança é a garantia constitucional adequada para a obtenção, pelo próprio contribuinte, dos dados concernentes ao pagamento de tributos constantes de sistemas informatizados de apoio à arrecadação dos órgãos da administração fazendária dos entes estatais.

e) Em vista do art. 7º, IV e VII, da Constituição Federal, é vedada a remuneração inferior ao salário-mínimo para as praças prestadoras de serviço militar inicial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema entendimentos jurisprudenciais diversos do STF, fixados em sede de repercussão geral.

A alternativa A está incorreta. Conforme Tema 360 de repercussão geral do STF, fixado no julgamento do RE 611503: "São constitucionais as disposições normativas do parágrafo único do art. 741 do CPC, do § 1º do art. 475-L, ambos do CPC/73, bem como os correspondentes dispositivos do CPC/15, o art. 525, § 1º, III e §§ 12 e 14, o art. 535, § 5º. São dispositivos que, buscando harmonizar a garantia da coisa julgada com o primado da Constituição, vieram agregar ao sistema processual brasileiro um mecanismo com eficácia rescisória de sentenças revestidas de vício de inconstitucionalidade qualificado, assim caracterizado nas hipóteses em que (a) a sentença exequenda esteja fundada em norma reconhecidamente inconstitucional, seja por aplicar norma inconstitucional, seja por aplicar norma em situação ou com um sentido inconstitucionais; ou (b) a sentença exequenda tenha deixado de aplicar norma reconhecidamente constitucional; e (c) desde que, em qualquer dos casos, o reconhecimento dessa constitucionalidade ou a inconstitucionalidade tenha decorrido de julgamento do STF realizado em data anterior ao trânsito em julgado da sentença exequenda."

A alternativa B está incorreta. Conforme Tema 380 de repercussão geral do STF, fixado no julgamento do RE 600658: "O art. 17 do ADCT alcança as situações jurídicas cobertas pela coisa julgada."

A alternativa C está correta. Conforme decidido pelo STF no bojo do ARE 792562: "O art. 97 da Constituição, ao subordinar o reconhecimento da inconstitucionalidade de preceito normativo a decisão nesse sentido da "maioria absoluta de seus membros ou dos membros dos respectivos órgãos especiais", está se dirigindo aos tribunais indicados no art. 92 e aos respectivos órgãos especiais de que trata o art. 93, XI. A referência, portanto, não atinge juizados de pequenas causas (art. 24, X) e juizados especiais (art. 98, I), os quais, pela configuração atribuída pelo legislador, não funcionam, na esfera recursal, sob regime de plenário ou de órgão especial. (ARE 792.562 AgR, rel. min. Teori Zavascki, j. 18-3-2014, 2ª T, DJE de 2-4-2014). Ademais, de acordo com o Tema 159 de repercussão geral do STF, fixado no julgamento do RE 586789: "Compete às Turmas

Recursais o julgamento de mandado de segurança utilizado como substitutivo recursal contra decisão de juiz federal no exercício de jurisdição do Juizado Especial Federal.”

A alternativa D está incorreta. Conforme Tema 582 de repercussão geral do STF, fixado no julgamento do RE 673707: “O habeas data é a garantia constitucional adequada para a obtenção, pelo próprio contribuinte, dos dados concernentes ao pagamento de tributos constantes de sistemas informatizados de apoio à arrecadação dos órgãos da administração fazendária dos entes estatais.”

A alternativa E está incorreta. Conforme Tema 15 de repercussão geral do STF, fixado no julgamento do RE 570177: “Não viola a Constituição o estabelecimento de remuneração inferior ao salário-mínimo para as praças prestadoras de serviço militar inicial.”

QUESTÃO 04. Assinale a alternativa correta:

a) Diante do Tema 858/STF, o trânsito em julgado de sentença condenatória proferida em sede de ação desapropriatória não obsta a propositura de Ação Civil Pública em defesa do patrimônio público, para discutir a dominialidade do bem expropriado, ainda que já se tenha expirado o prazo para a Ação Rescisória. Em sede de Ação de Desapropriação, os honorários sucumbenciais só serão devidos caso haja devido pagamento da indenização aos expropriados.

b) Conforme o Tema 916/STF, a contratação por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público realizada em desconformidade com os preceitos do art. 37, IX, da Constituição Federal não gera quaisquer efeitos jurídicos válidos em relação aos servidores contratados (tais como a depósitos no FGTS), com exceção do direito à percepção dos salários referentes ao período trabalhado (sob pena de enriquecimento sem causa do Estado).

c) O Ministério Público não tem legitimidade para a propositura de ação civil pública em favor de titulares de contas vinculadas ao FGTS, pois se trata de interesse individual de cada um dos trabalhadores correntistas.

d) Os índios, suas comunidades e organizações não são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, devendo ser representados ou substituídos pelo Ministério Público ou pela FUNAI.

e) Por força do art. 109, I, da Constituição Federal, compete à Justiça Federal processar e julgar mandados de segurança nos quais exista controvérsia relativa à expedição de diploma de conclusão de curso superior realizado em instituição pública federal de ensino, ao passo em que writs envolvendo instituições dos demais entes subnacionais, bem como instituições privadas de ensino superior, devem ser processados perante a Justiça Estadual.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema entendimentos jurisprudenciais diversos do STF, fixados em sede de repercussão geral.

A alternativa A está correta. Conforme Tema 858 de repercussão geral do STF, fixado no julgamento do RE 1010819: “I - O trânsito em julgado de sentença condenatória proferida em sede de ação desapropriatória não obsta a propositura de Ação Civil Pública em defesa do patrimônio público, para discutir a dominialidade do bem expropriado, ainda que já se tenha expirado o prazo para a Ação Rescisória; II - Em sede de Ação de Desapropriação, os honorários sucumbenciais só serão devidos caso haja devido pagamento da indenização aos expropriados.”

A alternativa B está incorreta. Conforme Tema 916 de repercussão geral do STF, fixado no julgamento do RE 765320: “A contratação por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público realizada em desconformidade com os preceitos do art. 37, IX, da Constituição Federal não gera quaisquer efeitos jurídicos válidos em relação aos servidores contratados, com exceção do direito à percepção dos salários referentes ao período trabalhado e, nos termos do art. 19-A da Lei 8.036/1990, ao levantamento dos depósitos efetuados no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.”

A alternativa C está incorreta. Conforme Tema 850 de repercussão geral do STF, fixado no julgamento do RE 643978: “O Ministério Público tem legitimidade para a propositura de ação civil pública em defesa de direitos sociais relacionados ao FGTS.”

A alternativa D está incorreta, pois vai de encontro ao art. 232 da CF. Vejamos: “Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.”

A alternativa E está incorreta. Conforme Tema 1154 de repercussão geral do STF, fixado no julgamento do RE 1304964: “Compete à Justiça Federal processar e julgar feitos em que se discuta controvérsia relativa à expedição de diploma de conclusão de curso superior realizado em instituição privada de ensino que integre o Sistema Federal de Ensino, mesmo que a pretensão se limite ao pagamento de indenização.”

QUESTÃO 05. Assinale a alternativa correta:

a) Segundo o Tema 529/STF, a preexistência de casamento ou de união estável de um dos conviventes, ressalvada a vedação do artigo 1.723, § 1º, do CC/2002, não impede o reconhecimento de novo vínculo referente ao mesmo período, inclusive para fins previdenciários, em virtude do pluralismo abrigado pelo ordenamento jurídico-constitucional brasileiro (art. 1º, V, da ordem de 1988).

b) Considerando o Tema 1049/STF, após a vigência da Lei nº 13.021/2014, os práticos em farmácia não podem assumir responsabilidade por drogaria, atividade que passou a ser exclusiva de técnicos em farmácia ou farmacêuticos.

c) Autarquias federais não podem ser demandadas fora de suas sedes ou em localidades que não possuem agência ou sucursal, pois a elas se aplica a regra prevista no § 2º do art. 109 da Constituição Federal.

d) Em vista do art. 5º, caput, e art. 37, caput, ambos da Constituição Federal, existe direito dos candidatos em concurso público à prova de segunda chamada nos testes de aptidão física, mesmo sem disposição editalícia, em razão de circunstâncias pessoais, de caráter fisiológico ou de força maior.

e) Em razão do art. 5º, caput, do 6º, do 37 e do 226, § 7º, todos da Constituição da República, é constitucional a remarcação do teste de aptidão física de candidata que esteja grávida à época de sua realização, independentemente da previsão expressa em edital do concurso público.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema entendimentos jurisprudenciais diversos do STF, fixados em sede de repercussão geral.

A alternativa A está incorreta. Conforme Tema 529 de repercussão geral do STF, fixado no julgamento do RE 1045273: “A preexistência de casamento ou de união estável de um dos conviventes, ressalvada a exceção do artigo 1.723, § 1º, do Código Civil, impede o reconhecimento de novo vínculo referente ao mesmo período, inclusive para fins previdenciários, em virtude da consagração do dever de fidelidade e da monogamia pelo ordenamento jurídico-constitucional brasileiro.”

A alternativa B está incorreta. A atividade é exclusiva de farmacêutico habilitado na forma da lei. Conforme Tema 1049 de repercussão geral do STF, fixado no julgamento do RE 1156197: “Surgem constitucionais os artigos 5º e 6º, inciso I, da Lei nº 13.021/2014, no que previsto ser do farmacêutico a responsabilidade técnica por drogaria.”

A alternativa C está incorreta. Conforme Tema 374 de repercussão geral do STF, fixado no julgamento do RE 627709: “A regra prevista no § 2º do art. 109 da Constituição Federal também se aplica às ações movidas em face de autarquias federais.”

A alternativa D está incorreta. Conforme Tema 335 de repercussão geral do STF, fixado no julgamento do RE 630733: “Inexiste direito dos candidatos em concurso público à prova de segunda chamada nos testes de aptidão física, salvo contrária disposição editalícia, em razão de circunstâncias pessoais, ainda que de caráter fisiológico ou de força maior, mantida a validade das provas de segunda chamada realizadas até 15/5/2013, em nome da segurança jurídica.

A alternativa E está correta. Conforme Tema 973 de repercussão geral do STF, fixado no julgamento do RE 1058333: “É constitucional a remarcação do teste de aptidão física de candidata que esteja grávida à época de sua realização, independentemente da previsão expressa em edital do concurso público.”

QUESTÃO 06. Assinale a alternativa correta:

a) Em atenção à segurança jurídica e à confiança legítima, os Tribunais de Contas estão sujeitos ao prazo de 5 anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas. Considerando o art. 37, § 5º, da Constituição Federal, é imprescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas.

b) É constitucional a promulgação, pelo Chefe do Poder Executivo, de parte incontroversa de projeto de lei que não foi vetada, antes da manifestação do Poder Legislativo pela manutenção ou pela rejeição do

veto, inexistindo vício de inconstitucionalidade dessa parte inicialmente publicada pela ausência de promulgação da derrubada dos vetos.

c) Foi recepcionada pelo art. 142, § 3º, X, da Constituição de 1988, a delegação normativa contida na expressão "nos regulamentos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica" do art. 10 da Lei 6.880/1980, razão pela qual são válidos os atos normativos infralegais que venham a definir requisitos para ingresso nas Forças Armadas (notadamente idade mínima e máxima).

d) Em razão do previsto no art. 2º da Emenda Constitucional nº 32/2001, as medidas provisórias editadas em data anterior à da publicação dessa emenda ainda continuam em vigor, salvo as revogadas explicitamente ou deliberadas definitivamente pelo Congresso Nacional. Contudo, o art. 20 da Emenda Constitucional nº 132/2023 determinou que medidas provisórias nessas condições sejam analisadas pelo Congresso Nacional em vinte e quatro meses (contados da publicação dessa nova emenda), sob pena de cessação de eficácia quando vencido esse prazo, exceto as que forem prorrogadas por ato declaratório expresso do mesmo Congresso.

e) Segundo o Tema 686/STF, há reserva de iniciativa do Chefe do Poder Executivo para edição de regras que alterem o padrão remuneratório dos servidores públicos, ao mesmo tempo em que são aceitas emendas parlamentares que impliquem aumento de despesa nesses projetos de lei, limitadas a 30% (trinta) do gasto previsto inicialmente pelo Chefe do Executivo (art. 61, § 1º, II, "a", e art. 63, I, ambos da Constituição Federal).

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema entendimentos jurisprudenciais diversos do STF, fixados em sede de repercussão geral.

A alternativa A está incorreta. A última parte da alternativa vai contra o disposto pelo Tema 899 de repercussão geral do STF, fixado no julgamento do RE 636886: "É prescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas."

A alternativa B está correta. Conforme Tema 595 de repercussão geral do STF, fixado no julgamento do RE 706103: "É constitucional a promulgação, pelo Chefe do Poder Executivo, de parte incontroversa de projeto da lei que não foi vetada, antes da manifestação do Poder Legislativo pela manutenção ou pela rejeição do veto, inexistindo vício de inconstitucionalidade dessa parte inicialmente publicada pela ausência de promulgação da derrubada dos vetos."

A alternativa C está incorreta. Conforme Tema 121 de repercussão geral do STF, fixado no julgamento do RE 600885: "Não foi recepcionada pela Constituição da República de 1988 a expressão "nos regulamentos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica" do art. 10 da Lei 6.880/1980, dado que apenas lei pode definir os requisitos para ingresso nas Forças Armadas, notadamente o requisito de idade, nos termos do art. 142, § 3º, X, da Constituição de 1988. Descabe, portanto, a regulamentação por outra espécie normativa, ainda que por delegação legal."

A alternativa D está incorreta. O art. 20 da EC 132/2023 não trata de Medidas Provisórias, vejamos: "Art. 20. Até que lei disponha sobre a matéria, a contribuição para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, criado pela Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970, de que trata o art. 239 da

Constituição Federal, permanecerá sendo cobrada na forma do art. 2º, III, da Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998, e dos demais dispositivos legais a ele referentes em vigor na data de publicação desta Emenda Constitucional.”

A alternativa E está incorreta. Conforme Tema 686 de repercussão geral do STF, fixado no julgamento do RE 745811: “I - Há reserva de iniciativa do Chefe do Poder Executivo para edição de normas que alterem o padrão remuneratório dos servidores públicos (art. 61, § 1º, II, a, da CF); II - São formalmente inconstitucionais emendas parlamentares que impliquem aumento de despesa em projeto de lei de iniciativa reservada do Chefe do Poder Executivo (art. 63, I, da CF).”

QUESTÃO 07. Assinale a alternativa correta:

a) Analisando a possibilidade de cancelamento automático da inscrição em conselho profissional em decorrência de inadimplência da anuidade, o STF concluiu pela constitucionalidade do art. 64 da Lei nº 5.194/1966, que admite esse cancelamento automático no caso de não pagamento por dois anos consecutivos, por ser inequívoca a ciência do atraso por parte do profissional ou da pessoa jurídica que deixa de cumprir suas obrigações nesse lapso de tempo.

b) Diante do previsto no art. 5º, XXXV e LV, e art. 93, IX, ambos da Constituição Federal, cuidando do problema da nova decisão que apenas transcreve a decisão recorrida, sem enfrentar as questões suscitadas nos embargos declaratórios, o STF afirmou que esses preceitos constitucionais exigem que o novo acórdão ou decisão sejam fundamentados, não bastando alegações sucintas que deixem de enfrentar, pormenorizadamente, cada uma das alegações ou provas.

c) Por força do art. 206, I, da Constituição Federal, sob pena de violação à igualdade e à concorrência nos vestibulares, é inconstitucional a previsão legal que assegure, na hipótese de transferência ex officio de servidor, a matrícula em instituição pública, se inexistir instituição congênere à de origem.

d) Em vista do art. 41, e do art. 173, § 1º, ambos da Constituição Federal, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT tem o dever jurídico de motivar, em ato formal, a demissão de seus empregados.

e) À luz do art. 205, do art. 206, I e IV, do art. 208, VII, e do art. 212, § 3º, todos da Constituição Federal, é possível a cobrança de taxa de matrícula nas universidades públicas, excetuados os estudantes que comprovem hipossuficiência de recursos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema entendimentos jurisprudenciais diversos do STF, fixados em sede de repercussão geral.

A alternativa A está incorreta. Conforme Tema 757 de repercussão geral do STF, fixado no julgamento do RE 808424: “É inconstitucional o artigo 64 da Lei nº 5.194/1966, considerada a previsão de cancelamento automático, ante a inadimplência da anuidade por dois anos consecutivos, do registro em conselho profissional, sem prévia manifestação do profissional ou da pessoa jurídica, por violar o devido processo legal.”

A alternativa B está incorreta. Conforme Tema 339 de repercussão geral do STF, fixado no julgamento do AI 791292: “O art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas.”

A alternativa C está incorreta. Conforme Tema 57 de repercussão geral do STF, fixado no julgamento do RE 601580: “É constitucional a previsão legal que assegure, na hipótese de transferência ex officio de servidor, a matrícula em instituição pública, se inexistir instituição congênere à de origem.”

A alternativa D está correta. Conforme Tema 131 de repercussão geral do STF, fixado no julgamento do RE 589998: “A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT tem o dever jurídico de motivar, em ato formal, a demissão de seus empregados.”

A alternativa E está incorreta. Conforme Tema 40 de repercussão geral do STF, fixado no julgamento do RE 500171: “A cobrança de taxa de matrícula nas universidades públicas viola o disposto no art. 206, IV, da Constituição Federal.” Por sua vez, o art. 206, IV, da CF, assim determina: “Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;”.

QUESTÃO 08. Assinale a alternativa correta:

a) Os pagamentos devidos, em razão de pronunciamento judicial, pelos conselhos de fiscalização profissional (autarquias federais), submetem-se ao regime de precatórios, à luz do art. 100 da Constituição Federal.

b) A execução de créditos individuais e divisíveis decorrentes de título judicial coletivo, promovida por substituto processual, não caracteriza o fracionamento de precatório vedado pelo § 8º do art. 100 da Constituição Federal.

c) Sociedades de economia mista que desenvolvem atividade econômica em regime concorrencial se beneficiam do regime de precatórios, previsto no art. 100 da Constituição da República, pois essas empresas são instrumentos de regulação econômica estatal.

d) A expropriação prevista no art. 243 da Constituição Federal não pode ser afastada, mesmo que o proprietário comprove que não incorreu em culpa (ainda que "in vigilando" ou "in eligendo"), pois é objetiva a responsabilidade pelo cultivo ilegal de plantas psicotrópicas.

e) Considerando o art. 5º, o art. 109, I, e o art. 173, § 1º, II, todos da Constituição Federal, compete à Justiça Federal comum processar e julgar mandado de segurança quando a autoridade apontada como coatora for autoridade federal, não se considerando como tal os dirigentes de pessoa jurídica de direito privado, mesmo que investidos de delegação concedida pela União.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema entendimentos jurisprudenciais diversos do STF, fixados em sede de repercussão geral.

A alternativa A está incorreta. Conforme Tema 877 de repercussão geral do STF, fixado no julgamento do RE 938837: “Os pagamentos devidos, em razão de pronunciamento judicial, pelos Conselhos de Fiscalização não se submetem ao regime de precatórios.”

A alternativa B está incorreta. Conforme Tema 1317 de repercussão geral do STF, fixado no julgamento do ARE 1491569: “A execução de créditos individuais e divisíveis decorrentes de título judicial coletivo, promovida por substituto processual, não caracteriza o fracionamento de precatório vedado pelo § 8º do art. 100 da Constituição.”

A alternativa C está incorreta. Conforme Tema 253 de repercussão geral do STF, fixado no julgamento do RE 599628: “Sociedades de economia mista que desenvolvem atividade econômica em regime concorrencial não se beneficiam do regime de precatórios, previsto no art. 100 da Constituição da República.”

A alternativa D está incorreta. Conforme Tema 399 de repercussão geral do STF, fixado no julgamento do RE 635336: “A expropriação prevista no art. 243 da Constituição Federal pode ser afastada, desde que o proprietário comprove que não incorreu em culpa, ainda que "in vigilando" ou "in eligendo".”

A alternativa E está correta. Conforme Tema 722 de repercussão geral do STF, fixado no julgamento do RE 726035: “Compete à justiça federal comum processar e julgar mandado de segurança quando a autoridade apontada como coatora for autoridade federal, considerando-se como tal também os dirigentes de pessoa jurídica de direito privado investidos de delegação concedida pela União.”

QUESTÃO 09. Assinale a alternativa correta. São Princípios da Previdência Social:

a) Cálculo dos benefícios considerando-se os salários de contribuição corrigidos monetariamente; economicidade; irredutibilidade do valor dos benefícios de forma a preservar-lhes o poder aquisitivo.

b) Previdência complementar facultativa, custeada por contribuição adicional; caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação do governo e da comunidade, em especial de trabalhadores em atividade, representantes das empresas, empregadores e aposentados.

c) Previdência complementar facultativa, custeada, ou não, por contribuição adicional; irredutibilidade do valor dos benefícios de forma a preservar-lhes o poder aquisitivo; universalidade e uniformidade de participação nos planos previdenciários.

d) Universalidade de participação nos planos previdenciários; uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; seletividade e distributividade na prestação dos benefícios.

e) Uniformidade, universalidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; cálculo dos benefícios considerando-se os salários-de-contribuição corrigidos monetariamente pela taxa Selic.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre os princípios da Previdência Social.

A alternativa A está incorreta. Dentre os princípios norteadores da previdência social, a economicidade não está dentre estes.

A alternativa B está incorreta. O artigo 202 da Constituição Federal aborda a previdência complementar, destacando a facultatividade e o custeio por contribuição adicional. No entanto, não menciona diretamente o caráter democrático e descentralizado na gestão.

A alternativa C está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, não reflete a organização das normas constitucionais, conforme o art. 194 da CF.

A alternativa D está correta. Essa alternativa reflete os principais princípios da Previdência Social conforme estabelecido na Constituição Federal, em seu artigo 194.

A alternativa E está incorreta. Na verdade, essa correção é realizada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), conforme a legislação vigente.

QUESTÃO 10. Assinale a alternativa correta:

a) São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas, como empregado, o brasileiro civil que trabalha para a União, no exterior, em organismos oficiais brasileiros ou internacionais dos quais o Brasil seja membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo se segurado na forma da legislação vigente do país do domicílio.

b) O servidor civil ocupante de cargo efetivo ou o militar da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, bem como o das respectivas autarquias e fundações, são excluídos do Regime Geral de Previdência Social consubstanciado na Lei nº 8.213/1991, desde que não amparados por regime próprio de previdência social.

c) São beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado, o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor e maior de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave.

d) Será excluído definitivamente da condição de dependente quem tiver sido condenado criminalmente por sentença com trânsito em julgado, como autor, coautor ou partícipe de homicídio doloso ou culposo, ou de tentativa desse crime, cometido contra a pessoa do segurado, ressalvados os absolutamente incapazes e os imputáveis.

e) Nos períodos destinados a refeição ou descanso, ou por ocasião da satisfação de outras necessidades fisiológicas, no local do trabalho ou durante este, o empregado não é considerado no exercício do trabalho.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre os segurados obrigatórios da Previdência Social.

A alternativa A está correta, sendo essa alternativa refletindo o disposto no art. 12, §§1º e 2º da Lei n.º 8.213/1991, vejamos: “Art. 12. O servidor civil ocupante de cargo efetivo ou o militar da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, bem como o das respectivas autarquias e fundações, são excluídos do Regime Geral de Previdência Social consubstanciado nesta Lei, desde que amparados por regime próprio de previdência social. §1º Caso o servidor ou o militar venham a exercer, concomitantemente, uma ou mais atividades abrangidas pelo Regime Geral de Previdência Social, tornar-se-ão segurados obrigatórios em relação a essas atividades. §2º Caso o servidor ou o militar, amparados por regime próprio de previdência social, sejam requisitados para outro órgão ou entidade cujo regime previdenciário não permita a filiação, nessa condição, permanecerão vinculados ao regime de origem, obedecendo as regras que cada ente estabeleça acerca de sua contribuição.”

Alternativa B está incorreta. Se não há regime próprio, eles são incluídos no RGPS, conforme arts 12 da Lei n.º 8.213/1991.

Alternativa C está incorreta. A Lei n.º 8.213/1991, em seu art. 16, I, estabelece que esses são dependentes dos segurados do RGPS. Aqui há uma pegadinha, apenas filho MENOR de 21 anos, ou seja, não incluindo filho maior de 21 anos, como afirma a alternativa.

A alternativa D está incorreta. A exclusão definitiva ocorre apenas em casos de homicídio doloso (não culposo), ou tentativa, sem ressaltar os absolutamente incapazes e os inimputáveis, consoante o art. 16, § 7º da Lei n.º 8.213/1991.

A alternativa E está incorreta. De acordo com o art. 21, inciso IV, caput e "d" da Lei n.º 8.213/1991, o empregado é considerado em exercício de trabalho mesmo durante reposição de necessidades fisiológicas, no local de trabalho ou durante este período.

QUESTÃO 11. Assinale a alternativa correta:

a) Na hipótese de perda da qualidade de segurado, para fins da concessão dos benefícios de auxílio-doença, de aposentadoria por invalidez, de salário-maternidade e de auxílio-reclusão, o segurado deverá contar, a partir da data da nova filiação à Previdência Social, com um terço dos períodos previstos nos incisos I, III e IV do caput do art. 25 da Lei nº 8.213/1991.

b) A doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social nunca lhe conferirá direito à aposentadoria por invalidez.

c) Período de carência é o número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício, consideradas a partir do transcurso do primeiro dia dos meses de suas competências.

d) A aposentadoria por tempo de serviço será devida, cumprida a carência exigida pela Lei nº 8.213/1991, ao segurado que completar 30 (trinta) anos de serviço, se do sexo feminino, ou 35 (trinta e cinco) anos, se do sexo masculino.

e) A aposentadoria especial será devida, uma vez cumprida a carência exigida pela Lei nº 8.213/1991, ao segurado que tiver trabalhado sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante 20 (vinte), 25 (vinte e cinco) ou 30 (trinta) anos, conforme dispuser a lei.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre o período de carência, dentre outros temas.

A alternativa A está incorreta. A exigência para a concessão dos benefícios mencionados não é de um terço dos períodos previstos, mas sim dos períodos completos de carência.

A alternativa B está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, consoante a Lei nº 8.213/1991, uma doença ou lesão preexistente pode, sim, dar direito à aposentadoria por invalidez, desde que o agravamento dessa condição tenha ocorrido durante o período de filiação ao Regime Geral de Previdência Social.

A alternativa C está correta. Esta definição está de acordo com o conceito de período de carência previsto na legislação (Lei nº 8.213/1991).

A alternativa D está incorreta. A aposentadoria por tempo de serviço, conforme a Lei nº 8.213/1991, não existe atualmente. Este benefício foi substituído pela aposentadoria por tempo de contribuição.

A alternativa E está incorreta. Embora a definição de aposentadoria especial esteja correta, a exigência de tempo de serviço especial específico (20, 25, ou 30 anos) não depende diretamente da lei mencionada, mas sim das condições específicas de trabalho.

QUESTÃO 12. Assinale a alternativa correta:

a) A empresa deverá elaborar e manter atualizado perfil profissiográfico abrangendo as atividades desenvolvidas pelo trabalhador e fornecer a este, antes da rescisão do contrato de trabalho, cópia autêntica desse documento.

b) O segurado recluso em cumprimento de pena em regime aberto ou semiaberto não terá direito ao auxílio-doença.

c) Ao segurado ou segurada da Previdência Social que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança é devido salário-maternidade pelo período de 130 (cento e trinta) dias.

d) Perde o direito à pensão por morte o cônjuge, o companheiro ou a companheira se comprovada, em cinco anos, simulação ou fraude no casamento ou na união estável, ou a formalização desses com o fim exclusivo de constituir benefício previdenciário, apuradas em processo judicial no qual será assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

e) O segurado em gozo de auxílio-doença, insuscetível de recuperação para sua atividade habitual, deverá submeter-se a processo de reabilitação profissional para o exercício de outra atividade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre reabilitação profissional, dentre outros temas.

A alternativa A está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, não há exigência legal de que a cópia do PPP seja fornecida antes da rescisão do contrato de trabalho.

A alternativa B está incorreta. Conforme o art. 59, § 8º da Lei nº 8.213/91, o segurado recluso em regime aberto ou semiaberto pode ter direito ao auxílio-doença, caso cumpra os requisitos necessários.

A alternativa C está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, o período não é de 130 dias, conforme o artigo 71-A da Lei 8.213/91.

A alternativa D está incorreta. De fato a fraude no casamento ou na união estável pode resultar na perda do direito à pensão por morte. No entanto, a legislação não especifica um prazo de cinco anos para a perda do direito.

A alternativa E está correta. O segurado em gozo de auxílio-doença que não possa recuperar a capacidade para sua atividade habitual deve ser encaminhado para a reabilitação profissional (art. 62 da Lei 8.213/91).

QUESTÃO 13. Antônio requereu benefício de aposentadoria por tempo de contribuição. Foi decidido em 07 anos, contados do requerimento administrativo. Neste caso, assinale a alternativa correta:

a) Há prescrição porque o prazo de prescrição não fica suspenso pela formulação de requerimento administrativo e volta a correr pelo saldo remanescente após a ciência da decisão administrativa final.

b) Não há prescrição na medida em que o prazo fica suspenso pela formulação de requerimento administrativo e volta a correr pelo saldo remanescente após a ciência da decisão administrativa final.

c) Há decadência de cinco anos, a partir do requerimento administrativo.

d) Há decadência e prescrição concomitantes.

e) Há interrupção da prescrição

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre aposentadoria por tempo de contribuição, mais especificamente, o requerimento administrativo.

A alternativa B está correta. A questão é respondida pela a Súmula 74 do CJF, que estabelece que o prazo prescricional para pleitear benefícios previdenciários é suspenso a partir do pedido administrativo até a decisão final.

Portanto, as demais alternativas estão incorretas, pois o prazo fica suspenso pela formulação do requerimento administrativo e volta a correr após a ciência da decisão administrativa final.

QUESTÃO 14. Sobre a pensão por morte, assinale a alternativa correta:

a) Será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data do óbito, quando requerida em até 180 (cento e oitenta) dias após o óbito, para os filhos menores de 16 (dezesesseis) anos, ou em até 90 (noventa) dias após o óbito, para os demais dependentes.

b) Será devida 30 (trinta) dias após a decisão judicial, no caso de morte presumida.

c) Será perdida pelo cônjuge, o companheiro ou a companheira se comprovada, a qualquer tempo, simulação ou fraude no casamento ou na união estável, ou a formalização desses com o fim exclusivo de constituir benefício previdenciário, apuradas em processo administrativo ou judicial no qual será assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

d) Havendo mais de um pensionista, será rateada entre todos em partes proporcionais.

e) Será devida a partir do requerimento, quando requerida 60 (sessenta) dias após o óbito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre pensão por morte.

A alternativa A está correta. De acordo com o artigo 74, I, da Lei 8.213/91, a pensão por morte é devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data do óbito, desde que requerida no prazo de 180 dias para os dependentes menores de 16 anos e 90 dias para os demais dependentes.

A alternativa B está incorreta. No caso de morte presumida, a pensão por morte será devida a partir da data da decisão judicial que declarar a ausência, conforme o entendimento jurisprudencial pacífico nesse sentido.

A alternativa C está incorreta. A legislação específica que a perda do direito depende de apuração em processo judicial, não necessariamente mencionando processo administrativo.

A alternativa D está incorreta. A pensão é rateada em partes iguais entre os dependentes habilitados, não em partes proporcionais, conforme o art. 77 da Lei 8.213/91.

A alternativa E está incorreta. Se o requerimento for feito após os prazos de 180 ou 90 dias, a pensão é devida a partir da data do requerimento, de acordo com o artigo 74, I, da Lei 8.213/91.

QUESTÃO 15. Maria Fernanda é viúva de Antônio Pedro. Soube, por sua vizinha, no ano de 2020, de uma revisão de Direito Previdenciário, importante forma de melhorar a renda mensal inicial de sua pensão por

morte. O marido de Maria Fernanda faleceu em 2017. Estava aposentado por tempo de contribuição desde 2000. Há direito a Maria Fernanda de requerer a revisão do benefício previdenciário de seu marido no ano de 2020? Assinale a alternativa correta:

- a) Sim, sendo Maria Fernanda pensionista, há legitimidade para pleitear, por direito próprio, a revisão do benefício derivado pensão por morte.
- b) Maria Fernanda não tem legitimidade para pleitear a revisão da pensão porque ninguém pode pleitear, em nome próprio, direito alheio.
- c) Maria Fernanda não tem legitimidade ativa para pleitear a revisão da pensão porque o direito foi alcançado pela decadência.
- d) Maria Fernanda não tem legitimidade ativa para pleitear a revisão da pensão por injunção da ocorrência da prescrição.
- e) Maria Fernanda tem legitimidade para pleitear a revisão da pensão porque o prazo decadencial incide a partir da concessão de seu benefício de pensão.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre o requerimento da pensão por morte.

A alternativa E está correta. Consoante o art. 103 da Lei 8.213/91, o prazo decadencial de 10 anos para revisão do benefício é contado a partir da concessão da pensão por morte, e não da aposentadoria do segurado falecido.

As demais alternativas estão incorretas, pois a pensão por morte de Maria Fernanda inicia seu próprio prazo decadencial, dando-lhe legitimidade para requerer a revisão a partir da concessão do benefício.

QUESTÃO 16. Sobre a condição de segurado especial, assinale a alternativa correta:

- a) É pescador artesanal ou a este assemelhado que faça da pesca profissão habitual ou principal meio de vida, bem como pessoa quem presta, a diversas empresas, sem vínculo empregatício, serviço de natureza urbana ou rural definidos no Regulamento.
- b) Pode participar de plano de previdência complementar instituído por entidade classista a que seja associado em razão da condição de trabalhador rural ou de produtor rural em regime de economia familiar.
- c) Pode sê-lo o membro de grupo familiar que possuir outra fonte de rendimento em período superior a 120 dias.
- d) Não pode utilizar terceiros em sua atividade.

e) Pode explorar atividade turística da propriedade rural, inclusive com hospedagem, por não mais de 140 (cento e quarenta) dias ao ano.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre segurado especial.

A alternativa A está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, o segurado especial não abrange pessoas que prestem serviços a diversas empresas sem vínculo empregatício (art. 11, VII, da Lei 8.213/91).

A alternativa B está correta. O segurado especial, como trabalhador rural ou produtor rural em regime de economia familiar, pode participar de planos de previdência complementar instituídos por suas entidades classistas, conforme disposição da Lei Complementar nº 109/2001.

A alternativa C está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, o segurado especial pode ter outra fonte de rendimento, mas com algumas limitações específicas.

A alternativa D está incorreta. O segurado especial pode sim utilizar terceiros na sua atividade. A Lei 8.213/91 não proíbe completamente essa prática.

A alternativa E está incorreta. Nos termos do art. 11, §8, II da Lei 8.213/91, o segurado especial pode explorar atividade turística na propriedade rural, mas existem condicionantes específicas que não se aplicam somente ao número de dias mencionados.

QUESTÃO 17. Considerando a legislação vigente sobre a Assistência Social, assinale a alternativa correta:

a) Os benefícios Bolsa Família, Farmácia Popular, Criança Feliz, Auxílio-Inclusão e Benefício ao Trabalhador Portuário (Lei nº 9.719/1998) têm natureza assistencial e não podem ser acumulados com outros benefícios previdenciários e assistenciais, salvo os da assistência médica ou as pensões especiais de natureza indenizatória.

b) O benefício de prestação continuada é personalíssimo, devido aos brasileiros natos e naturalizados, não sendo devido aos estrangeiros, com exceção dos portugueses (em razão do Acordo de Seguridade Social firmado entre Brasil e Portugal (Decreto nº 8.805/2006), em respeito ao princípio constitucional que assegura o equilíbrio financeiro e atuarial da seguridade social.

c) Para fins de cálculo da renda per capita, deve ser computado o valor recebido pela pessoa com deficiência na condição de aprendiz e em razão de estágio supervisionado.

d) O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é descentralizado, participativo e financiado pelos três entes federativos, voltado especificamente para a operacionalização, prestação, aprimoramento e viabilização dos serviços, programas, projetos e benefícios do sistema.

e) O valor do auxílio-inclusão percebido por um membro da família será considerado no cálculo da renda familiar per capita, para fins de concessão e manutenção de outro auxílio-inclusão a pessoa do mesmo grupo familiar.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. Conforme a Lei 8.742/93, esta estabelece que os benefícios assistenciais podem ter regras específicas sobre acúmulo.

A alternativa B está incorreta. O BPC é devido a brasileiros natos, naturalizados e estrangeiros residentes no Brasil há mais de 10 anos.

A alternativa C está incorreta. Os valores recebidos como aprendiz e estágio supervisionado não são computados para o cálculo da renda familiar per capita (art. 20 da Lei n.8.742/1993).

A alternativa D está correta. A alternativa está em consonância com o artigo 6º-B da Lei 8.742/93 (LOAS).

A alternativa E está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, o auxílio-inclusão não será considerado no cálculo da renda familiar per capita para benefícios assistenciais.

QUESTÃO 18 Assinale a alternativa correta:

a) A União Federal e o Instituto Nacional do Seguro Social têm legitimidade para figurar no polo passivo das ações em que se postulam tratamentos médicos na Justiça Federal.

b) De acordo com o Enunciado 2, aprovado na I Jornada de Direito da Saúde (2024), realizada pelo Conselho da Justiça Federal, nas ações que pleiteiam o fornecimento de medicamentos incorporados pelo Sistema Único de Saúde não é necessário o prévio requerimento administrativo, exigido tão somente nas ações de natureza previdenciária.

c) Estabelece a Lei nº 8.080/1990 que são subsistemas do Sistema Único de Saúde (SUS) o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, o Subsistema de Atendimento e Internação Domiciliar e o Subsistema de Acompanhamento à Mulher nos serviços de saúde.

d) Constitui atribuição da CONITEC (Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias) elaborar, entre outros, pareceres técnicos Nat-Jus, a fim de auxiliar os magistrados na tomada de decisões (Lei nº 12.401/2011).

e) Não é admissível a tramitação das ações relativas à saúde nos Juizados Especiais Federais, em razão da complexidade e da necessidade de prova pericial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Nas ações em que se postulam tratamentos médicos, a União pode ser parte passiva, mas geralmente não o INSS, que é responsável por questões previdenciárias (art. 109, I, da Constituição Federal).

A alternativa B está incorreta. Conforme o entendimento sobre a necessidade de prévio requerimento administrativo, é pacificada a exigência dessa formalidade, principalmente devido à sua relevância para a organização administrativa.

A alternativa C está incorreta. A Lei nº 8.080/1990, que regulamenta o SUS, menciona diversos subsistemas para garantir atenção integral e específica a diferentes populações e necessidades de saúde, incluindo a atenção à saúde indígena, atendimentos domiciliares e acompanhamento à saúde da mulher.

A alternativa D está incorreta. A CONITEC tem a função de emitir pareceres técnicos para a incorporação, exclusão ou alteração de tecnologias no SUS, conforme a Lei nº 12.401/2011, mas não sobre pareceres específicos chamados “Nat-Jus”, que são elaborados por núcleos especializados.

A alternativa E está incorreta. A Lei nº 10.259/2001, que institui os Juizados Especiais Federais, permite a tramitação de ações de saúde, desde que cumpram os critérios de competência dos Juizados, inclusive com provas periciais simplificadas.

QUESTÃO 19. Assinale a alternativa correta. Em um posto de abastecimento às margens de rodovia, ao abastecer a viatura, policiais rodoviários conseguiram avistar um motorista que saiu cambaleante da lanchonete, ligou seu veículo e o conduziu pela rodovia, até que os policiais conseguiram alcançá-lo, dando ordem de parada, a 2 km da saída do posto. Ao indagarem seus dados, ele disse se chamar Quinto Petílio, não apresentando nenhum documento, alegando portá-los em seu celular, que se encontrava descarregado. Percebendo estar o banco traseiro mais alto que o normal, com cobertor de mesma cor do estofado, os policiais encontraram ocultos 690 maços de cigarros paraguaios, sem autorização do órgão competente. No posto policial, os policiais conseguiram identificar que o motorista se tratava, na verdade, de Licínio Muciano, o qual detinha condenação anterior por embriaguez ao volante. Em teste de etilômetro, constatou-se volume de álcool por litro de ar expelido significativamente superior ao permitido. Segundo a atual jurisprudência consolidada do STJ, o motorista poderá responder:

a) Pelos crimes de descaminho, embriaguez ao volante e falsa identidade.

b) Pelos crimes de contrabando, embriaguez ao volante e falsa identidade.

c) Pelo crime de embriaguez ao volante, estando a falsa identidade abrangida no direito de autodefesa e o fato relativo aos cigarros irrelevante penal.

d) Pelos crimes de embriaguez ao volante e falsa identidade, sendo o fato relativo aos cigarros irrelevante penal.

e) Pelos crimes de descaminho e embriaguez, estando a falsa identidade abrangida no direito de autodefesa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre os crimes de embriaguez ao volante (art. 306 do CTB), falsa identidade (art. 307 do CP) e o transporte de cigarros paraguaios, que pode configurar contrabando (art. 334-A do CP) ou descaminho (art. 334 do CP).

A alternativa A está incorreta. Pois há erro na classificação do transporte de cigarros paraguaios como descaminho. O art. 334 do Código Penal trata do descaminho, que ocorre quando há sonegação de tributos em mercadorias cuja importação ou exportação é permitida. No entanto, o transporte de cigarros paraguaios caracteriza contrabando, conforme o art. 334-A do Código Penal, já que a importação dessa mercadoria é proibida. A embriaguez ao volante está corretamente mencionada, uma vez que foi constatada alteração da capacidade psicomotora do motorista por meio de teste de etilômetro (art. 306 do CTB). Além disso, a falsa identidade está corretamente identificada, já que o motorista forneceu um nome falso com dolo de enganar os policiais, configurando o crime do art. 307 do Código Penal, que é penalmente relevante, conforme a jurisprudência consolidada do STJ e do STF.

A alternativa B está incorreta. Embora a alternativa acerte ao classificar o transporte de cigarros paraguaios como contrabando, nos termos do art. 334-A do Código Penal. O crime de embriaguez ao volante também está corretamente indicado, com base no art. 306 do CTB, pois o teste de etilômetro comprovou o consumo de álcool em nível superior ao permitido. A falsa identidade também está configurada, já que o motorista forneceu um nome falso com a intenção de ocultar sua identidade, o que caracteriza o crime previsto no art. 307 do Código Penal. Contudo, a alternativa erra ao desconsiderar a aplicação do princípio da insignificância, admitido pelo STJ no Tema 1.143, que prevê a irrelevância penal do contrabando de até mil maços de cigarros, salvo reiteração criminosa. Como o enunciado não menciona reincidência ou habitualidade criminosa e não indica uma quantidade superior a mil maços, o transporte de cigarros deve ser tratado como irrelevante penalmente, o que torna a alternativa incorreta.

A alternativa C está incorreta. Pois erra ao afirmar que a falsa identidade está abrangida pelo direito de autodefesa. A jurisprudência do STJ e do STF é pacífica ao afirmar que fornecer nome falso a agentes públicos configura o crime do art. 307 do Código Penal, sendo penalmente relevante mesmo quando o objetivo é evitar autoincriminação. O direito à autodefesa não autoriza a prática de crimes, salvo em hipóteses excepcionais, que não se aplicam aqui. A embriaguez ao volante está corretamente indicada, uma vez que houve constatação de alteração da capacidade psicomotora (art. 306 do CTB). Por fim, o transporte de cigarros paraguaios pode ser considerado irrelevante penalmente, conforme o Tema 1.143 do STJ, já que a quantidade não ultrapassa mil maços e não há indícios de reiteração criminosa.

A alternativa D está correta. O crime de embriaguez ao volante está configurado com base no art. 306 do CTB, pois o motorista apresentava alteração da capacidade psicomotora, comprovada pelo teste de etilômetro, ao conduzir veículo automotor. A falsa identidade também está configurada, uma vez que o motorista forneceu nome falso aos policiais com dolo de enganá-los, o que caracteriza o crime previsto no art. 307 do Código Penal. O entendimento consolidado do STJ e do STF afirma que a falsa identidade não é atípica, mesmo quando praticada com o objetivo de evitar autoincriminação, sendo penalmente relevante. Quanto ao transporte de cigarros, o Tema 1.143 do STJ estabelece que o princípio da insignificância é

aplicável em apreensões de até mil maços, salvo reiteração criminosa. Como o enunciado não menciona reincidência ou habitualidade e não há indicação de que a quantidade ultrapassou mil maços, o fato é considerado irrelevante penalmente, alinhando-se à decisão do STJ.

A alternativa E está incorreta. Pois o transporte de cigarros paraguaios configura contrabando, nos termos do art. 334-A do Código Penal, e não descaminho. Descaminho (art. 334 do CP) refere-se à sonegação de tributos em mercadorias cuja entrada no Brasil é permitida, o que não se aplica aos cigarros paraguaios, cuja importação é proibida. A embriaguez ao volante está corretamente indicada, mas a falsa identidade não está protegida pelo direito de autodefesa, sendo penalmente relevante conforme o art. 307 do Código Penal e a jurisprudência do STJ e STF.

QUESTÃO 20. Assinale a alternativa correta. Terêncio obteve financiamento para a compra de veículo automotor, mediante fraude, perante banco privado. Segundo a lei e a jurisprudência do STJ, Terêncio poderá responder por:

- a) Irrelevante penal.
- b) Crime de estelionato simples.
- c) Crime de estelionato qualificado.
- d) Crime de apropriação indébita por erro.
- e) Crime contra o sistema financeiro nacional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre o crime de estelionato (art. 171 do CP), apropriação indébita (art. 168 do CP) e crime contra o sistema financeiro nacional (art. 19 da Lei nº 7.492/86), além da verificação de eventual irrelevância penal.

A alternativa A está incorreta. A conduta de fraude para obtenção de financiamento bancário jamais pode ser considerada irrelevante penal, pois se trata de uma infração grave que atinge diretamente o patrimônio da instituição financeira e a regularidade das operações do sistema financeiro nacional. A legislação e a jurisprudência brasileira tratam fraudes em financiamentos como crimes que merecem repressão severa, seja no âmbito do Código Penal, seja na legislação especial (Lei nº 7.492/86).

A alternativa B está incorreta. O crime de estelionato simples está previsto no art. 171 do Código Penal e ocorre quando o agente utiliza de fraude para induzir a vítima em erro, obtendo vantagem ilícita em prejuízo patrimonial. Embora a fraude esteja presente na obtenção do financiamento, a jurisprudência do STJ e a Lei nº 7.492/86 estabelecem que fraudes relacionadas a operações financeiras são tipificadas de forma específica no art. 19 da Lei nº 7.492/86, que trata de crimes contra o sistema financeiro nacional. Assim, o enquadramento como estelionato é afastado pela aplicação da norma especial, tornando a alternativa incorreta.

A alternativa C está incorreta. O estelionato qualificado, previsto no art. 171, § 3º, do Código Penal, ocorre quando a vítima é a Administração Pública, o que não é o caso na situação apresentada. Aqui, o financiamento foi obtido mediante fraude contra um banco privado, não havendo qualquer envolvimento direto da Administração Pública. Além disso, a Lei nº 7.492/86 regula especificamente as fraudes em operações financeiras, incluindo financiamentos bancários, o que exclui a aplicação do estelionato, seja simples ou qualificado.

A alternativa D está incorreta. A apropriação indébita ocorre quando o agente se apropria de algo que recebeu licitamente por erro, confiança ou obrigação de devolução (art. 168 do Código Penal). No caso descrito, não houve apropriação de bem recebido por erro, mas sim uma fraude ativa praticada pelo agente para obter o financiamento. A conduta não se enquadra nos elementos típicos da apropriação indébita, pois o financiamento foi concedido em razão de uma fraude dolosa prévia.

A alternativa E está correta. O art. 19 da Lei nº 7.492/86 prevê o crime de fraude para obtenção de financiamento em instituição financeira, tipificando-o como infração contra o sistema financeiro nacional. A conduta de Terêncio se enquadra perfeitamente nesse dispositivo, pois ele utilizou fraude para obter um financiamento bancário destinado à compra de veículo automotor. Além disso, o STJ consolidou o entendimento de que casos como este devem ser julgados pela Justiça Federal, por tratarem de crimes contra o sistema financeiro (STJ 6ª Turma. AgRg no REsp 1806106/SP, Rel. Min. Antônio Saldanha Palheiro, julgado em 27/08/2019).

QUESTÃO 21. Assinale a alternativa correta. Querendo se aposentar, em 2008, Catão contrata o despachante Lucrécio, o qual lhe esclarece que faltava tempo de serviço para tal benefício. Dias depois, Lucrécio liga para Catão, propondo que, por um valor extra, solicitaria a Plauto, dirigente sindical, que elaborasse uma declaração falsa de exercício de atividade rural, tendo a concordância de Catão. Após obter o documento, Lucrécio requereu o benefício ao INSS, concedido a Catão naquele mesmo ano. Em 2020, o INSS descobriu a fraude e suspendeu o benefício. Catão tem hoje 71 anos, Plauto tem 55 anos e Lucrécio faleceu. (Sabe-se que a pena privativa de liberdade do estelionato é de 1 a 5 anos; que a causa de aumento do art. 171, § 3º é de 1/3). Considerando a teoria binária do estelionato previdenciário, ao decidir sobre recebimento de denúncia, o juiz deverá reconhecer que:

- a) Os crimes de Plauto e Catão estão prescritos.
- b) Apenas o crime de Catão está prescrito.
- c) Apenas o crime de Plauto está prescrito.
- d) O crime de Plauto e os crimes referentes às parcelas mais antigas de Catão estão prescritos.
- e) Nenhum dos crimes está prescrito.

Comentários

A banca apresentou como alternativa correta a **letra C**; contudo, na visão do professor, caberia recurso, pois a **letra E** também poderia ser considerada correta. A questão trata sobre prescrição e a teoria binária do crime de estelionato previdenciário.

Recurso do professor: Trata-se de questão que versa sobre prescrição e a teoria binária do estelionato previdenciário, segundo a qual o STJ e o STF possuem o seguinte entendimento: a) Para aquele que comete a fraude contra a Previdência e não se torna beneficiário da aposentadoria: o crime é instantâneo, ainda que de efeitos permanentes. b) Para o beneficiário: o delito continua sendo permanente, consumando-se com a cessação da permanência (ou seja, a cessação da obtenção da vantagem ilícita). O prazo prescricional de Plauto iniciou em 2008, enquanto o prazo prescricional de Catão se iniciou somente no último pagamento, em 2020. Pelos cálculos (art. 109, CP), o prazo prescricional é de 12 anos, tendo em vista o prazo do crime de estelionato previdenciário (Art. 171. § 3º, CP). Dessa forma, o prazo prescricional de Plauto se encerraria em 2020. No entanto, a questão não deixa claro as datas específicas, somente o ano, deixando em aberto se referido prazo prescricional estaria sido esgotado ou não, havendo dois gabaritos possíveis: letras C e E, merecendo a anulação da questão. Portanto, considerando as razões acima, as alternativas C e E poderiam estar corretas, estando incorretas as alternativas A, B e D.

QUESTÃO 22. Sobre o Regime Disciplinar Diferenciado, segundo a legislação aplicável, assinale a alternativa correta:

- a) Tem duração de 2 anos, prorrogáveis uma única vez, por igual período.
- b) É cabível para membro de associação criminosa, independentemente de cometimento de falta grave.
- c) Todas as entrevistas são monitoradas.
- d) É cumprido sempre em estabelecimento penitenciário federal.
- e) Não é cabível em caso de prisão cautelar.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), previsto no art. 52 da Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/84).

A alternativa A está incorreta. O art. 52, I, da LEP estabelece que o RDD tem duração máxima inicial de 2 anos, mas o § 4º permite sua prorrogação sucessiva por períodos de 1 ano, desde que persistam os motivos que justificaram sua aplicação, como o risco à segurança pública ou a continuidade de vínculos com organizações criminosas. A alternativa está errada, pois limita indevidamente as prorrogações a apenas uma vez, o que não tem previsão legal. O dispositivo legal prevê a possibilidade de renovações ilimitadas enquanto os requisitos forem atendidos.

A alternativa B está correta. O art. 52, § 1º, II, da LEP prevê expressamente que o RDD pode ser aplicado a presos sobre os quais recaiam fundadas suspeitas de participação em organização criminosa, associação criminosa ou milícia privada, mesmo que não tenham cometido falta grave. Essa medida busca impedir a

atuação criminosa dentro e fora do sistema penitenciário, desarticulando redes de comando e garantindo maior segurança. A alternativa está em conformidade com a legislação e reflete o propósito do RDD de atuar preventivamente nesses casos.

A alternativa C está incorreta. O art. 52, V, da LEP determina que as entrevistas realizadas no RDD sejam monitoradas, mas estabelece uma exceção importante: as entrevistas com o defensor do preso não podem ser monitoradas, em respeito ao sigilo profissional e ao direito de defesa, garantidos pelo art. 7º, III, da Lei nº 8.906/1994 (Estatuto da Advocacia). Essa proteção visa assegurar a inviolabilidade das comunicações entre advogado e cliente, mesmo em regime disciplinar rigoroso. A alternativa está errada por não reconhecer essa exceção legal, generalizando de forma equivocada o monitoramento.

A alternativa D está incorreta. O cumprimento do RDD não é obrigatoriamente realizado em penitenciárias federais. De acordo com o art. 52, § 3º, da LEP, o RDD deve ser cumprido em estabelecimentos federais apenas em situações específicas, como quando o preso exerce liderança em organização criminosa ou atua em mais de um estado da federação. Fora dessas hipóteses, o RDD pode ser cumprido em unidades estaduais, dependendo das condições do sistema prisional local. A alternativa está incorreta, pois restringe indevidamente o local de cumprimento do regime.

A alternativa E está incorreta. O art. 52, caput, da LEP é claro ao prever que o RDD pode ser aplicado tanto a presos provisórios quanto a presos condenados, desde que preencham os requisitos legais, como o risco à segurança pública, a prática de falta grave ou a participação em organizações criminosas. A prisão cautelar não impede a aplicação do RDD, que pode ser uma medida preventiva para proteger a ordem no sistema prisional e evitar a continuidade de atividades criminosas.

QUESTÃO 23. Assinale a alternativa correta. Está previsto nas Regras de Tóquio que:

- a) O fracasso de uma medida não privativa de liberdade deve conduzir à imposição de uma medida de prisão.**
- b) No início da aplicação de uma medida não privativa de liberdade, deve-se explicar ao infrator, verbalmente e por escrito, seus direitos e obrigações.**
- c) A escolha das medidas não privativas de liberdade deve levar em conta a vontade da vítima.**
- d) Não podem ser adotadas sanções verbais.**
- e) As medidas não privativas de liberdade não podem ser encerradas antecipadamente.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre as Regras Mínimas das Nações Unidas para a elaboração de medidas não privativas de liberdade (Regras de Tóquio), adotadas pela ONU.

A alternativa A está incorreta. As Regras de Tóquio não determinam que o descumprimento de uma medida não privativa de liberdade resulte automaticamente na prisão. O art. 14 recomenda que a imposição de

medidas privativas de liberdade seja avaliada cuidadosamente, considerando os motivos do descumprimento e priorizando soluções alternativas.

A alternativa B está correta. O art. 12 das Regras de Tóquio prevê que o infrator deve ser informado, de forma clara e compreensível, sobre seus direitos e deveres ao iniciar o cumprimento de uma medida não privativa de liberdade. Essa comunicação deve ser feita verbalmente e por escrito, garantindo transparência e justiça.

A alternativa C está incorreta. A escolha das medidas deve considerar fatores como a situação do infrator, seu histórico e os objetivos de reintegração social, conforme o art. 3 das Regras de Tóquio. Embora a opinião da vítima possa ser relevante em contextos específicos, ela não é um critério obrigatório para essa decisão.

A alternativa D está incorreta. O art. 8 das Regras de Tóquio permite a aplicação de sanções verbais, como advertências e repreensões, como forma de responsabilização menos restritiva. Assim, a afirmação de que essas sanções são proibidas não tem fundamento.

A alternativa E está incorreta. O art. 25 das Regras de Tóquio prevê que as medidas não privativas de liberdade podem ser revisadas e encerradas antecipadamente, quando não forem mais necessárias ou quando o infrator demonstrar bom comportamento. Portanto, a afirmação é equivocada.

QUESTÃO 24. Assinale a alternativa correta. Úlpio, então funcionário do Ministério dos Transportes, solicita dois milhões de reais para elaborar parecer favorável à construção de uma nova rodovia. Recebe o valor em novembro de 2023, diretamente em conta no exterior, não declarada às autoridades brasileiras. Em janeiro de 2024, saca aqueles recursos e adquire para si imóvel no exterior, colocando-o em nome de Pacúvio, seu motorista. Úlpio poderá responder:

a) Por corrupção passiva, evasão de divisas e lavagem de capitais.

b) Por corrupção ativa, evasão de divisas e lavagem de capitais.

c) Apenas por corrupção ativa e lavagem de capitais, tendo em vista que a evasão dos recursos não foi promovida por ele, mas pela construtora.

d) Apenas por corrupção passiva e lavagem de capitais, tendo em vista que a evasão dos recursos não foi promovida por ele, mas pela construtora.

e) Apenas pela corrupção passiva e evasão de divisas, sendo a compra do imóvel exaurimento do crime.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre os crimes de corrupção passiva (art. 317 do Código Penal), evasão de divisas (art. 22 da Lei nº 7.492/86) e lavagem de capitais (art. 1º da Lei nº 9.613/98).

A alternativa A está correta. Úlpio praticou três crimes: corrupção passiva, ao solicitar e receber vantagem indevida de dois milhões de reais em troca da elaboração de parecer favorável (art. 317 do Código Penal);

evasão de divisas, ao manter os valores recebidos em conta no exterior sem a devida declaração às autoridades brasileiras (art. 22 da Lei nº 7.492/86); e lavagem de capitais, ao adquirir imóvel com os recursos ilícitos em nome de Pacúvio, seu motorista, com o objetivo de ocultar a origem ilícita dos valores (art. 1º da Lei nº 9.613/98). Esses crimes estão claramente caracterizados no enunciado: a corrupção passiva consumou-se no momento do recebimento da vantagem; a evasão de divisas ocorreu pela manutenção dos recursos no exterior; e a lavagem de capitais ocorreu pela utilização dos valores ilícitos para aquisição de um bem, ocultando sua propriedade.

A alternativa B está incorreta. Úlpio cometeu corrupção passiva, e não ativa. A corrupção ativa (art. 333 do Código Penal) é praticada por quem oferece ou promete vantagem indevida a funcionário público para que ele pratique, omita ou retarde ato de ofício. No caso, Úlpio era o funcionário público que solicitou e recebeu a vantagem indevida, configurando corrupção passiva (art. 317 do CP). Quanto aos crimes de evasão de divisas e lavagem de capitais, a imputação está correta, pois ele manteve valores não declarados no exterior e utilizou esses recursos para adquirir um imóvel em nome de terceiro, ocultando sua origem ilícita.

A alternativa C está incorreta. Úlpio não cometeu corrupção ativa, mas sim corrupção passiva (art. 317 do Código Penal), pois ele solicitou e recebeu vantagem indevida na condição de funcionário público. A corrupção ativa seria atribuída à construtora, que ofereceu o valor, e não a Úlpio. Além disso, o argumento de que ele não praticou evasão de divisas porque a remessa foi feita pela construtora não procede. O art. 22 da Lei nº 7.492/86 estabelece que a manutenção de valores no exterior sem declaração constitui o crime de evasão de divisas, independentemente de quem fez a remessa inicial. Por fim, a imputação de lavagem de capitais está correta, pois Úlpio adquiriu imóvel no exterior com os valores ilícitos, colocando-o em nome de terceiro para ocultar sua origem criminosa.

A alternativa D está incorreta. Esta alternativa acerta ao imputar a corrupção passiva (art. 317 do Código Penal) e a lavagem de capitais (art. 1º da Lei nº 9.613/98) a Úlpio. Ele solicitou e recebeu vantagem indevida, configurando corrupção passiva, e utilizou os recursos para adquirir imóvel no exterior, ocultando sua origem ilícita, o que caracteriza lavagem de capitais. Contudo, o argumento de que Úlpio não praticou evasão de divisas porque a remessa inicial foi feita pela construtora é equivocado. O crime de evasão de divisas, conforme o art. 22 da Lei nº 7.492/86, também se configura pela manutenção de valores não declarados no exterior, independentemente de quem realizou a remessa. Ao manter os valores em conta não declarada, Úlpio cometeu o delito, o que foi ignorado nesta alternativa, tornando-a incorreta.

A alternativa E está incorreta. Úlpio cometeu corrupção passiva e evasão de divisas, como corretamente apontado na alternativa. A corrupção passiva ocorreu ao solicitar e receber vantagem indevida em razão de sua função, e a evasão de divisas foi configurada pela manutenção de valores não declarados no exterior, conforme o art. 22 da Lei nº 7.492/86. No entanto, o erro da alternativa está em considerar que a compra do imóvel foi um mero exaurimento da corrupção passiva. Essa conduta configura lavagem de capitais, pois envolveu a ocultação da origem ilícita dos valores por meio da aquisição do imóvel em nome de terceiro, nos termos do art. 1º da Lei nº 9.613/98. A compra do imóvel foi uma ação autônoma com o objetivo de mascarar a origem dos recursos.

QUESTÃO 25. Assinale a alternativa correta. Tácito, portando arma de fogo, rende entregador dos correios e subtrai furgão cheio de mercadorias. Policiais que avistaram a cena de longe perseguem o veículo,

preendendo Tácito, o qual admite o crime. No momento da sentença, verifica o juiz que consta da folha de antecedentes de Tácito: 3 condenações transitadas em julgado por roubos anteriores a estes fatos, 2 condenações transitadas em julgado por crimes cometidos posteriormente a estes, além de mais 2 processos em curso. Na dosimetria da pena, poderá o juiz:

- a) Exasperar a pena base com base nas ações em curso, pela conduta pessoal do agente.
- b) Compensar a multireincidência com a confissão, mantendo a pena estipulada na 1ª fase inalterada na 2ª fase.
- c) Reduzir a pena em 1/3, na 1ª fase, por conta da tentativa, considerando a aproximação da consumação do crime.
- d) Utilizar as condenações por crimes posteriores ao roubo, na 1ª fase, como maus antecedentes, e as condenações anteriores na 2ª fase, para agravar a pena.
- e) Utilizar o critério trifásico para estabelecer a dosimetria da pena restritiva de liberdade e da pena de multa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre dosimetria da pena.

A alternativa A está incorreta. O uso de ações penais em curso ou inquéritos policiais como fundamento para agravar a pena base é vedado pelo entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal (Súmula 444). Essa súmula estabelece que: "É vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base." Portanto, ainda que o réu esteja respondendo a processos em andamento (no caso de Tácito, dois processos em curso), essas ações não podem ser consideradas para justificar a exasperação da pena-base na 1ª fase. Isso porque, até que haja o trânsito em julgado, não há certeza jurídica de que o réu é culpado pelos fatos apurados nesses processos. A pena-base só pode ser agravada com base em circunstâncias concretas previstas no art. 59 do Código Penal, como antecedentes, conduta social e culpabilidade, desde que tais fundamentos sejam objetivos e não contrariem os princípios constitucionais da presunção de inocência e do devido processo legal. Assim, utilizar ações em curso para agravar a pena-base seria ilegal.

A alternativa B está incorreta. A confissão espontânea é uma atenuante genérica prevista no art. 65, inciso III, alínea 'd', do Código Penal, que deve ser aplicada na 2ª fase da dosimetria. Contudo, conforme entendimento do STJ, a confissão pode ser compensada com a reincidência em casos de reincidência simples. No caso de multireincidência (como a de Tácito, que possui 3 condenações anteriores transitadas em julgado), a atenuante da confissão não prevalece sobre a agravante da reincidência. A multireincidência é vista como uma circunstância que aumenta a reprovação da conduta do réu, justificando o agravamento da pena na 2ª fase, mesmo diante da confissão. Assim, o juiz não poderia simplesmente manter a pena inalterada na 2ª fase, pois a multireincidência exige um aumento proporcional e fundamentado, conforme o art. 61, inciso I, do Código Penal. A compensação entre as circunstâncias, portanto, seria inadequada.

A alternativa C está incorreta. A tentativa é prevista no art. 14, inciso II, do Código Penal, e autoriza a redução da pena de 1/3 a 2/3 dependendo da proximidade da consumação do crime, conforme o parágrafo único do

art. 14 do CP. No entanto, no caso concreto, o crime de Tácito foi consumado, uma vez que ele subtraiu o veículo e as mercadorias. A consumação do roubo ocorre no momento em que o agente obtém a posse do bem, ainda que por breve período, independentemente de perseguição policial ou prisão em flagrante. Segundo a jurisprudência do STJ, para o roubo ser considerado tentado, o agente deve ser impedido de alcançar a posse do bem. Como a consumação do crime foi plenamente caracterizada, a redução por tentativa não se aplica.

A alternativa D está correta. Na dosimetria da pena, o juiz pode usar as condenações por crimes posteriores ao fato como Maus Antecedentes na 1ª fase, desde que já tenham transitado em julgado. O STJ, em decisões recentes, consolidou o entendimento de que condenações posteriores ao crime em análise, quando definitivas, refletem negativamente a vida pregressa do agente, configurando Maus Antecedentes. Além disso, as condenações anteriores ao fato configuram reincidência e podem ser aplicadas na 2ª fase, como agravante prevista no art. 61, inciso I, do Código Penal. A diferença entre Maus Antecedentes e reincidência é que os primeiros estão relacionados à análise geral da conduta social e da vida pregressa do réu, enquanto a reincidência exige a prática de novo crime após o trânsito em julgado de condenação anterior, com previsão específica na segunda fase da dosimetria.

A alternativa E está incorreta. Embora o critério trifásico do art. 68 do Código Penal seja utilizado para a dosimetria da pena privativa de liberdade, ele não se aplica de forma integral à pena de multa. A dosimetria da multa segue regras próprias, previstas nos arts. 49 a 52 do Código Penal, que estabelecem critérios como o número de dias-multa e o valor de cada dia-multa, considerando a situação econômica do réu. A alternativa é genérica e não analisa corretamente a aplicação do critério trifásico ao caso concreto.

QUESTÃO 26. Assinale a alternativa correta. Considere as seguintes Convenções Internacionais: Convenção sobre crimes cibernéticos – Budapeste (Decreto nº 11.491/2023); Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional – Palermo (Decreto nº 5.015/2004); Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção – Mérida (Decreto nº 5.687/2006); Convenção contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas – Viena (Decreto nº 154/1991). Preconizam expressamente a responsabilidade penal da pessoa jurídica as seguintes Convenções:

- a) Budapeste, Palermo, Mérida e Viena.
- b) Apenas Palermo, Mérida e Viena.
- c) Apenas Budapeste, Palermo e Mérida.
- d) Apenas Budapeste Mérida e Viena.
- e) Apenas Palermo e Mérida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre a responsabilidade penal da pessoa jurídica no contexto de convenções internacionais ratificadas pelo Brasil.

A alternativa A está incorreta. Porque inclui a Convenção de Viena, que trata do tráfico ilícito de entorpecentes, mas não prevê expressamente a responsabilidade penal da pessoa jurídica. Apesar de abordar a repressão ao tráfico de drogas e estabelecer mecanismos de cooperação internacional, o texto da Convenção de Viena concentra-se na responsabilização de indivíduos, sem prever dispositivos específicos para empresas. As demais convenções mencionadas (Budapeste, Palermo e Mérida) realmente preveem essa responsabilidade, mas a inclusão de Viena invalida a alternativa.

A alternativa B está incorreta. A Convenção de Viena, embora relevante no combate ao tráfico de drogas, não contempla a responsabilidade penal da pessoa jurídica em seu texto. Por outro lado, a Convenção de Budapeste, que trata de crimes cibernéticos, prevê expressamente essa responsabilização, desde que prevista no ordenamento jurídico interno dos países signatários. A exclusão de Budapeste e a inclusão de Viena tornam a alternativa errada.

A alternativa C está correta. As Convenções de Budapeste (crimes cibernéticos), Palermo (crime organizado transnacional) e Mérida (corrupção) preveem expressamente a responsabilidade penal da pessoa jurídica, desde que os países signatários tenham essa previsão em suas legislações internas. A Convenção de Budapeste destaca a responsabilização de empresas envolvidas em crimes cibernéticos, Palermo inclui a responsabilização de pessoas jurídicas no contexto do crime organizado, e Mérida enfatiza a responsabilidade das corporações em casos de corrupção.

A alternativa D está incorreta. A Convenção de Viena não contempla a responsabilidade penal da pessoa jurídica, tratando apenas da repressão ao tráfico de drogas e da cooperação internacional nesse contexto. Por outro lado, as Convenções de Budapeste e Mérida realmente preveem a responsabilização de empresas, mas a inclusão de Viena, que não traz essa previsão, invalida a alternativa.

A alternativa E está incorreta. Embora as Convenções de Palermo (crime organizado transnacional) e Mérida (corrupção) prevejam expressamente a responsabilidade penal da pessoa jurídica, a exclusão da Convenção de Budapeste torna a alternativa errada. A Convenção de Budapeste, que trata de crimes cibernéticos, também prevê a responsabilidade de empresas, e sua exclusão configura um erro na resposta.

QUESTÃO 27. Considerando o entendimento do STF, assinale a alternativa correta:

- a) A competência do juiz das garantias abrange todas as infrações penais, exceto as contravenções penais, e cessa com o oferecimento da denúncia ou queixa.**
- b) O juiz que atuar como juiz das garantias na fase de investigação ficará impedido de funcionar no processo em razão do princípio da imparcialidade.**
- c) Compete ao juiz das garantias assegurar ao investigado e ao seu defensor o acesso a todos os elementos informativos e provas produzidas na investigação criminal, salvo quanto às diligências em andamento.**
- d) Os autos que compõem as matérias de competência do juiz das garantias ficarão acautelados na secretaria desse juízo, à disposição das partes, e não serão apensados aos autos do processo enviados ao juiz da instrução e julgamento, ressalvados os documentos relativos às provas irrepetíveis, medidas de obtenção de provas ou antecipação de provas.**

e) Caberá ao juiz das garantias assegurar o contraditório e a ampla defesa, necessariamente em audiência pública e oral, caso decida prorrogar prisão provisória ou outra medida cautelar, substituí-las ou revogá-las.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre o juiz das garantias.

A alternativa A está incorreta. A competência do juiz das garantias não abrange todas as infrações penais. Nos termos do art. 3º-C do Código de Processo Penal (CPP) e da Resolução nº 4/2024 do TJDFT, há exclusões: as infrações de menor potencial ofensivo (de competência dos Juizados Especiais Criminais), os crimes de competência originária dos tribunais (Lei nº 8.038/1990), os crimes de competência do Tribunal do Júri, os casos de violência doméstica e familiar e os crimes militares. Além disso, o Supremo Tribunal Federal (STF), ao analisar as ADIs 6298, 6299, 6300 e 6305, firmou que a competência do juiz das garantias cessa com o oferecimento da denúncia ou queixa. Essa posição corrigiu o erro legístico da redação original do CPP, que previa o término da competência com o "recebimento" da denúncia. Assim, a redação correta foi ajustada para garantir a separação das funções jurisdicionais entre o juiz das garantias e o juiz da instrução e julgamento. Destaca-se, ainda, que essa delimitação de competências visa a assegurar a imparcialidade e a eficiência do sistema processual penal.

A alternativa B está incorreta. O STF declarou a inconstitucionalidade do art. 3º-D do CPP, que previa o impedimento automático do juiz que atuou como juiz das garantias de participar do julgamento do caso. A Corte entendeu que a norma criava uma presunção absoluta de parcialidade, incompatível com o princípio da imparcialidade objetiva e prejudicial à eficiência da prestação jurisdicional. Essa presunção ignorava a realidade prática de muitas comarcas brasileiras, especialmente as de vara única, onde o mesmo juiz atua em todas as fases do processo. Conforme o voto do Ministro Luiz Fux: *“O simples exercício de funções jurisdicionais na fase de investigação não implica comprometimento da imparcialidade do magistrado na fase de julgamento.”* Essa decisão do STF reforça que o mero contato com elementos de investigação não significa que o magistrado esteja impedido de atuar no julgamento. Assim, a afirmação da alternativa está incorreta, pois parte de uma premissa que foi expressamente afastada pelo Supremo.

A alternativa C está correta. O art. 3º-B, inciso XV, do CPP, estabelece que compete ao juiz das garantias assegurar ao investigado e ao seu defensor o acesso a todos os elementos informativos e provas produzidas na investigação criminal, ressalvadas as diligências em andamento cuja eficácia dependa de sigilo. Esse dispositivo reflete o compromisso do sistema processual penal com a transparência e os direitos fundamentais, em especial os princípios do contraditório e da ampla defesa, previstos no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal. O STF, ao julgar as ADIs relacionadas ao juiz das garantias, confirmou a constitucionalidade dessa regra, destacando que o sigilo em investigações deve ser excepcional e apenas quando absolutamente necessário para preservar a eficácia das diligências em curso. O trecho relevante do julgamento ressalta: *“A restrição ao acesso do investigado deve ser limitada às diligências em andamento cuja eficácia dependa de sigilo, garantindo o equilíbrio entre os direitos da defesa e a efetividade da investigação.”*

A alternativa D está incorreta. Os §§ 3º e 4º do art. 3º-C do CPP, que determinavam que os autos de inquérito deveriam permanecer acautelados na secretaria do juiz das garantias, foram declarados inconstitucionais pelo STF. A Corte entendeu que essa regra, ao impedir o juiz da instrução de acessar os autos do inquérito,

inviabilizava a análise fundamentada das decisões judiciais subsequentes, especialmente aquelas relacionadas à justa causa e à admissibilidade da denúncia. O voto do Ministro Luiz Fux destacou que: “A proibição de acesso aos autos inviabiliza o exercício pleno da função jurisdicional, pois impede o juiz da instrução de conhecer elementos essenciais à formação de juízo de valor, comprometendo a garantia de decisões fundamentadas.” Dessa forma, o STF determinou que os autos podem ser remetidos ao juiz da instrução e julgamento, desde que sejam respeitados o contraditório e a ampla defesa.

A alternativa E está incorreta. O art. 3º-B, inciso VI, do CPP previa a obrigatoriedade de audiência pública e oral para a prorrogação de prisão provisória ou outras medidas cautelares. No entanto, o STF, ao julgar a constitucionalidade desse dispositivo, adotou a técnica da interpretação conforme à Constituição, flexibilizando a obrigatoriedade de audiência pública e oral em todos os casos. A Corte decidiu que o contraditório deve ser garantido, preferencialmente, por meio de audiência pública, mas que essa exigência pode ser afastada em situações excepcionais de necessidade ou urgência, desde que sejam respeitados os direitos das partes. Esse posicionamento visa a compatibilizar os direitos fundamentais com a celeridade e eficiência processuais. Trecho do acórdão esclarece: “A obrigatoriedade de audiência pública em todos os casos criaria entraves desproporcionais à eficiência da justiça criminal, especialmente em situações de urgência. O contraditório pode ser assegurado por outros meios, desde que respeitados os direitos das partes.” Dessa forma, a afirmação da alternativa está incorreta, pois apresenta a audiência pública e oral como condição obrigatória e absoluta, o que não corresponde ao entendimento firmado pelo STF.

QUESTÃO 28. Assinale a alternativa correta:

a) Em caso de conexão, a competência do Tribunal do Júri para os crimes dolosos contra a vida prevalece sobre a competência por prerrogativa de função porque se trata de matéria constitucional que se sobrepõe às demais regras previstas no ordenamento jurídico.

b) A Justiça Eleitoral é competente para julgar os crimes eleitorais de falsidade ideológica e os conexos, exceto aqueles de competência da Justiça Federal e da Justiça Militar.

c) Compete à Justiça Militar processar e julgar os crimes dolosos contra a vida cometidos por militares das forças armadas contra civis quando em missão para garantia da lei e da ordem, nos termos da Lei nº 13.491/2017.

d) A competência federal para julgar os crimes de racismo se estabelece quando forem praticados mediante a divulgação de conteúdo em rede social, independentemente de se tratar de perfil aberto ou fechado e do alcance da publicação, diante da possibilidade de ser acessado pela rede mundial de computadores.

e) A captação de recursos por meio de esquema denominado “pirâmide financeira” sempre caracteriza crime contra o sistema financeiro nacional, de competência da Justiça Federal, nos termos da Lei nº 7.492/1986.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre regras de competência no processo penal brasileiro, envolvendo temas como prerrogativa de função, crimes dolosos contra a vida cometidos por militares, crimes eleitorais, crimes de racismo praticados por meio da internet e esquemas de pirâmides financeiras.

A alternativa A está incorreta. A competência do Tribunal do Júri prevalece sobre foros por prerrogativa de função previstos apenas por constituições estaduais, conforme a Súmula Vinculante 45 do STF, mas não sobre prerrogativas previstas na Constituição Federal. Dessa forma, a alternativa generaliza erroneamente a prevalência da competência do Tribunal do Júri.

A alternativa B está incorreta. A Justiça Eleitoral é competente para julgar crimes eleitorais e os crimes conexos, independentemente de serem de competência da Justiça Federal ou Militar. O STF já consolidou que, havendo conexão, prevalece a competência eleitoral, salvo nos casos de competência originária do STF, o que invalida a exclusão feita na alternativa.

A alternativa C está correta. A Lei nº 13.491/2017 estabelece que crimes dolosos contra a vida cometidos por militares das Forças Armadas contra civis, quando em operações de GLO ou missões autorizadas, são julgados pela Justiça Militar. Esse entendimento foi ratificado pelo STF no julgamento da ADI 5901.

A alternativa D está incorreta. A competência federal para crimes de racismo em redes sociais depende de demonstrar o alcance internacional do conteúdo, o que exige que a publicação tenha sido feita em perfis abertos, com potencial de atingir pessoas fora do território nacional. A alternativa desconsidera essa necessidade e está errada.

A alternativa E está incorreta. Esquemas de pirâmide financeira são geralmente classificados como crimes contra a economia popular, de competência da Justiça Estadual (Súmula 498 do STF). Apenas em situações específicas, quando envolvem atividades financeiras reguladas, é que poderiam ser classificados como crimes contra o sistema financeiro nacional.

QUESTÃO 29. Assinale a alternativa correta:

a) A infiltração de agentes é meio de obtenção de provas que apenas pode ser destinada a investigar os crimes previstos na Lei nº 12.850/2013 e os conexos, praticados por organização criminosa, devendo ser precedida de circunstanciada, motivada e sigilosa autorização judicial, que estabelecerá seus limites.

b) A ação controlada consiste em retardar a intervenção policial ou administrativa relativa à ação praticada por organização criminosa ou a ela vinculada, devendo ser comunicada assim que possível ao juiz competente e ao Ministério Público para acompanhamento da medida.

c) Segundo o STF, na apuração de crimes de lavagem de dinheiro, o Ministério Público e as autoridades policiais podem ter acesso a dados cadastrais de investigados mantidos por empresas de telefonia, sem a necessidade de prévia ordem judicial, tais como qualificação, filiação, endereço, e-mail e números de telefone.

d) Entrega vigiada é a técnica que consiste em permitir que remessas ilícitas ou suspeitas saiam do território do país, o atravesse ou nele entre, com o conhecimento e sob o controle das autoridades competentes, com a finalidade de investigar infrações e identificar pessoas envolvidas na sua prática.

e) Da mesma forma que a interceptação de comunicações telefônicas, a captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos sempre exige autorização judicial independentemente do local em que realizada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre técnicas especiais de investigação, previstas em legislações como a Lei nº 12.850/2013 (Lei de Organizações Criminosas) e outros dispositivos legais.

A alternativa A está incorreta. A infiltração de agentes, regulamentada no art. 10 da Lei nº 12.850/2013, é de fato um meio de obtenção de provas utilizado principalmente no combate a crimes de organização criminosa. Contudo, a alternativa é equivocada ao restringir sua aplicação somente aos crimes previstos na Lei nº 12.850/2013. Essa técnica também pode ser empregada em outros contextos, como o tráfico de drogas (Lei nº 11.343/2006) e a lavagem de dinheiro (Lei nº 9.613/98), desde que haja autorização judicial fundamentada.

A alternativa B está incorreta. A ação controlada, prevista no art. 8º da Lei nº 12.850/2013, consiste em retardar a intervenção policial ou administrativa para permitir a identificação de envolvidos e o recolhimento de provas robustas. No entanto, a lei exige que a medida seja autorizada previamente pelo juiz competente, e não apenas comunicada "assim que possível", como afirma a alternativa. Essa autorização é fundamental para garantir a legalidade e o controle da medida.

A alternativa C está incorreta. O STF entende que dados cadastrais básicos (como nome, endereço, CPF e número de telefone) podem ser acessados sem autorização judicial, pois não envolvem quebra de sigilo constitucional. Contudo, a inclusão de e-mail na lista de dados acessíveis sem ordem judicial é incorreta, já que o e-mail pode envolver informações protegidas pela privacidade e, portanto, demandar autorização judicial.

A alternativa D está correta. A entrega vigiada, prevista no art. 9º da Lei nº 12.850/2013, é uma técnica de investigação que permite que remessas ilícitas sejam monitoradas pelas autoridades, possibilitando a identificação de toda a cadeia criminosa envolvida. A descrição apresentada na alternativa está de acordo com a legislação, que prevê a utilização dessa técnica no combate a crimes transnacionais, como tráfico de drogas, contrabando e outros.

A alternativa E está incorreta. A captação ambiental de sinais não exige autorização judicial em todas as situações, como ocorre em locais públicos ou em situações em que não há expectativa de privacidade. Em ambientes protegidos pela intimidade, como residências, a autorização judicial é indispensável, conforme determina o art. 5º, X e XII, da Constituição Federal e a jurisprudência do STF. A generalização apresentada na alternativa desconsidera essas nuances, tornando-a incorreta.

QUESTÃO 30. Em relação às provas digitais, assinale a alternativa correta:

a) Considera-se prova digital qualquer informação produzida, armazenada ou transmitida por meios eletrônicos, incluindo os elementos nascidos em formato digital, mas não aqueles originalmente analógicos que foram digitalizados posteriormente.

b) A preservação da cadeia de custódia das provas digitais tem a finalidade de garantir sua integridade e sua autenticidade, sendo que uma das etapas consiste em realizar cópias espelho e cálculo da função *hash*.

c) A preservação da cadeia de custódia das provas digitais tem a finalidade de garantir sua autenticidade e tornar inacessíveis as informações para terceiros estranhos à investigação, assegurando sua força probatória e relevância.

d) Todo o material digital coletado deve ser preservado, periciado e, posteriormente, inserido no sistema judicial eletrônico, a fim de garantir a publicidade e o exercício do contraditório e da ampla defesa pelas partes envolvidas.

e) Nas diligências de investigação das evidências digitais é imprescindível a apreensão dos equipamentos para que, posteriormente, a defesa tenha acesso a todo o conteúdo, o que dispensa a necessidade de cópia de segurança.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre provas digitais no processo penal.

A alternativa A está incorreta. O conceito de prova digital é amplo e abrange tanto os dados produzidos nativamente em meio eletrônico quanto aqueles originalmente analógicos que foram convertidos para formato digital, desde que sejam preservadas sua integridade e autenticidade. A exclusão das provas digitalizadas contraria os princípios processuais e o entendimento doutrinário, que reconhecem a validade desses elementos se respeitados os requisitos da cadeia de custódia. Conforme destacado pelo STJ no AgRg no RHC n. 143.169/RJ, a preservação da integridade das provas é essencial, e a cadeia de custódia é aplicável a qualquer tipo de vestígio, nativo digital ou digitalizado. A redação apresentada pela alternativa restringe indevidamente o conceito.

A alternativa B está correta. A preservação da cadeia de custódia, regulamentada pelos arts. 158-A a 158-F do CPP, tem como objetivo garantir que os vestígios arrecadados pela investigação permaneçam íntegros e autênticos, correspondendo exatamente ao estado em que foram coletados. No caso de provas digitais, a realização de uma cópia espelho (imagem forense) e o cálculo da função *hash* são etapas indispensáveis, pois permitem verificar se houve qualquer alteração nos dados em diferentes momentos da investigação. Como destacado pelo STJ no AgRg no RHC n. 143.169/RJ, é ônus do Estado comprovar a integridade das provas apresentadas, sendo inadmissíveis as que não tiverem sua cadeia de custódia devidamente preservada. A alternativa reflete corretamente essas práticas e princípios.

A alternativa C está incorreta. Embora a cadeia de custódia tenha como um de seus objetivos a proteção contra acessos indevidos, sua finalidade principal é garantir a integridade e autenticidade das provas durante todas as fases da investigação e do processo. A redação da alternativa apresenta um enfoque limitado, restringindo indevidamente a função da cadeia de custódia. O STJ no AgRg no RHC n. 143.169/RJ reafirma que a ausência de documentação ou de garantias de integridade compromete a validade das provas digitais, tornando-as inadmissíveis.

A alternativa D está incorreta. Não é necessário inserir todo o material digital coletado no sistema judicial eletrônico. Apenas os elementos diretamente relacionados ao caso e que atendam aos requisitos legais devem ser preservados e apresentados nos autos. Isso é especialmente importante para evitar a exposição de dados sensíveis ou irrelevantes. Além disso, o STJ no AgRg no RHC n. 143.169/RJ enfatiza que a ausência de documentação da arrecadação e análise das provas digitais pode levar à sua inadmissibilidade, mas não há obrigação de inserir a totalidade do material coletado nos sistemas judiciais.

A alternativa E está incorreta. A apreensão de equipamentos não é imprescindível em todas as investigações que envolvem provas digitais. A realização de uma cópia espelho (imagem forense) é suficiente para preservar os dados digitais de maneira íntegra, permitindo que o equipamento original seja devolvido ao proprietário em muitas situações. A cópia de segurança é indispensável para garantir a integridade e autenticidade dos dados, como apontado pelo STJ no AgRg no RHC n. 143.169/RJ. A alternativa está errada ao sugerir que a apreensão dos dispositivos torna dispensável a realização de cópias, contrariando os procedimentos forenses adequados e as boas práticas processuais.

QUESTÃO 31. De acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta:

a) A serendipidade é admitida no ordenamento jurídico brasileiro, sendo válidas as provas encontradas relativas à infração penal desconhecida, ainda que não exista conexão ou continência com o crime originário, desde que não haja desvio de finalidade na execução das diligências.

b) A serendipidade é admitida no ordenamento jurídico brasileiro, desde que não haja desvio de finalidade na execução das diligências, sendo inválida a prova descoberta se não houver conexão ou continência entre o crime originário e aquele encontrado.

c) Os elementos de informação trazidos pelo colaborador a respeito de crimes que não sejam conexos ao objeto da investigação primária não devem receber o mesmo tratamento conferido ao encontro fortuito de provas que ocorre em interceptação telefônica e na busca e apreensão.

d) A possibilidade de guarda municipal realizar prisão em flagrante e diligências investigativas é discussão realizada no STF e se refere à falta de treinamento especializado e de previsão no CPP.

e) Os procedimentos investigatórios criminais instaurados pelo Ministério Público Federal devem ser comunicados ao juiz competente e estão submetidos ao mesmo prazo de 60 dias previsto para a conclusão de inquéritos policiais federais, havendo necessidade de autorização judicial para eventual prorrogação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre o instituto da serendipidade (encontro fortuito de provas), a colaboração premiada, a atuação da guarda municipal em flagrantes e investigações e os procedimentos investigatórios criminais conduzidos pelo Ministério Público Federal.

A alternativa A está correta. A serendipidade é admitida no direito brasileiro, permitindo a utilização de provas fortuitas descobertas em diligências regularmente autorizadas, desde que não haja desvio de

finalidade. A validade da prova não depende de conexão ou continência entre o crime investigado e o crime descoberto, conforme entendimento do STF.

A alternativa B está incorreta. A validade da serendipidade não exige conexão ou continência entre o crime originário e o crime encontrado. Basta que a diligência tenha respeitado os limites legais e que não tenha havido desvio de finalidade. A exigência apresentada na alternativa contraria o entendimento jurisprudencial.

A alternativa C está incorreta. Os elementos fornecidos por colaboradores sobre crimes não conexos podem ser utilizados, desde que atendam aos requisitos da Lei nº 12.850/2013, sendo equiparáveis às provas fortuitas obtidas em diligências como buscas e interceptações telefônicas. A distinção apresentada na alternativa não encontra respaldo legal ou jurisprudencial.

A alternativa D está incorreta. A guarda municipal pode realizar prisão em flagrante, conforme o art. 301 do CPP, mas suas atribuições investigativas são limitadas e não envolvem treinamento ou previsão específica no CPP. O argumento apresentado na alternativa não reflete corretamente a discussão sobre as competências das guardas municipais.

A alternativa E está incorreta. Os PICs conduzidos pelo Ministério Público possuem regulamentação própria e não estão sujeitos aos prazos aplicáveis aos inquéritos policiais. A prorrogação de prazos não depende de autorização judicial, exceto em casos que exijam intervenção do Judiciário.

QUESTÃO 32. Assinale a alternativa correta:

a) Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada de ofício pelo juiz, a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.

b) O juiz poderá, de ofício ou a pedido das partes, revogar a medida cautelar ou substituí-la quando verificar a falta de motivo para que subsista, bem como voltar a decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.

c) A prisão temporária poderá ser decretada em face de representação da autoridade policial ou requerimento do Ministério Público, em qualquer fase do inquérito ou do processo, tendo duração máxima de 5 dias, prorrogável por igual período, em caso de extrema e comprovada necessidade.

d) Tratando-se de procedimento destinado à apuração da prática de crime hediondo, o prazo da prisão temporária poderá estender-se para 30 dias, ao final do qual, se não houver prorrogação, a autoridade policial deverá colocar o preso em liberdade assim que expedido o respectivo alvará de soltura pelo juiz que decretou a medida.

e) A liberdade provisória tem como pressuposto uma prisão cautelar e não poderá ser concedida nos crimes inafiançáveis, tais como racismo e tortura.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre as medidas cautelares no processo penal, incluindo a prisão preventiva, prisão temporária e liberdade provisória, regulamentadas pelo Código de Processo Penal (CPP) e pela Lei nº 7.960/1989 (Lei da Prisão Temporária).

A alternativa A está incorreta. Após a entrada em vigor da Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime), o juiz não pode mais decretar a prisão preventiva de ofício, seja na fase de investigação ou no curso do processo, conforme o art. 311 do CPP. Essa proibição reforça o princípio do sistema acusatório, garantindo que o magistrado atue com imparcialidade. Assim, a decretação da prisão preventiva depende de provocação de uma das partes legitimadas, como o Ministério Público, o querelante, o assistente ou a autoridade policial.

A alternativa B está correta. De acordo com o art. 282, § 5º, do CPP, o juiz pode revogar ou substituir uma medida cautelar quando verificar a ausência de motivos para sua continuidade. Caso novos fatos surjam, ele também pode voltar a decretar a medida, desde que devidamente justificada. Essa regra permite a revisão constante das medidas cautelares, garantindo equilíbrio entre a necessidade da medida e os direitos fundamentais do acusado. Essa prerrogativa não viola o sistema acusatório, pois o juiz atua no controle de legalidade das medidas.

A alternativa C está incorreta. A prisão temporária, prevista na Lei nº 7.960/1989, é cabível apenas durante a fase de inquérito policial e não pode ser decretada no curso do processo. Sua finalidade é garantir a eficácia das investigações em casos específicos, como crimes hediondos ou de grande gravidade, quando imprescindível para o sucesso da apuração. O prazo inicial de 5 dias, prorrogável por igual período, aplica-se somente à fase investigativa. A sugestão de que a prisão temporária pode ser utilizada em qualquer fase do processo é incompatível com a legislação.

A alternativa D está incorreta. Nos casos de crimes hediondos, a Lei nº 8.072/90, em seu art. 2º, §4º, prevê que a prisão temporária pode durar até 30 dias, prorrogáveis por igual período, em caso de necessidade. Contudo, a soltura do preso não ocorre automaticamente ao final do prazo, dependendo da expedição do alvará de soltura pelo juiz. A responsabilidade pela liberação do preso não é da autoridade policial, mas do magistrado que decretou a prisão.

A alternativa E está incorreta. A liberdade provisória pode ser concedida em crimes inafiançáveis, desde que atendidos os requisitos legais e não presentes os motivos que justificam a prisão preventiva. Conforme o art. 5º, LXVI, da Constituição Federal, ninguém será mantido preso quando a lei admitir liberdade provisória, com ou sem fiança. A vedação absoluta à liberdade provisória nos crimes inafiançáveis, como racismo ou tortura, não encontra respaldo no ordenamento jurídico. O que impede a concessão da liberdade provisória é a presença de circunstâncias que exijam a manutenção da prisão cautelar, e não a natureza do crime em si.

QUESTÃO 33. Assinale a alternativa correta quanto ao acordo de não persecução penal:

a) Segundo entendimento do STJ, o acordo de não persecução penal possui natureza processual, devendo ser aplicado o princípio da imediatidade à norma que o instituiu e não a retroatividade de norma mais benéfica.

b) Não cabe acordo de não persecução penal nos crimes fiscais porque uma de suas condições – a reparação do dano, exceto na impossibilidade de fazê-lo – constitui causa extintiva da punibilidade pelo cumprimento da obrigação tributária.

c) Se o juiz considerar inadequadas, insuficientes ou abusivas as condições impostas no acordo de não persecução penal, deverá encaminhar imediatamente os autos ao Procurador-Geral ou às instâncias de revisão ministerial.

d) Segundo a jurisprudência do STJ, o acordo de não persecução penal é inaplicável para os crimes de homofobia e transfobia, atribuindo-se a essas condutas o tratamento legal conferido ao crime de racismo.

e) A audiência de homologação do acordo de não persecução penal poderá ser dispensada se ficar demonstrada a legalidade da proposta realizada e aceitação do investigado e de sua defesa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre o acordo de não persecução penal (ANPP).

A alternativa A está incorreta. O STJ reconhece que o ANPP possui natureza híbrida, pois contém aspectos tanto processuais quanto materiais. Assim, aplica-se o princípio da retroatividade da norma penal mais benéfica, previsto no art. 5º, XL, da Constituição Federal. Isso significa que o ANPP pode ser aplicado a fatos ocorridos antes da entrada em vigor da Lei nº 13.964/2019, desde que os requisitos legais sejam cumpridos. Esse entendimento foi consolidado no RHC 193.320/SP, em que o STJ afirmou que a regra da imediatidade não se aplica ao ANPP. Portanto, a alternativa erra ao desconsiderar a retroatividade da norma mais benéfica.

A alternativa B está incorreta. O ANPP é aplicável a crimes fiscais, desde que cumpridos os requisitos do art. 28-A do CPP. A reparação do dano não impede a celebração do acordo, mesmo nos casos em que o pagamento integral do tributo extingiria a punibilidade, conforme o art. 9º, § 2º, da Lei nº 10.684/2003. O investigado pode optar pelo ANPP como alternativa ao processo penal se não tiver quitado integralmente o débito. A alternativa está incorreta porque veda generalizadamente o ANPP nos crimes fiscais, o que não corresponde à legislação nem à jurisprudência.

A alternativa C está incorreta. Conforme o art. 28-A, § 8º, do CPP, se o juiz identificar inadequação, insuficiência ou abusividade nas condições do ANPP, ele deve devolver os autos ao Ministério Público para que a proposta seja ajustada ou justificada. Não há previsão legal para envio direto ao Procurador-Geral ou a instâncias superiores do MP. Essa previsão respeita o sistema acusatório, que confere ao Ministério Público a titularidade exclusiva da ação penal e da proposta do ANPP. Assim, a alternativa está errada ao descrever um procedimento que não encontra respaldo legal.

A alternativa D está correta. O STF, na ADO 26 e no MI 4.733, decidiu que a homofobia e a transfobia devem ser tratadas como crimes de racismo, enquanto não houver legislação específica. Essa equiparação é fundamentada nos artigos 5º, XLI e XLII, da Constituição Federal, que tratam da proteção contra discriminações. O STJ, no RHC 193.320/SP, reafirmou que o ANPP é inaplicável aos crimes de racismo devido à sua alta reprovabilidade. Como homofobia e transfobia são equiparadas a esse crime, a jurisprudência veda a aplicação do ANPP para essas condutas.

A alternativa E está incorreta. O art. 28-A, § 4º, do CPP exige a realização de audiência de homologação para verificar a legalidade do ANPP, a voluntariedade do investigado e a adequação das condições impostas. A homologação judicial é indispensável, mesmo quando o investigado e sua defesa aceitam os termos do acordo. Não há base legal para dispensar essa audiência, pois ela garante transparência e regularidade no processo.

QUESTÃO 34. Sobre a destinação de bens apreendidos em processos criminais, assinale a alternativa correta:

a) Demonstrado o interesse público, o juiz poderá autorizar a utilização de bem apreendido, durante a investigação e o processo, por órgãos de segurança pública, os quais terão prioridade em caso de transferência definitiva do bem se houver decretação de perdimento na sentença condenatória transitada em julgado.

b) O juiz deverá determinar a alienação antecipada dos bens apreendidos em processos criminais somente quando houver dificuldade para sua manutenção pelo Poder Público e o valor obtido em leilão ficará depositado em conta vinculada ao juízo até decisão final do processo, procedendo-se à sua conversão em renda para a União, Estado ou Distrito Federal, no caso de condenação, ou, no caso de sua absolvição, à devolução ao acusado.

c) Quando a indisponibilidade recair sobre moeda nacional, o juízo deverá determinar o depósito dos valores em conta judicial, e quando se tratar de moeda estrangeira, deverá encaminhar o numerário apreendido ao Banco Central do Brasil.

d) Em caso de certeza da infração e indícios suficientes de autoria, o ofendido poderá requerer a hipoteca legal sobre os imóveis do indiciado para garantir o ressarcimento do dano, mas haverá preferência ao pagamento das despesas processuais e das penas pecuniárias.

e) Transitada em julgado a sentença condenatória, o juiz, de ofício ou a requerimento do interessado ou do Ministério Público, determinará a avaliação e a venda dos bens em leilão público cujo perdimento tenha sido decretado, sendo que o valor obtido será destinado aos cofres públicos se não couber ao lesado ou a terceiro de boa-fé.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre a destinação de bens apreendidos em processos criminais.

A alternativa A está incorreta. Embora a utilização de bens apreendidos por órgãos de segurança pública seja prevista em legislações específicas, como o art. 62 da Lei nº 11.343/2006 (Lei de Drogas), essa possibilidade não se aplica a todos os bens apreendidos em processos criminais de forma geral. A prioridade na transferência definitiva dos bens para órgãos públicos só pode ocorrer após o trânsito em julgado da sentença condenatória e a decretação do perdimento, observando-se os direitos de terceiros de boa-fé ou lesados, conforme o art. 133 do CPP. Assim, a alternativa é incorreta por generalizar a possibilidade de utilização e transferência de bens sem observar as regras específicas aplicáveis.

A alternativa B está incorreta. A alienação antecipada de bens está prevista no art. 133 do CPP e pode ser determinada em situações específicas, como risco de deterioração ou depreciação do bem, e não exclusivamente em casos de dificuldade de manutenção pelo Poder Público. Além disso, os valores obtidos podem ser destinados ao ressarcimento da vítima ou ao pagamento de despesas processuais, mesmo antes do trânsito em julgado, quando previsto em lei. A conversão em renda ao final do processo segue a sentença condenatória, mas a alternativa ignora a possibilidade de outras destinações durante o curso do processo, sendo, portanto, incorreta.

A alternativa C está incorreta. O art. 133-A do CPP, incluído pela Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime), determina que valores apreendidos, sejam em moeda nacional ou estrangeira, devem ser depositados em conta judicial remunerada, garantindo a preservação e a rastreabilidade dos recursos até sua destinação final. Não há previsão legal para que moeda estrangeira seja encaminhada ao Banco Central do Brasil. A descrição apresentada na alternativa é incorreta, pois não reflete o procedimento previsto no CPP e introduz uma prática inexistente no ordenamento jurídico.

A alternativa D está incorreta. A hipoteca legal, regulada pelo art. 134 do CPP, é um instrumento cautelar que visa garantir o ressarcimento dos danos causados pela infração penal. Contudo, a destinação dos valores provenientes da execução patrimonial obedece à ordem legal prevista, que inclui o ressarcimento ao ofendido, o pagamento de despesas processuais e as penas pecuniárias, conforme disposto no art. 135 do CPP. A alternativa erra ao sugerir que há preferência absoluta para o pagamento de despesas processuais e penas pecuniárias em detrimento do direito do ofendido, ignorando a prioridade que o ressarcimento do dano possui no sistema processual penal.

A alternativa E está correta. De acordo com o art. 133 do CPP, quando houver o trânsito em julgado da sentença condenatória com decretação do perdimento de bens, o juiz deve determinar a avaliação e a alienação desses bens em leilão público. Os valores arrecadados serão destinados prioritariamente ao ressarcimento do lesado ou à indenização de terceiros de boa-fé que comprovem direito sobre o bem. Na ausência dessas destinações, os valores serão revertidos aos cofres públicos, atendendo à União, ao Estado ou ao Distrito Federal, conforme a competência do juízo. Essa previsão garante eficiência no manejo dos bens apreendidos, evitando deterioração ou depreciação, e assegura que eles sejam revertidos em benefício público ou de particulares com direito legítimo.

QUESTÃO 35 Assinale a alternativa correta:

a) O Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade, por intermédio do Ministério Público Federal, poderá celebrar acordo de leniência, com a extinção da ação punitiva da administração pública ou a redução de 1 (um) a 2/3 (dois terços) da penalidade aplicável, nos termos previstos em lei, com pessoas físicas e jurídicas que forem autoras de infração à ordem econômica, desde que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo e que dessa colaboração resulte: (i) a identificação dos demais envolvidos na infração; e (ii) a obtenção de informações e documentos que comprovem a infração noticiada ou sob investigação.

b) Nos crimes contra a ordem econômica, tipificados na lei que define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e nos demais crimes diretamente relacionados à prática de

cartel, tais como os tipificados na Lei de Licitações e Contratos Administrativos, e os tipificados no CP, a celebração de acordo de leniência, nos termos da Lei de Defesa da Concorrência, determina a suspensão do curso do prazo prescricional e impede o oferecimento da denúncia com relação ao agente beneficiário da leniência. Cumprido o acordo de leniência pelo agente, extingue-se a punibilidade dos crimes mediante decisão judicial.

c) Com vistas à promoção da concorrência e à eficácia na implementação da legislação de defesa da concorrência nos mercados regulados, as agências reguladoras e os órgãos de defesa da concorrência devem atuar em estreita cooperação, privilegiando a troca de experiências. No exercício de suas atribuições, incumbe aos órgãos de defesa da concorrência monitorar e acompanhar as práticas de mercado dos agentes dos setores regulados, de forma a auxiliar as agências reguladoras na observância do cumprimento da legislação de defesa da concorrência.

d) Constitui crime contra a ordem econômica: (i) abusar do poder econômico, dominando o mercado ou eliminando, total ou parcialmente, a concorrência mediante ajuste ou acordo de empresas; (ii) formar acordo, convênio, ajuste ou aliança entre ofertantes, visando à fixação artificial de preços ou quantidades vendidas ou produzidas; (iii) discriminar preços de bens ou de prestação de serviços por ajustes ou acordo de grupo econômico, com o fim de estabelecer monopólio, ou de eliminar, total ou parcialmente, a concorrência; (iv) açambarcar, sonegar, destruir ou inutilizar bens de produção ou de consumo, com o fim de estabelecer monopólio ou de eliminar, total ou parcialmente, a concorrência; (v) provocar oscilação de preços em detrimento de empresa concorrente ou vendedor de matéria-prima, mediante ajuste ou acordo, ou por outro meio fraudulento; (vi) vender mercadorias abaixo do preço de custo, com o fim de impedir a concorrência; e (vii) elevar, sem justa causa, os preços de bens ou serviços, valendo-se de monopólio natural ou de fato. Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

e) Quando a agência reguladora, no exercício de suas atribuições, tomar conhecimento de fato que possa configurar infração à ordem econômica, deverá comunicá-lo imediatamente aos órgãos de defesa da concorrência para que esses adotem as providências cabíveis. Os órgãos de defesa da concorrência são responsáveis pela aplicação da legislação de defesa da concorrência nos setores regulados, incumbindo-lhes a análise de atos de concentração, bem como a instauração e a instrução de processos administrativos para apuração de infrações contra a ordem econômica.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. É o próprio Cade que estabelece os termos para a colaboração, incluindo a redução ou extinção de penalidades (art. 86 da Lei nº 12.529/2011).

A alternativa B está incorreta. A celebração de acordo de leniência pode suspender o curso do prazo prescricional em alguns casos, mas a suspensão da denúncia e a extinção da punibilidade depende do cumprimento completo do acordo e de uma decisão judicial (artigo 86, § 4º, I da Lei nº 12.529/2011).

A alternativa C está incorreta. Embora a colaboração entre agências reguladoras e órgãos de defesa da concorrência seja importante e praticada, a alternativa correta não está apenas focada nessa cooperação

A alternativa D está incorreta. A Lei nº 12.529, de 2011 revogou diversas práticas, dentre elas: “III - discriminar preços de bens ou de prestação de serviços por ajustes ou acordo de grupo econômico, com o fim de estabelecer monopólio, ou de eliminar, total ou parcialmente, a concorrência; IV - açambarcar, sonegar, destruir ou inutilizar bens de produção ou de consumo, com o fim de estabelecer monopólio ou de eliminar, total ou parcialmente, a concorrência; V - provocar oscilação de preços em detrimento de empresa concorrente ou vendedor de matéria-prima, mediante ajuste ou acordo, ou por outro meio fraudulento; VI - vender mercadorias abaixo do preço de custo, com o fim de impedir a concorrência; VII - elevar, sem justa causa, os preços de bens ou serviços, valendo-se de monopólio natural ou de fato.”

A alternativa E está correta. Constitui papel das agências reguladoras e dos órgãos de defesa da concorrência em identificar e agir sobre infrações à ordem econômica (art. 9º, 3º).

QUESTÃO 36. Assinale a alternativa correta:

- a) São incapazes para os atos da vida civil os ébrios, os deficientes mentais e os toxicômanos.**
- b) Os deficientes mentais são capazes para os atos da vida civil, podendo receber curador para assisti-los nos atos de cunho patrimonial.**
- c) Os deficientes podem praticar atos existenciais, desde que o façam com a anuência de dois apoiadores.**
- d) Os toxicômanos, com entendimento reduzido, não podem mais ser interditados segundo a legislação hoje vigente.**
- e) Os indígenas são sempre incapazes do ponto de vista individual, mas suas coletividades não o são.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre capacidade no âmbito do direito civil.

A alternativa A está correta, conforme o gabarito divulgado pela banca examinadora. Entretanto, essa questão é passível de recurso.

A alternativa está em desacordo com as previsões legais, sobretudo o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015). A deficiência em si não é causa de incapacidade, devendo ser analisada no caso concreto.

Com a entrada em vigor desta Lei, as pessoas com deficiência, como regra, são consideradas capazes para os atos da vida civil, podendo ser assistidos por curador apenas em atos de cunho patrimonial ou negociais. A deficiência não afeta a plena capacidade da pessoa, conforme art. 6º, da Lei 13.146/2015.

A alternativa B está correta também. Conforme o art. 84, §1º, da Lei 13.146/2015 (EPD), a pessoa com deficiência será submetida a curatela apenas se necessário.

As demais alternativas estão incorretas, portanto. Sendo essa questão passível de recurso por haver mais de uma alternativa correta.

QUESTÃO 37. Assinale a alternativa correta:

- a) A morte presumida e a ausência têm efeitos patrimoniais, mas não pessoais.
- b) Durante a fase de sucessão provisória do ausente, seus imóveis são inalienáveis, salvo por ordem judicial, ou desapropriação.
- c) A morte presumida é instituto aplicável apenas na pendência de guerra declarada, ou ainda no caso de ausência por mais de 20 anos.
- d) A sentença que decreta a morte presumida fixará a data da morte, podendo omiti-la se não for possível estabelecer a data exata.
- e) O ausente, ao ser assim declarado por sentença, será interditado para que seu patrimônio possa ser administrado por curador.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre sucessões.

A alternativa A está incorreta. A morte presumida e a ausência podem ter efeitos pessoais, como a dissolução do casamento ou união estável, além dos patrimoniais.

A alternativa B está correta. Durante a fase de sucessão provisória, os imóveis do ausente são de fato inalienáveis, salvo por ordem judicial ou desapropriação. Isso está consoante o artigo 31 do Código Civil. A saber: “Art. 31. Os imóveis do ausente só se poderão alienar, não sendo por desapropriação, ou hipotecar, quando o ordene o juiz, para lhes evitar a ruína.”

A alternativa C está incorreta. A morte presumida não é aplicável apenas em casos de guerra declarada ou ausência por mais de 20 anos, sendo inclusive, esse período incorreto, inclusive. Vejamos: “Art. 7º Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência: I - se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida; II - se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até dois anos após o término da guerra.”

A alternativa D está incorreta. A sentença que decreta a morte presumida deve fixar a data provável da morte, se possível (art. 7º, parágrafo único, CC).

A alternativa E está incorreta. A interdição é um procedimento distinto.

QUESTÃO 38. Assinale a alternativa correta:

- a) A responsabilidade do operador de instalação nuclear afere-se por risco integral, sendo irrelevante que o acidente nuclear tenha sido provocado por fato de terceiro.

b) O fortuito interno não interfere na responsabilidade do fornecedor, da mesma forma que o fortuito externo.

c) O transportador de pessoa pode excluir, por cláusula expressa, a responsabilidade pela integridade de animal despachado pelo passageiro.

d) A responsabilidade por dano causado por animal cabe a seu titular ou possuidor, sendo aferida pelo critério de culpa presumida.

e) O CDC, por integrar a ordem pública interna, afasta a limitação de responsabilidade do transportador aéreo determinada por Convenção Internacional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está incorreta. responsabilidade do operador de instalação nuclear é, de fato, aferida por risco integral, o que significa que, independentemente de culpa ou de quem tenha causado o acidente, o operador é responsável pelos danos. Este princípio está estabelecido no art. 21, XXIII, "d" da Constituição Federal de 1988, vejamos: “) a responsabilidade civil por danos nucleares independe da existência de culpa; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 49, de 2006)”

A alternativa B está incorreta. O fortuito interno é um evento imprevisto e inevitável dentro da atividade desenvolvida pelo fornecedor e não exime a responsabilidade deste, diferente do fortuito externo.

A alternativa C está incorreta. O transportador de pessoa não pode excluir sua responsabilidade pela integridade de animal despachado pelo passageiro (art. 25 CDC).

A alternativa D está incorreta. A responsabilidade por dano causado por animal é objetiva, ou seja, independe de culpa, ao titular ou possuidor do animal, conforme o artigo 936 do Código Civil.

A alternativa E está incorreta. Não há previsão no CDC nesse sentido, que fastaria, por si só, a limitação de responsabilidade do transportador aéreo determinada por convenção internacional.

QUESTÃO 39. Assinale a alternativa correta:

a) A remissão conferida pelo credor a um dos devedores solidários exime os demais, extinguindo-se a dívida.

b) A compensação entre crédito de um dos devedores solidários e o credor destes exime os demais devedores, extinguindo-se a solidariedade.

c) A compensação entre crédito de um dos devedores solidários e o credor destes exime os demais devedores, extinguindo-se a solidariedade.

d) A transação celebrada entre o credor e um dos devedores solidários extingue os demais devedores, extinguindo-se a dívida.

e) A novação contratada entre o credor e um dos devedores solidários implica, automaticamente, em que a dívida nova permanecerá solidária.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

As alternativas A, B e C estão incorretas. A remissão conferida pelo credor a um dos devedores solidários não extingue os demais, apenas extingue a dívida em relação ao devedor remido. Os outros devedores continuam responsáveis, conforme o artigo 281 do CC: “Art. 281. O devedor demandado pode opor ao credor as exceções que lhe forem pessoais e as comuns a todos; não lhe aproveitando as exceções pessoais a outro co-devedor.” A compensação do crédito de um dos devedores solidários com o credor não extingue automaticamente os demais devedores da solidariedade, ela só reduz a parte que cabe àquele que compensou a dívida.

A alternativa D está correta. A transação celebrada entre o credor e um dos devedores solidários pode eximir os demais, conforme disposto no art. 844, § 3º do CC. Vejamos: “Art. 844. A transação não aproveita, nem prejudica senão aos que nela intervierem, ainda que diga respeito a coisa indivisível. §3º Se entre um dos devedores solidários e seu credor, extingue a dívida em relação aos co-devedores.”

A alternativa E está incorreta. Consoante o art. 364 do CC, a novação contratada entre o credor e um dos devedores solidários não implica automaticamente que a nova dívida permanecerá solidária, a menos que isso tenha sido expressamente acordado entre as partes.

QUESTÃO 40. Assinale a alternativa correta:

a) Reduzir os juros vencidos de um empréstimo, na vigência de lei nova que os limitou, é exemplo de retroatividade máxima.

b) Os limites à retroatividade da lei não se aplicam aos regulamentos administrativos.

c) O direito sob condição suspensiva é considerado adquirido perante a lei nova; não é assim considerado no que tange aos efeitos do negócio jurídico.

d) A expectativa de direito não gera efeitos jurídicos.

e) O direito sujeito a termo inicial não é considerado adquirido.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre condição suspensiva.

A alternativa A está incorreta. Ao aplicar a lei nova a fatos futuros (juros vincendos), na verdade, um exemplo de retroatividade mínima, não máxima.

A alternativa B está incorreta. Os limites à retroatividade da lei também se aplicam aos regulamentos administrativos, pois esses regulamentam a execução das leis.

A alternativa C está correta. O direito sob condição suspensiva é considerado adquirido perante a lei nova. Isso ocorre quando a condição se cumpre durante a vigência da lei nova, conforme o artigo 6º, § 2º, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB). A saber: “§ 2º Consideram-se adquiridos assim os direitos que o seu titular, ou alguém por ele, possa exercer, como aqueles cujo começo do exercício tenha termo pré-fixo, ou condição pré-estabelecida inalterável, a arbítrio de outrem.”

A alternativa D está incorreta. A expectativa de direito pode gerar efeitos jurídicos, especialmente em situações previstas em lei ou em negócios jurídicos que estipulem essa expectativa.

A alternativa E está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, o direito sujeito a termo inicial, uma vez cumprido o termo, passa a ser um direito adquirido.

QUESTÃO 41. Assinale a alternativa correta:

a) Para promover a responsabilidade do construtor por vício, o adquirente do imóvel deve observar o prazo decadencial de cinco anos, além do prazo prescricional de cinco anos.

b) Ao construtor é imposto um prazo legal de garantia pela solidez e segurança da construção. Ainda pode responder por vícios, no prazo prescricional de dez anos.

c) Durante cinco anos, o construtor responde por vícios da construção, ficando liberado quanto aos vícios que se manifestem após esse prazo.

d) O adquirente, sendo consumidor, deve reclamar por vícios aparentes ou não aparentes no prazo de cinco anos, contados da entrega da obra.

e) Se o contrato for escrito, o construtor responderá por vícios, observada a prescrição trienal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Não há um prazo decadencial de cinco anos e um prazo prescricional adicional de cinco anos para promover a responsabilidade do construtor por vícios. Isto, pois, durante o período de garantia, o construtor é diretamente responsável, e o prazo de prescrição de dez anos se inicia após o término da garantia para o adquirente poder apresentar sua reclamação judicialmente.

A alternativa B está correta. O construtor tem um prazo legal de garantia pela solidez e segurança da construção conforme o artigo 618 do Código Civil, que é de cinco anos. Além disso, ele pode responder por

vícios ou defeitos observados nesse período até o prazo prescricional de dez anos, conforme a interpretação do artigo 205 do CC/2002 e decisões jurisprudenciais (REsp 1721694).

A alternativa C está incorreta. Ele responde por vícios que se manifestem durante o prazo de garantia de cinco anos, mas o prazo prescricional para ações judiciais pode ser maior.

A alternativa D está incorreta. O adquirente, sendo consumidor, deve reclamar por vícios aparentes ou não aparentes dentro dos prazos estabelecidos pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC), que são 90 dias para vícios aparentes em bens imóveis e cinco anos para vícios ocultos (arts. 25 e 26, CC).

A alternativa E está incorreta. O prazo prescricional é de dez anos, conforme o artigo 205 do CC.

QUESTÃO 42. Assinale a alternativa correta:

a) O mandato não pode ser eficazmente substabelecido, se houver cláusula que o proíba.

b) O mandato não pode ser objeto de revogação eficaz, se contiver cláusula que a proíba.

c) O mandato se presume gratuito, salvo se houver previsão de que as despesas incorridas pelo mandatário devam ser ressarcidas.

d) A cláusula ad judicia inserida em mandato confere ao mandatário, por si só, poderes para transigir, renunciar e celebrar compromisso.

e) O mandato em termos gerais implica em poderes de administração, o que inclui a aplicação financeira de valores em espécie da titularidade do mandante.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. O mandato pode ser substabelecido, salvo se houver cláusula que o proíba. A cláusula proibitiva de substabelecimento torna-se eficaz para impedir o substabelecimento, conforme artigo 667 do Código Civil.

A alternativa B está incorreta. O mandato pode ser revogado a qualquer tempo pelo mandante, mesmo que contenha cláusula proibitiva de revogação (art. 682, CC).

A alternativa C está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, o mandato não se presume gratuito, salvo se houver previsão específica para isso (art. 658, CC).

A alternativa D está incorreta. Esses poderes precisam ser expressamente conferidos. A cláusula ad judicia em um mandato confere ao mandatário a capacidade de atuar legalmente em processos, mas não lhe concede automaticamente poderes para tomar decisões significativas que afetem os direitos substantivos do mandante, a menos que esses poderes estejam especificamente declarados no mandato.

A alternativa E está correta. O mandato em termos gerais implica poderes de administração, conforme artigo 661 do Código Civil. Isso inclui a aplicação financeira de valores em espécie da titularidade do mandante.

QUESTÃO 43. Assinale a alternativa correta:

a) No sistema do atual CPC, é possível a criação de fato superveniente a fim de caracterizar impedimento do juiz.

b) Há suspeição do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo de que conheceu em outro grau de jurisdição, tendo proferido decisão.

c) Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo quando for herdeiro presuntivo, donatário ou empregador de qualquer das partes.

d) O juiz só decidirá por equidade nos casos previstos em jurisprudência.

e) O juiz dirigirá o processo conforme as disposições do CPC, incumbindo-lhe determinar, a qualquer tempo, o comparecimento pessoal das partes, para inquiri-las sobre os fatos da causa, hipótese em que incidirá a pena de confesso.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata dos institutos do impedimento e da suspeição, bem como dos poderes, deveres e responsabilidade do Juiz.

A alternativa A está incorreta. O impedimento do juiz não pode ser criado por "fato superveniente". O art. 144, §2º, do CPC esclarece que o impedimento é objetivo, tratando apenas de situações específicas já previstas em lei. Vejamos: "§ 2º É vedada a criação de fato superveniente a fim de caracterizar impedimento do juiz".

A alternativa B está incorreta. A situação descrita configura impedimento e não suspeição. Conforme o art. 144, II, do CPC, há impedimento quando o juiz atuou no processo em outra instância proferindo decisão. Confira-se: " Art. 144. Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo: [...] II - de que conheceu em outro grau de jurisdição, tendo proferido decisão;"

A alternativa C está correta. O art. 144, VI, do CPC estabelece que há impedimento do juiz quando ele for herdeiro presuntivo, donatário ou empregador de qualquer das partes, como mencionado na alternativa. Assim: "Art. 144. Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo: [...] VI - quando for herdeiro presuntivo, donatário ou empregador de qualquer das partes;"

A alternativa D está incorreta. O art. 140, parágrafo único, do CPC prevê que o juiz só decidirá por equidade quando houver autorização legal expressa, e não com base em jurisprudência, como indicado na alternativa. Observe: "Parágrafo único. O juiz só decidirá por equidade nos casos previstos em lei".

A alternativa E está incorreta. O art. 139, VIII, do CPC determina que o juiz pode determinar o comparecimento pessoal das partes, mas não autoriza a incidência da pena de confesso. Vejamos: “Art. 139. O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe: [...] VIII - determinar, a qualquer tempo, o comparecimento pessoal das partes, para inquiri-las sobre os fatos da causa, hipótese em que não incidirá a pena de confesso;”.

QUESTÃO 44. Assinale a alternativa correta:

a) A Defensoria Pública gozará de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais.

b) Havendo litisconsórcio, o desinteresse na realização da audiência pode ser manifestado por parte dos litisconsortes.

c) O juiz conhecerá de ofício da incompetência relativa, da litispendência, da coisa julgada e da conexão.

d) A desistência da ação ou a ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de seu mérito obsta ao prosseguimento do processo quanto à reconvenção.

e) Verificando a existência de irregularidades ou de vícios sanáveis, o juiz determinará sua correção em prazo nunca superior a 60 (sessenta) dias.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata de prazos processuais, litisconsórcio, preliminares, reconvenção e vícios/irregularidades alegadas pelo réu.

A alternativa A está correta. O **art. 186 do CPC** assegura que a Defensoria Pública goza de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais. Observe: “Art. 186. A Defensoria Pública gozará de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais”.

A alternativa B está incorreta. O art. 334, §6º, do CPC determina que o desinteresse na realização da audiência de conciliação ou mediação é um dever a ser manifestados por todos os litisconsortes e não uma prerrogativa a eles concedida. Assim: “§ 6º Havendo litisconsórcio, o desinteresse na realização da audiência deve ser manifestado por todos os litisconsortes”.

A alternativa C está incorreta. O art. 337, §5º, do CPC estabelece que a incompetência relativa não pode ser conhecida de ofício pelo juiz, enquanto litispendência, coisa julgada e conexão podem. Nesse sentido: “§ 5º Excetuadas a convenção de arbitragem e a incompetência relativa, o juiz conhecerá de ofício das matérias enumeradas neste artigo”.

A alternativa D está incorreta. Conforme o art. 343, §2º, do CPC, a desistência da ação principal ou a ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de mérito não obsta o prosseguimento da reconvenção. Assim: “§ 2º A desistência da ação ou a ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de seu mérito não obsta ao prosseguimento do processo quanto à reconvenção”.

A alternativa E está incorreta. O art. 352 do CPC não prevê um prazo de sessenta dias para a correção de vícios, mas não superior a trinta dias. Vejamos: “Art. 352. Verificando a existência de irregularidades ou de vícios sanáveis, o juiz determinará sua correção em prazo nunca superior a 30 (trinta) dias”.

QUESTÃO 45. Quanto à penhora, assinale a alternativa correta:

- a) São impenhoráveis os bens alienáveis e os declarados, por ato voluntário, não sujeitos à execução.**
- b) São impenhoráveis os vestuários, bem como os pertences de uso pessoal do executado, mesmo que de elevado valor.**
- c) É impenhorável a pequena propriedade rural, assim definida em lei, ainda que não trabalhada pela família.**
- d) São impenhoráveis os livros, as máquinas, as ferramentas, os utensílios, os instrumentos ou outros bens móveis necessários ou úteis ao exercício da profissão do executado.**
- e) O seguro de vida é penhorável.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema penhora.

Para responder a questão, faz-se necessário o conhecimento do teor do art. 833, incisos I, III, V, VI e VIII do Código de Processo Civil: “Art. 833. São impenhoráveis: I - os bens inalienáveis e os declarados, por ato voluntário, não sujeitos à execução; [...] III - os vestuários, bem como os pertences de uso pessoal do executado, salvo se de elevado valor; [...] V - os livros, as máquinas, as ferramentas, os utensílios, os instrumentos ou outros bens móveis necessários ou úteis ao exercício da profissão do executado; VI - o seguro de vida; [...] VIII - a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família”. A partir de tal dispositivo, temos que:

A alternativa A está incorreta. São impenhoráveis os bens inalienáveis, mas bens alienáveis podem ser penhorados, salvo se declarados impenhoráveis por lei (Art. 833, I, CPC).

A alternativa B está incorreta. Vestuários e pertences de uso pessoal do executado são impenhoráveis, mas quando de elevado valor podem ser penhorados (Art. 833, III, CPC).

A alternativa C está incorreta. A pequena propriedade rural é impenhorável se trabalhada pela família. Caso contrário, perde a proteção (Art. 833, VIII, CPC).

A alternativa D está correta. Bens como livros, máquinas, ferramentas, utensílios e instrumentos necessários ou úteis ao exercício da profissão são impenhoráveis (Art. 833, V, CPC).

A alternativa E está incorreta. O seguro de vida é impenhorável (Art. 833, VI, CPC).

QUESTÃO 46. Acerca da remessa necessária, assinale a alternativa correta:

- a) Ocorre na sentença que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal.
- b) Não se aplica quando a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a 500 (quinhentos) salários-mínimos para a União e as respectivas autarquias e fundações de direito público.
- c) Não se aplica quando a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a 200 (duzentos) salários-mínimos para os Municípios que não constituam capitais dos Estados e respectivas autarquias e fundações de direito público.
- d) É aplicável quando a sentença estiver fundada em súmula de tribunal superior.
- e) É aplicável quando a sentença estiver fundada em entendimento coincidente com orientação vinculante firmada no âmbito administrativo do próprio ente público, consolidada em manifestação, parecer ou súmula administrativa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Remessa Necessária, previsto no artigo 496 do Código de Processo Civil (CPC).

A alternativa A está correta. O art. 496, II, do CPC estabelece que a remessa necessária ocorre em sentenças que julgarem procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal. Observe: “Art. 496. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença: [...] II - que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal”.

A alternativa B está incorreta. O art. 496, §3º, I, do CPC estabelece que não se aplica a remessa necessária quando a condenação ou o proveito econômico for inferior a 1.000 salários-mínimos para a União, autarquias e fundações de direito público e não quando inferior a 500 salários-mínimos, como indica a alternativa. Vejamos: “§ 3º Não se aplica o disposto neste artigo quando a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a: I - 1.000 (mil) salários-mínimos para a União e as respectivas autarquias e fundações de direito público”.

A alternativa C está incorreta. O art. 496, §3º, III, do CPC dispensa a remessa necessária para Municípios quando o valor da condenação ou proveito econômico for inferior a 100 salários-mínimos e não quando inferior a 200 salários-mínimos, como mencionado na alternativa. Confira-se: “§ 3º Não se aplica o disposto neste artigo quando a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a: [...] III - 100 (cem) salários-mínimos para todos os demais Municípios e respectivas autarquias e fundações de direito público”.

A alternativa D está incorreta. O art. 496, §4º, I, do CPC determina que a remessa necessária não se aplica quando a sentença está fundada em súmulas de tribunal superior. Assim: “§ 4º Também não se aplica o disposto neste artigo quando a sentença estiver fundada em: I - súmula de tribunal superior”.

A alternativa E está incorreta. O art. 496, §4º, IV, do CPC dispensa a remessa necessária quando a sentença estiver baseada em orientação vinculante firmada no âmbito administrativo do ente público, como manifestação, parecer ou súmula administrativa. Assim, a remessa não seria aplicável, o que torna a alternativa errada. Nesse sentido: “§ 4º Também não se aplica o disposto neste artigo quando a sentença estiver fundada em: [...] IV - entendimento coincidente com orientação vinculante firmada no âmbito administrativo do próprio ente público, consolidada em manifestação, parecer ou súmula administrativa”.

QUESTÃO 47. Assinale a alternativa correta:

a) Na contestação, é lícito ao réu propor reconvenção para manifestar pretensão própria, conexa ou não com a ação principal ou com o fundamento da defesa.

b) Depois da contestação, é lícito ao réu deduzir novas alegações quando relativas a direito ou fato superveniente.

c) Se o réu alegar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, este será ouvido no prazo de 20 (vinte) dias, permitindo-lhe o juiz a produção de prova.

d) A produção antecipada da prova previne a competência do juízo para a ação que venha a ser proposta.

e) A desistência da ação pode ser apresentada a qualquer tempo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Ação no Processo Civil.

A alternativa A está incorreta. O artigo 343 do Código de Processo Civil (CPC) limita a reconvenção a pretensões conexas com a ação principal ou com o fundamento da defesa. Vejamos: “Art. 343. Na contestação, é lícito ao réu propor reconvenção para manifestar pretensão própria, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa”.

A alternativa B está correta. O artigo 342, inciso I, do Código de Processo Civil (CPC) permite que o réu deduza novas alegações após a contestação quando relativas a direito ou fato superveniente. Tal disposição assegura que o processo contemple fatos novos que possam influenciar a decisão. Assim: “ Art. 342. Depois da contestação, só é lícito ao réu deduzir novas alegações quando: I - relativas a direito ou a fato superveniente”.

A alternativa C está incorreta. O prazo para o autor se manifestar, caso o réu alegue fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito, é de 15 dias, conforme estabelecido no artigo 350 do CPC, e não 20 dias, como aponta a alternativa. Vejamos: “Art. 350. Se o réu alegar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, este será ouvido no prazo de 15 (quinze) dias, permitindo-lhe o juiz a produção de prova”.

A alternativa D está incorreta. De acordo com o artigo 381, §3º, do CPC, a produção antecipada de prova não previne a competência do juízo para a ação principal. Nesse sentido: “§ 3º A produção antecipada da prova não previne a competência do juízo para a ação que venha a ser proposta”.

A alternativa E está incorreta. Segundo o artigo 485, §5º, do CPC, a desistência da ação não pode ser apresentada a qualquer tempo, como sugere a alternativa. O marco é a prolação da sentença. Assim: “§ 5º A desistência da ação pode ser apresentada até a sentença”.

QUESTÃO 48. Quanto à sentença, assinale a alternativa correta:

a) É possível ao juiz proferir decisão de natureza diversa da pedida, bem como condenar a parte em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.

b) Deve ser certa, salvo se resolver relação jurídica condicional.

c) Pode invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão.

d) Se, depois da propositura da ação, algum fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito influir no julgamento do mérito, caberá ao juiz tomá-lo em consideração, de ofício ou a requerimento da parte, no momento de proferir a decisão.

e) Faz coisa julgada a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Sentença.

A alternativa A está incorreta. O artigo 492 do Código de Processo Civil (CPC) proíbe que o juiz profira decisão de natureza diversa da pedida ou condene a parte em quantidade superior ou em objeto diverso do que foi demandado. Assim: “Art. 492. É vedado ao juiz proferir decisão de natureza diversa da pedida, bem como condenar a parte em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado”.

A alternativa B está incorreta. De acordo com o artigo 492, parágrafo único, do CPC, a sentença deve ser certa, inclusive quando resolver relação jurídica condicional. Nesse sentido: “Parágrafo único. A decisão deve ser certa, ainda que resolva relação jurídica condicional”.

A alternativa C está incorreta. O artigo 489, §1º, III, do CPC, exige que a sentença esteja fundamentada em razões específicas aplicáveis ao caso concreto, sendo vedado invocar motivos que poderiam justificar outra decisão. Observe: “§ 1º Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que: [...] III - invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão”.

A alternativa D está correta. Segundo o artigo 493 do Código de Processo Civil (CPC), o juiz deve levar em conta, de ofício ou a requerimento da parte, fatos supervenientes que possam influenciar no julgamento do mérito. Vejamos: “Art. 493. Se, depois da propositura da ação, algum fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito influir no julgamento do mérito, caberá ao juiz tomá-lo em consideração, de ofício ou a requerimento da parte, no momento de proferir a decisão”.

A alternativa E está incorreta. O artigo 504, II, do CPC, determina que a verdade dos fatos como fundamento da sentença não faz coisa julgada. Confira-se: “Art. 504. Não fazem coisa julgada: [...] II - a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença”.

QUESTÃO 49. Quanto ao cumprimento de sentença, assinale a alternativa correta:

a) Independe de demonstração de que se realizou a condição ou de que ocorreu o termo, quando o juiz decidir relação jurídica sujeita a condição ou termo.

b) Não comporta intimação por edital.

c) Não poderá ser promovido em face do fiador, do coobrigado ou do corresponsável que não tiver participado da fase de conhecimento.

d) Possibilita nova discussão da lide ou modificação da sentença que a julgou em caso de matéria de ordem pública.

e) Não incide em caso de benefícios assistenciais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Cumprimento de Sentença.

A alternativa A está incorreta. O artigo 514 do Código de Processo Civil (CPC) exige a demonstração de que a condição ou o termo ocorreram para que seja possível o cumprimento de sentença relativa a relações jurídicas sujeitas a essas condições. Vejamos: “Art. 514. Quando o juiz decidir relação jurídica sujeita a condição ou termo, o cumprimento da sentença dependerá de demonstração de que se realizou a condição ou de que ocorreu o termo”.

A alternativa B está incorreta. O artigo 513, §2º, IV, do CPC permite a intimação por edital no cumprimento de sentença, especialmente em casos em que o devedor não seja localizado. Confira-se: “§ 2º O devedor será intimado para cumprir a sentença: [...] IV - por edital, quando, citado na forma do art. 256, tiver sido revel na fase de conhecimento”.

A alternativa C está correta. O artigo 513, §5º, do Código de Processo Civil (CPC) dispõe que o cumprimento de sentença não pode ser promovido contra o fiador, coobrigado ou corresponsável que não tenha participado da fase de conhecimento. Essa regra visa preservar o direito ao contraditório e à ampla defesa. Assim: “§ 5º O cumprimento da sentença não poderá ser promovido em face do fiador, do coobrigado ou do corresponsável que não tiver participado da fase de conhecimento”.

A alternativa D está incorreta. O artigo 507 do CPC assegura a coisa julgada, impedindo que o mérito da sentença seja novamente discutido ou modificado, mesmo em questões de ordem pública. Nesse sentido: “Art. 507. É vedado à parte discutir no curso do processo as questões já decididas a cujo respeito se operou a preclusão”.

A alternativa E está incorreta. Depreende-se, da redação do artigo 515, I, do CPC, que o cumprimento de sentença pode incidir sobre benefícios assistenciais. Vejamos: “Art. 515. São títulos executivos judiciais, cujo cumprimento dar-se-á de acordo com os artigos previstos neste Título: I - as decisões proferidas no processo civil que reconheçam a exigibilidade de obrigação de pagar quantia, de fazer, de não fazer ou de entregar coisa”.

QUESTÃO 50. Assinale a alternativa correta:

a) A tutela da evidência será concedida quando houver súmula de tribunal regional federal a respeito da matéria.

b) A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito ou o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

c) A tutela provisória será requerida ao juiz da causa e, quando antecedente, a qualquer juízo.

d) A parte não responde pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar à parte adversa, salvo em hipótese de má-fé.

e) A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Tutela Provisória.

A alternativa A está incorreta. O artigo 311, II, do Código de Processo Civil (CPC) estabelece que a tutela da evidência pode ser concedida em hipóteses que envolvem súmula vinculante ou jurisprudência consolidada em julgamento de recursos repetitivos, mas não inclui súmulas de tribunais regionais federais. Vejamos: “Art. 311. A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando: [...] II - as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante”.

A alternativa B está incorreta. A tutela de urgência exige a presença cumulativa dos dois requisitos: probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, conforme o artigo 300 do CPC. Assim: “Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo”.

A alternativa C está incorreta. O artigo 299 do CPC determina que a tutela provisória deve ser requerida ao juiz da causa e quando antecedente, ao juízo competente para decidir o pedido principal, não podendo ser proposta em qualquer juízo. Nesse sentido: “Art. 299. A tutela provisória será requerida ao juízo da causa e, quando antecedente, ao juízo competente para conhecer do pedido principal”.

A alternativa D está incorreta. O artigo 302 do CPC afirma que a parte responde pelos prejuízos causados pela efetivação da tutela de urgência. Confira-se: “Art. 302. Independentemente da reparação por dano

processual, a parte responde pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar à parte adversa [...]”.

A alternativa E está correta. O artigo 300, §2º, do Código de Processo Civil (CPC) dispõe que a tutela de urgência pode ser concedida liminarmente (sem a oitiva da parte contrária) ou após justificção prévia. Observe: “§ 2º A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificção prévia”.

QUESTÃO 51. Assinale a alternativa correta:

a) O requerimento de limitação de litisconsórcio facultativo suspende o prazo para manifestação ou resposta, que recomeçará da intimação da decisão que o solucionar.

b) Faz-se necessária a instauração de incidente de desconideração de pessoa jurídica quando a desconideração da personalidade jurídica for requerida na petição inicial, hipótese em que será citado o sócio ou a pessoa jurídica.

c) Desafia interposição de recurso de apelação a decisão que decide parte do processo decretando decadência do direito postulado pela parte autora.

d) Aos Juízes Federais compete processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica, empresa pública federal ou sociedade de economia mista forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.

e) Não serão devidos honorários no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje expedição de precatório, desde que não tenha sido impugnada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do litisconsórcio, desconideração da personalidade jurídica, apelação, competência e honorários advocatícios.

A alternativa A está incorreta. Conforme o artigo 113, §2º, do Código de Processo Civil (CPC), o requerimento de limitação de litisconsórcio não suspende o prazo para manifestação ou resposta, mas interrompe. Vejamos: “§ 2º O requerimento de limitação interrompe o prazo para manifestação ou resposta, que recomeçará da intimação da decisão que o solucionar”.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do artigo 134, §2º, do CPC, a instauração de incidente de desconideração da personalidade jurídica não é necessária quando o pedido de desconideração já consta da petição inicial. Nesse sentido: “§ 2º Dispensa-se a instauração do incidente se a desconideração da personalidade jurídica for requerida na petição inicial, hipótese em que será citado o sócio ou a pessoa jurídica”.

A alternativa C está incorreta. Segundo o artigo 356, §5º, do CPC, a decisão que resolve parcialmente o mérito desafia agravo de instrumento e não apelação. Observe: “Art. 356. O juiz decidirá parcialmente o mérito

quando um ou mais dos pedidos formulados ou parcela deles: I - mostrar-se incontroverso; II - estiver em condições de imediato julgamento, nos termos do art. 355”; “Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando: I - não houver necessidade de produção de outras provas”; e, por fim, “Art. 356. [...] § 5º A decisão proferida com base neste artigo é impugnável por agravo de instrumento”.

A alternativa D está incorreta. Embora o artigo 109, I, da Constituição Federal preveja a competência da Justiça Federal para processar e julgar as causas envolvendo a União, autarquias e empresas públicas federais, essa regra não inclui as sociedades de economia mista. Confira-se: “Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho”.

A alternativa E está correta. É a expressa redação do artigo 85, §7º, do Código de Processo Civil (CPC), segundo o qual “§ 7º Não serão devidos honorários no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje expedição de precatório, desde que não tenha sido impugnada”.

QUESTÃO 52. Assinale a alternativa correta:

- a) O Mandado de Segurança em matéria previdenciária pode ser utilizado quando a análise do pedido administrativo de concessão de auxílio-doença ultrapassar 30 (trinta) dias sem resposta.**
- b) O Mandado de Segurança em matéria previdenciária pode ser impetrado em hipótese de redução de pagamento de benefício, desprovida de comunicação ao segurado e de decisão fundamentada.**
- c) O Mandado de Segurança em matéria previdenciária não pode versar sobre o direito à aposentadoria por tempo de contribuição.**
- d) O Mandado de Segurança em matéria previdenciária não comporta análise do direito à aposentadoria especial.**
- e) Em caso de fraude e de cessação de benefício previdenciário, de forma abrupta, não se há de falar em impetração de Mandado de Segurança.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do Mandado de Segurança em matéria previdenciária.

A alternativa A está incorreta. O prazo é de 45 (quarenta e cinco) dias sem resposta e não de 30 (trinta) dias como menciona a questão. Observe: “CONSTITUCIONAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS POR INCAPACIDADE. PRAZO DE REALIZAÇÃO DAS PERÍCIAS PELO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. IMPOSIÇÃO JUDICIAL DE REALIZAÇÃO EM ATÉ 45 DIAS, SOB PENA DA IMPLEMENTAÇÃO AUTOMÁTICA DA PRESTAÇÃO REQUERIDA PELO SEGURADO. LIMITES DA INGERÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO EM POLÍTICAS PÚBLICAS. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. ACORDO CELEBRADO PELA PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA, PELA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, PELA DEFENSORIA

PÚBLICA GERAL DA UNIÃO, PELO PROCURADOR-GERAL FEDERAL E PELO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS. VIABILIDADE. REQUISITOS FORMAIS PRESENTES. HOMOLOGAÇÃO. PROCESSO EXTINTO. EXCLUSÃO DA SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL.. 1. Homologação de Termo de Acordo que prevê a regularização do atendimento aos segurados do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. 2. Viabilidade do acordo firmado pelo INSS e por legitimados coletivos que representam adequadamente os segurados, com o aval da Procuradoria-Geral da República. 3. Presença das formalidades extrínsecas e das cautelas necessárias para a chancela do acordo 4. Petição 99.535/2020 prejudicada. Acordo homologado. Processo extinto. Exclusão da sistemática da repercussão geral. (RE 1171152 Acordo, Relator(a): ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 08-02-2021, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - ADMISSIBILIDADE DJe-028 DIVULG 12-02-2021 PUBLIC 17-02-2021)”.

A alternativa B está correta. A cessação ou redução de benefício previdenciário sem comunicação prévia ou decisão fundamentada configura violação de direito líquido e certo, justificando o uso do Mandado de Segurança, conforme jurisprudência abaixo: “MANDADO DE SEGURANÇA. PREVIDENCIÁRIO. CESSAÇÃO DE BENEFÍCIO. NECESSIDADE DE PRÉVIA COMUNICAÇÃO. DIREITO DE INCAPAZ. DECADÊNCIA. INSCRIÇÃO NO CADASTRO ÚNICO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. 1. É defeso ao INSS cancelar benefício sem a prévia comunicação do beneficiário, com a motivação do cancelamento e oportunidade de defesa. 2. Comprovado que a parte autora não possui discernimento para a prática dos atos da vida civil, deve ser rigorosamente protegida pelo ordenamento jurídico, não podendo ser prejudicada pela fluência de prazo prescricional ou decadencial. [...] (TRF4, ApRemNec 5036892-10.2020.4.04.7100, 6ª Turma, Relator JOÃO BATISTA PINTO SILVEIRA, julgado em 24/08/2022)”.

A alternativa C está incorreta. O Mandado de Segurança é cabível quando houver direito líquido e certo comprovado por prova pré-constituída em pedidos relacionados à aposentadoria por tempo de contribuição. Vejamos: “MANDADO DE SEGURANÇA. PREVIDENCIÁRIO. EMENDA CONSTITUCIONAL 103/2019. ATIVIDADE ANTERIOR. COMPLEMENTAÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES. POSSIBILIDADE DE CÔMPUTO DO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. 1. O direito líquido e certo a ser amparado através de mandado de segurança é aquele que pode ser demonstrado de plano, mediante prova pré-constituída, sem a necessidade de dilação probatória. 2. A norma interna do INSS, no sentido de que o tempo indenizado posteriormente a 13/11/2019 não possa integrar a apuração do tempo de contribuição para fins de aposentadoria conforme regras anteriores à EC 103/2019, não encontra amparo na lei. Precedentes deste Tribunal. [...] (TRF4, ApRemNec 5002465-86.2022.4.04.7012, 10ª Turma, Relatora CLÁUDIA CRISTINA CRISTOFANI, julgado em 09/05/2023)”.

A alternativa D está incorreta. É plenamente possível analisar o direito à aposentadoria especial por meio de Mandado de Segurança. Confira-se: “PREVIDENCIÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. TEMPO DE LABOR ESPECIAL. RECONHECIMENTO E AVERBAÇÃO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. CONCESSÃO PELA VIA ADMINISTRATIVA. EFEITOS FINANCEIROS. SÚMULAS 269 E 271 DO STF. 1. Comprovado o exercício de atividade especial nos períodos postulados, faz jus o impetrante à averbação dos respectivos períodos com o acréscimo devido. 2. Em atenção à coisa julgada, com relação aos períodos que já haviam sido reconhecidos como especiais, por meio de sentença judicial transitada em julgado, não pode a administração previdenciária deixar de averbá-los, ainda que se trate de outro pedido de concessão de aposentadoria especial. [...] (TRF4, RemNec 5012415-42.2019.4.04.7201, 9ª Turma, Relatora para Acórdão ELIANA PAGGIARIN MARINHO, julgado em 14/12/2021)

A alternativa E está incorreta. A cessação abrupta de benefícios previdenciários, sem observância do devido processo legal (contraditório e ampla defesa), enseja a impetração de Mandado de Segurança para

resguardar o direito do segurado. Nesse sentido: “PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DE PRESTAÇÃO CONTINUADA. INVIABILIDADE DA SUSPENSÃO ATÉ DECISÃO ADMINISTRATIVA FINAL EM RECURSO. ART. 1.013 DO CPC/15. APELAÇÃO PROVIDA. SEGURANÇA CONCEDIDA. 1. O mandado de segurança obedece a procedimento célere e encontra regulamentação básica no art. 5º, LXIX, da Constituição da República: "Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público". 2. No caso concreto, de acordo com as razões da autarquia, o benefício assistencial foi suspensão em razão da constatação de que a renda familiar teria ultrapassado o limite previsto pela legislação. Destaco que a revisão administrativa sobre a subsistência dos requisitos necessários ao gozo do benefício é avaliação do quadro fático atual, que gera efeitos futuros. Assim, na revisão administrativa referida, não se analisa se o benefício foi ou não concedido indevidamente, mas sim se seu pagamento ainda se sustenta. 3. É pacífico na jurisprudência que não pode a autarquia suspender ou cancelar benefício previdenciário sem prévio processo administrativo, em que sejam assegurados os princípios do contraditório e da ampla defesa. Considerando que no presente caso, a suspensão do aludido benefício ocorreu sem a observância dos princípios do contraditório e ampla defesa, de rigor a reforma da sentença. 4. Apelação da impetrante provida a fim de determinar ao INSS o restabelecimento do benefício assistencial NB 87/548.209.004-0, até o término do procedimento administrativo, observado o contraditório e a ampla defesa, nos termos da fundamentação supra. (TRF 3ª Região, 10ª Turma, ApCiv - APELAÇÃO CÍVEL - 5002257-60.2021.4.03.6141, Rel. Desembargador Federal NELSON DE FREITAS PORFIRIO JUNIOR, julgado em 02/02/2022, Intimação via sistema DATA: 03/02/2022)”.

QUESTÃO 53. Assinale a alternativa correta:

a) O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), destinado à concessão de financiamento a estudantes de cursos superiores, na modalidade presencial ou a distância, não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério, poderá abater, na forma do regulamento, mensalmente, 1,00% (um inteiro por cento) do saldo devedor consolidado, incluídos os juros devidos no período e independentemente da data de contratação do financiamento, dos estudantes que exercerem as seguintes profissões: (i) professor em efetivo exercício na rede pública de educação básica com jornada de, no mínimo, 20 (vinte) horas semanais, graduado em licenciatura; (ii) médico integrante de equipe de saúde da família oficialmente cadastrada ou médico militar das Forças Armadas, com atuação em áreas e regiões com carência e dificuldade de retenção desse profissional, definidas como prioritárias pelo Ministério da Saúde, na forma do regulamento; e (iii) defensor público, bacharel em Direito, aprovado em concurso público específico para atuar em todas as áreas de atribuição da Defensoria, que dedica, no mínimo, 4 (quatro) horas semanais, para a atualização profissional e o aperfeiçoamento técnico, realizando cursos, conferências, seminários e outras atividades científicas relativas às áreas de atuação e às atribuições institucionais da Defensoria Pública.

b) O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), destinado à concessão de financiamento a estudantes de cursos superiores, na modalidade presencial ou a distância, não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério, poderá abater, na forma do regulamento, mensalmente, 1,00% (um inteiro por cento) do saldo devedor consolidado, incluídos os juros devidos no período e independentemente da data de contratação do financiamento, dos estudantes que exercerem as

seguintes profissões: (i) professor em efetivo exercício na rede pública de educação básica com jornada de, no mínimo, 20 (vinte) horas semanais, graduado em licenciatura; (ii) médico integrante de equipe de saúde da família oficialmente cadastrada ou médico militar das Forças Armadas, com atuação em áreas e regiões com carência e dificuldade de retenção desse profissional, definidas como prioritárias pelo Ministério da Saúde, na forma do regulamento; e (iii) médicos que não se enquadrem no disposto no item “ii” acima, enfermeiros e demais profissionais da saúde que trabalhem no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) durante o período de vigência da emergência sanitária decorrente da pandemia da Covid-19.

c) O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) é destinado à concessão de financiamento a estudantes de cursos superiores, na modalidade presencial ou a distância, não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério. A gestão do Fies caberá ao Ministério da Educação, a instituição financeira pública federal, contratada na qualidade de agente operador, e ao Comitê Gestor do Fundo de Financiamento Estudantil (CG-Fies). O Ministério da Educação, nos termos do que for aprovado pelo CG-Fies, editará regulamento sobre as regras de seleção de estudantes a serem financiados, sem ser considerados a renda familiar *per capita*, independente ao valor do encargo educacional do curso pretendido, bem como as regras de oferta de vagas.

d) O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), destinado à concessão de financiamento a estudantes de cursos superiores, na modalidade presencial ou a distância, não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério, poderá abater, na forma do regulamento, mensalmente, 1,00% (um inteiro por cento) do saldo devedor consolidado, incluídos os juros devidos no período e independentemente da data de contratação do financiamento, dos estudantes que exercerem as seguintes profissões: (i) defensor público, bacharel em Direito, aprovado em concurso público específico para atuar em todas as áreas de atribuição da Defensoria, que dedica, no mínimo, 4 (quatro) horas semanais, para a atualização profissional e o aperfeiçoamento técnico, realizando cursos, conferências, seminários e outras atividades científicas relativas às áreas de atuação e às atribuições institucionais da Defensoria Pública; (ii) médico integrante de equipe de saúde da família oficialmente cadastrada ou médico militar das Forças Armadas, com atuação em áreas e regiões com carência e dificuldade de retenção desse profissional, definidas como prioritárias pelo Ministério da Saúde, na forma do regulamento; e (iii) médicos que não se enquadrem no disposto no item “ii” acima, enfermeiros e demais profissionais da saúde que trabalhem no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) durante o período de vigência da emergência sanitária decorrente da pandemia da Covid-19.

e) O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) é destinado à concessão de financiamento a estudantes de cursos superiores, na modalidade presencial ou a distância, não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério. A gestão do Fies caberá ao Ministério da Educação, a instituição financeira pública federal, contratada na qualidade de agente operador, e ao Comitê Gestor do Fundo de Financiamento Estudantil (CG-Fies). O Ministério da Educação, nos termos do que for aprovado pelo CG-Fies, editará regulamento sobre as regras de seleção de estudantes a serem financiados, devendo ser considerados a renda familiar *per capita*, independente ao valor do encargo educacional do curso pretendido, bem como as regras de oferta de vagas.

Comentários.

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre o Fundo de Financiamento Estudantil.

As alternativas A e D estão incorretas. O item III não possui previsão legal, o restante está correto.

A alternativa B está correta. Literalidade do artigo 6º-B da Lei 10.260/01.

As alternativas C e E estão incorretas. A renda familiar per capita e o valor do encargo educacional devem ser considerados, conforme artigo 3º, §1º, I, da Lei 10.260/01: “§1º O Ministério da Educação, nos termos do que for aprovado pelo CG-Fies, editará regulamento sobre: I - as regras de seleção de estudantes a serem financiados, devendo ser considerados a renda familiar per capita, proporcional ao valor do encargo educacional do curso pretendido, e outros requisitos, bem como as regras de oferta de vagas”.

QUESTÃO 54. Assinale a alternativa correta:

a) As operações de financiamento imobiliário em geral, no âmbito do Sistema de Financiamento Imobiliário – SFI, serão livremente pactuadas pelas partes, observadas algumas condições essenciais, como a reposição integral do valor emprestado e respectivo reajuste. A alienação fiduciária é o negócio jurídico pelo qual o fiduciante, com o escopo de garantia de obrigação própria ou de terceiro, contrata a transferência ao credor, ou fiduciário, da propriedade resolúvel de coisa imóvel. Vencida e não paga, no todo ou em parte, a dívida e constituído em mora o fiduciante, consolidar-se-á a propriedade do imóvel em nome do fiduciário. O contrato poderá estabelecer o prazo de carência, após o qual será expedida a intimação.

b) As operações de financiamento imobiliário em geral, no âmbito do Sistema de Financiamento Imobiliário – SFI, poderão ser garantidas, dentre outras, por alienação fiduciária de coisa imóvel. A alienação fiduciária é o negócio jurídico pelo qual o fiduciante, com o escopo de garantia de obrigação própria ou de terceiro, contrata a transferência ao credor, ou fiduciário, da propriedade resolúvel de coisa imóvel. Vencida e não paga, no todo ou em parte, a dívida e constituído em mora o fiduciante, consolidar-se-á a propriedade do imóvel em nome do fiduciário. O fiduciante, ou seu representante legal ou procurador regularmente constituído, será intimado, a requerimento do fiduciário, pelo oficial do competente Registro de Imóveis, a satisfazer, no prazo legal, a prestação vencida e as que se vencerem até a data do pagamento, os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, inclusive tributos, as contribuições condominiais imputáveis ao imóvel, além das despesas de cobrança e de intimação.

c) As operações de financiamento imobiliário em geral, no âmbito do Sistema de Financiamento Imobiliário – SFI, serão livremente pactuadas pelas partes, observadas algumas condições essenciais, como a reposição integral do valor emprestado e respectivo reajuste. A alienação fiduciária é o negócio jurídico pelo qual o fiduciante, com o escopo de garantia de obrigação própria ou de terceiro, contrata a transferência ao credor, ou fiduciário, da propriedade resolúvel de coisa imóvel. Vencida e não paga a dívida, no todo ou em parte, e constituídos em mora o devedor e, se for o caso, o terceiro fiduciante, será consolidada a propriedade do imóvel em nome do fiduciário. O contrato definirá o prazo de carência após o qual será expedida a intimação.

d) As operações de financiamento imobiliário em geral, no âmbito do Sistema de Financiamento Imobiliário – SFI, poderão ser garantidas, dentre outras, por alienação fiduciária de coisa imóvel. A

alienação fiduciária é o negócio jurídico pelo qual o fiduciante, com o escopo de garantia de obrigação própria ou de terceiro, contrata a transferência ao credor, ou fiduciário, da propriedade resolúvel de coisa imóvel. Vencida e não paga a dívida, no todo ou em parte, e constituídos em mora o devedor e, se for o caso, o terceiro fiduciante, será consolidada a propriedade do imóvel em nome do fiduciário. O devedor e, se for o caso, o terceiro fiduciante serão intimados, a requerimento do fiduciário, pelo oficial do registro de imóveis competente, a satisfazer, no prazo legal, a prestação vencida e aquelas que vencerem até a data do pagamento, os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, inclusive os tributos, as contribuições condominiais imputáveis ao imóvel e as despesas de cobrança e de intimação.

e) As operações de financiamento imobiliário em geral, no âmbito do Sistema de Financiamento Imobiliário – SFI, serão livremente pactuadas pelas partes, observadas algumas condições essenciais, como a reposição integral do valor emprestado e respectivo reajuste. A alienação fiduciária é o negócio jurídico pelo qual o fiduciante, com o escopo de garantia de obrigação própria ou de terceiro, contrata a transferência ao credor, ou fiduciário, da propriedade resolúvel de coisa imóvel. Vencida e não paga a dívida, no todo ou em parte, e constituídos em mora o devedor e, se for o caso, o terceiro fiduciante, será consolidada a propriedade do imóvel em nome do fiduciário. O contrato poderá estabelecer o prazo de carência, após o qual será expedida a intimação e quando não for estabelecido o prazo de carência no contrato, o prazo será estipulado pelo juiz.

Comentários.

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre Sistema de Financiamento Imobiliário.

As alternativas A e B estão incorretas. Foi cobrada a literalidade do artigo 26, caput e §1º, da Lei 9.514/97, que teve uma mudança legislativa em 2023 alterando seu texto, o que deixou a alternativa desatualizada conforme legislação vigente, vejamos: “Art. 26. Vencida e não paga a dívida, no todo ou em parte, e constituídos em mora o devedor e, se for o caso, o terceiro fiduciante, será consolidada, nos termos deste artigo, a propriedade do imóvel em nome do fiduciário. §1º Para fins do disposto neste artigo, o devedor e, se for o caso, o terceiro fiduciante serão intimados, a requerimento do fiduciário, pelo oficial do registro de imóveis competente, a satisfazer, no prazo de 15 (quinze) dias, a prestação vencida e aquelas que vencerem até a data do pagamento, os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, inclusive os tributos, as contribuições condominiais imputáveis ao imóvel e as despesas de cobrança e de intimação.”. No restante a alternativa mostra-se correta.

A alternativa C está incorreta. Apenas o final da alternativa está errado, ao afirmar que o contrato definirá o prazo, conforme artigo 26, §2º, da Lei 9.514/97: “§2º O contrato poderá estabelecer o prazo de carência, após o qual será expedida a intimação”.

A alternativa D está correta. Conforme artigos 17, 22 e 26 da Lei 9.514/97: “Art. 17. As operações de financiamento imobiliário em geral poderão ser garantidas por: IV - alienação fiduciária de coisa imóvel. (...) Art. 22. A alienação fiduciária regulada por esta Lei é o negócio jurídico pelo qual o fiduciante, com o escopo de garantia de obrigação própria ou de terceiro, contrata a transferência ao credor, ou fiduciário, da propriedade resolúvel de coisa imóvel”.

A alternativa E está incorreta. Conforme artigo 26, §2-A, da Lei 9.514/97: “§ 2º-A Quando não for estabelecido o prazo de carência no contrato de que trata o § 2º deste artigo, este será de 15 (quinze) dias.”

QUESTÃO 55. Assinale a alternativa correta:

a) As modificações do contrato social de sociedade simples dependem de aprovação da unanimidade dos sócios.

b) A administração da sociedade simples, nada dispondo o contrato social, compete aos sócios em conjunto.

c) São irrevogáveis os poderes do sócio de sociedade simples, investido na administração por cláusula expressa do contrato social, salvo justa causa judicialmente determinada.

d) O sócio de sociedade simples pode, nas épocas determinadas por lei, examinar os livros e documentos, e o estado da caixa e da carteira da sociedade.

e) A cessão de quota pelo sócio de sociedade simples deve ser precedida de oferta de preferência, em igualdade de condições, aos demais sócios.

Comentários.

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre sociedades.

A alternativa A está incorreta. Não são todas as matérias que precisam de unanimidade dos sócios, conforme artigo 999 do Código Civil: “Art. 999. As modificações do contrato social, que tenham por objeto matéria indicada no art. 997, dependem do consentimento de todos os sócios; as demais podem ser decididas por maioria absoluta de votos, se o contrato não determinar a necessidade de deliberação unânime.”

A alternativa B está incorreta. Conforme artigo 1.013 do Código Civil: “Art. 1.013. A administração da sociedade, nada dispondo o contrato social, compete separadamente a cada um dos sócios.”

A alternativa C está correta. Conforme artigo 1.019 do Código Civil: “Art. 1.019. São irrevogáveis os poderes do sócio investido na administração por cláusula expressa do contrato social, salvo justa causa, reconhecida judicialmente, a pedido de qualquer dos sócios.”

A alternativa D está incorreta. Conforme artigo 1.021 do Código Civil: “Art. 1.021. Salvo estipulação que determine época própria, o sócio pode, a qualquer tempo, examinar os livros e documentos, e o estado da caixa e da carteira da sociedade.”

A alternativa E está incorreta. Não há tal previsão legal, o que existe é uma obrigação de modificação do contrato social com o consentimento dos demais sócios.

QUESTÃO 56. Assinale a alternativa correta:

a) A subvenção econômica destinada à pessoa física no ato da contratação que tenha por objetivo proporcionar a aquisição ou a produção da moradia por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida será concedida apenas uma vez para cada beneficiário e poderá ser cumulativa com os descontos habitacionais concedidos nas operações de financiamento efetuadas com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), vedada a sua concessão à pessoa física que: (i) seja titular de contrato de financiamento obtido com recursos do FGTS ou em condições equivalentes às do Sistema Financeiro da Habitação, em qualquer parte do País; (ii) seja proprietária, promitente compradora ou titular de direito de aquisição, de arrendamento, de usufruto ou de uso de imóvel residencial, regular, com padrão mínimo de edificação e de habitabilidade estabelecido pelas regras da administração municipal, e dotado de abastecimento de água, de solução de esgotamento sanitário e de atendimento regular de energia elétrica, em qualquer parte do País; (iii) tenha recebido, nos últimos 10 anos, benefícios similares oriundos de subvenções econômicas concedidas com recursos do Orçamento-Geral da União, do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) ou provenientes de descontos habitacionais concedidos com recursos do FGTS, excetuados as subvenções e os descontos destinados à aquisição de material de construção e o Crédito Instalação, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), na forma prevista em regulamentação específica.

b) O Programa Minha Casa, Minha Vida atenderá famílias residentes em áreas urbanas com renda bruta familiar mensal de até R\$ 8 mil e famílias residentes em áreas rurais com renda bruta familiar anual de até R\$ 96 mil reais, conforme redação da Lei nº 14.620/2023, considerando faixas de renda para famílias residentes em áreas urbanas e faixas de renda para famílias residentes em áreas rurais. A atualização dos valores de renda bruta familiar deverá ser realizada anualmente, mediante ato do Ministro de Estado das Cidades. Para fins de enquadramento nas faixas de renda, o cálculo do valor de renda bruta familiar considerará os benefícios temporários de natureza indenizatória, assistencial ou previdenciária, como auxílio-doença, auxílio-acidente, seguro-desemprego, benefício de prestação continuada (BPC) e benefício do Programa Bolsa Família, ou outros que vierem a substituí-los.

c) No âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida a União, por meio do Ministério das Cidades e da Caixa Econômica Federal, em conformidade com as dotações e disponibilidades orçamentárias e financeiras, poderá repassar aos entes estaduais, distrital e municipais, a título de transferência facultativa, fundo a fundo ou por meio da celebração de convênio, contrato de repasse ou instrumentos congêneres, no mínimo 5% (cinco por cento) da soma dos recursos de dotações orçamentárias da União, Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), além dos recursos de emendas parlamentares, podendo ser utilizados para: (i) retomada de obras paradas; (ii) obras de retrofit ou requalificação; (iii) obras em Municípios de até 50 mil habitantes.

d) Para os lotes urbanizados produzidos no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, o investimento realizado pelo empreendedor na rede de distribuição de energia elétrica não poderá ser revertido em subsídio ou desconto em tarifa aos proprietários de lote, independente da proporção do impacto do investimento na sua tarifa.

e) A gestão operacional dos recursos do Orçamento-Geral da União será efetuada pela Caixa Econômica Federal, exceto quando destinados a: (i) complementar os descontos concedidos pelo FGTS; (ii) atender as

famílias residentes em áreas rurais, na hipótese de concessão direta a pessoa física; ou (iii) alocar subvenção econômica com a finalidade de complementar o valor necessário a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro das operações realizadas pelas instituições ou pelos agentes financeiros, incluídos os custos de alocação, de remuneração e de perda de capital e as despesas de contratação, de administração, de cobrança e de execução judicial e extrajudicial.

Comentários.

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre programas habitacionais.

A alternativa A está correta. Literalidade do artigo 9º da Lei 14.620/23.

A alternativa B está incorreta. Não são considerados os benefícios indicados, conforme artigo 5º, §1º, da Lei 14.620/23: “§1º Para fins de enquadramento nas faixas de renda, o cálculo do valor de renda bruta familiar não considerará os benefícios temporários de natureza indenizatória, assistencial ou previdenciária, como auxílio-doença, auxílio-acidente, seguro-desemprego, benefício de prestação continuada (BPC) e benefício do Programa Bolsa Família, ou outros que vierem a substituí-los”.

A alternativa C está incorreta. O repasse é obrigatório e não facultativo, conforme artigo 6º, §2º, da Lei 14.620/23: “§2º A União fica obrigada, por meio do Ministério das Cidades e da Caixa Econômica Federal, em conformidade com as dotações e disponibilidades orçamentárias e financeiras, a repassar aos entes estaduais, distrital e municipais, a título de transferência obrigatória, fundo a fundo ou por meio da celebração de convênio, contrato de repasse ou instrumentos congêneres, no mínimo 5% (cinco por cento) da soma dos recursos definidos nos incisos I a IV do caput deste artigo, além dos recursos previstos no inciso VII do caput deste artigo, podendo ser utilizados para:”

A alternativa D está incorreta. O investimento é revertido, conforme artigo 4º, §9º, da Lei 14.620/23: “§9º Para os lotes urbanizados produzidos no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, o investimento realizado pelo empreendedor na rede de distribuição de energia elétrica será revertido em subsídio ou desconto em tarifa aos proprietários de lote, nos termos do regulamento, na proporção do impacto do investimento na sua tarifa, conforme regulamento.”

A alternativa E está incorreta. As hipóteses elencadas são a regra, não a exceção, conforme artigo 6º, §20, da Lei 14.620/23: “§20. A gestão operacional dos recursos do Orçamento-Geral da União será efetuada pela Caixa Econômica Federal, quando destinados a: I - complementar os descontos concedidos pelo FGTS; II - atender as famílias residentes em áreas rurais, na hipótese de concessão direta a pessoa física; ou III - alocar subvenção econômica com a finalidade de complementar o valor necessário a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro das operações realizadas pelas instituições ou pelos agentes financeiros, incluídos os custos de alocação, de remuneração e de perda de capital e as despesas de contratação, de administração, de cobrança e de execução judicial e extrajudicial.”

QUESTÃO 57. Assinale a alternativa correta:

a) O possuidor de título ao portador tem direito à prestação nele indicada, mediante a sua simples apresentação ao devedor, sendo devida a prestação apenas se o título tenha entrado em circulação com a vontade do emitente.

b) O pagamento de título de crédito, que contenha obrigação de pagar soma determinada, pode ser garantido por aval. O aval deve ser dado no verso ou no anverso do próprio título. Para a validade do aval, dado no anverso do título, é necessário a assinatura do avalista com firma reconhecida, não se admitindo assinatura digital, ainda que certificada.

c) Considera-se legítimo possuidor o portador do título à ordem com série regular e ininterrupta de endossos, ainda que o último seja em branco. Embora não obrigado a verificar a autenticidade das assinaturas, aquele que paga o título está obrigado a verificar a regularidade da série de endossos.

d) No ato da emissão da fatura, dela poderá ser extraída uma duplicata para circulação como efeito comercial, não sendo admitida qualquer outra espécie de título de crédito para documentar o saque do vendedor pela importância faturada ao comprador. A duplicata conterá: (i) a denominação "duplicata", a data de sua emissão e o número de ordem; (ii) o número da fatura; (iii) a data certa do vencimento ou a declaração de ser a duplicata à vista; (iv) o nome e domicílio do vendedor e do comprador; (v) a importância a pagar, em algarismos e por extenso; (vi) a praça de pagamento; (vii) a cláusula à ordem; e (viii) a declaração do reconhecimento de sua exatidão e da obrigação de pagá-la, a ser assinada pelo comprador, como aceite, cambial.

e) A cédula de crédito rural é promessa de pagamento em dinheiro, sem ou com garantia real cedularmente constituída, sob as seguintes denominações e modalidades: (i) Cédula Rural Pignoratícia; (ii) Cédula Rural Hipotecária; (iii) Cédula Rural Pignoratícia e Hipotecária; e (iv) Nota de Crédito Rural. Em caso de cobrança em processo contencioso ou não, judicial ou administrativo, o emitente da cédula de crédito rural, da nota promissória rural, ou o aceitante da duplicata rural responderá ainda pela multa de 10% sobre o principal e acessórios em débito, devida a partir do primeiro despacho da autoridade competente na petição de cobrança ou de habilitação de crédito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre títulos de crédito.

A alternativa A está incorreta. A parte final do dispositivo contraria o parágrafo único do artigo 905 do Código Civil: “Parágrafo único. A prestação é devida ainda que o título tenha entrado em circulação contra a vontade do emitente.”

A alternativa B está incorreta. Não há necessidade de reconhecimento de firma, conforme artigo 898, §1º, do Código Civil: “§ 1º Para a validade do aval, dado no anverso do título, é suficiente a simples assinatura do avalista.”

A alternativa C está correta. Conforme artigo 911 do Código Civil: “Art. 911. Considera-se legítimo possuidor o portador do título à ordem com série regular e ininterrupta de endossos, ainda que o último seja em branco. Parágrafo único. Aquele que paga o título está obrigado a verificar a regularidade da série de endossos, mas não a autenticidade das assinaturas”.

A alternativa D está incorreta. Faltou o último requisito da duplicata, a assinatura do emitente, conforme artigo 1º, §1º, IX, da Lei 5.474/68.

A alternativa E está incorreta. A multa é de até 2%, conforme artigo 71 do Decreto-Lei 167/67: “Art. 71. Em caso de cobrança em processo contencioso ou não, judicial ou administrativo, o emitente da cédula de crédito rural ou da nota promissória rural ou o aceitante da duplicata rural responderá ainda pela multa de até 2% (dois por cento) sobre o principal e acessórios em débito, devida a partir do primeiro despacho da autoridade competente na petição de cobrança ou de habilitação de crédito”.

QUESTÃO 58. Assinale a alternativa correta:

a) Os serviços do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins serão exercidos, em todo o território nacional, de maneira uniforme, harmônica e interdependente, pelo Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis (Sinrem), composto pelos seguintes órgãos: (i) o Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, órgão central do Sinrem; e (ii) as Juntas Comerciais, como órgãos locais, com funções executora e administradora dos serviços de registro. Haverá uma junta comercial em cada unidade federativa, com sede na capital e jurisdição na área da circunscrição territorial respectiva. É vedado as juntas comerciais desconcentrar os seus serviços.

b) Dos atos pertinentes ao registro público de empresas mercantis e atividades afins, o registro compreende no tocante ao arquivamento: (i) dos documentos relativos à constituição, alteração, dissolução e extinção de firmas mercantis individuais, sociedades mercantis e cooperativas; (ii) dos atos relativos a consórcio e grupo de sociedade de que trata a Lei de Sociedade por Ações; (iii) dos atos concernentes a empresas mercantis estrangeiras autorizadas a funcionar no Brasil; (iv) das declarações de microempresa; (v) de atos ou documentos que, por determinação legal, sejam atribuídos ao Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins ou daqueles que possam interessar ao empresário e às empresas mercantis. Podem ser arquivados os atos constitutivos de empresas mercantis que, além das cláusulas exigidas em lei, não designarem o respectivo capital e a declaração de seu objeto, cuja indicação no nome empresarial é facultativa.

c) Todo ato, documento ou instrumento apresentado a arquivamento será objeto de exame do cumprimento das formalidades legais pela junta comercial. Verificada a existência de vício insanável, o requerimento será indeferido; quando for sanável, o processo será colocado em exigência. As exigências formuladas pela junta comercial deverão ser cumpridas dentro do prazo legal, contados da data da ciência pelo interessado ou da publicação do despacho. O processo em exigência será entregue completo ao interessado e, quando devolvido, independentemente do prazo, será considerado como novo pedido de arquivamento, sujeito ao pagamento dos preços dos serviços correspondentes.

d) As juntas comerciais subordinam-se, administrativamente, ao governo federal e, tecnicamente, ao Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração.

e) Os documentos, tais como os atos constitutivos, alterações e extinções de empresário individual, deverão ser apresentados a arquivamento na Junta Comercial, mediante requerimento dirigido ao seu Presidente, dentro do prazo legal contados de sua assinatura. As assinaturas nos requerimentos,

instrumentos ou documentos particulares serão lançadas com a indicação do nome do signatário, por extenso, datilografado ou em letra de forma e do número de identidade e órgão expedidor, quando se tratar de testemunha. Quando houver indícios substanciais da falsificação, o Presidente da Junta Comercial deverá suspender os efeitos do ato até a comprovação da veracidade da assinatura.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre registro empresarial.

A alternativa A está incorreta. Pode haver a desconcentração, conforme artigo 7º da Lei 8.934/94: “Art. 7º As juntas comerciais poderão desconcentrar os seus serviços, mediante convênios com órgãos públicos e entidades privadas sem fins lucrativos, preservada a competência das atuais delegacias.”

A alternativa B está incorreta. Contrária ao artigo 35, III, da Lei 8.934/94: “Art. 35. Não podem ser arquivados: III - os atos constitutivos de empresas mercantis que, além das cláusulas exigidas em lei, não designarem o respectivo capital e a declaração de seu objeto, cuja indicação no nome empresarial é facultativa”.

A alternativa C está incorreta. Será contato como novo pedido apenas se devolvido após o prazo legal, conforme artigo 40, §3º, da Lei 8.934/94: “§ 3º O processo em exigência será entregue completo ao interessado; não devolvido no prazo previsto no parágrafo anterior, será considerado como novo pedido de arquivamento, sujeito ao pagamento dos preços dos serviços correspondentes.”

A alternativa D está incorreta. A subordinação é ao ente federado, não ao governo federal, conforme artigo 6º da Lei 8.934/94: “§ 3º O processo em exigência será entregue completo ao interessado; não devolvido no prazo previsto no parágrafo anterior, será considerado como novo pedido de arquivamento, sujeito ao pagamento dos preços dos serviços correspondentes.”

A alternativa E está correta. Literalidade dos artigos 33 e 40, caput e §2º, do Decreto 1.800/96.

QUESTÃO 59. Assinale a alternativa correta:

a) A ação de nulidade de registro de marca poderá ser proposta pelo INPI ou por qualquer pessoa com legítimo interesse. O juiz poderá, nos autos da ação de nulidade, determinar liminarmente a suspensão dos efeitos do registro e do uso da marca, atendidos os requisitos processuais próprios. A ação de nulidade do registro será ajuizada no foro da justiça federal e o INPI, quando não for autor, intervirá no feito. Prescreve em 5 (cinco) anos a ação para declarar a nulidade do registro, contados da data da sua concessão.

b) A proteção dos direitos relativos à propriedade industrial, considerado o seu interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País, efetua-se mediante: (i) concessão de patentes de invenção e de modelo de utilidade; (ii) concessão de registro de desenho industrial; (iii) concessão de registro de marca; (iv) repressão às falsas indicações geográficas; (v) prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; e (vi) concessão de registro para jogos eletrônicos.

c) É patenteável a invenção que atenda aos requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial, bem como é patenteável como modelo de utilidade o objeto de uso prático, ou parte deste, suscetível de aplicação industrial, que apresente nova forma ou disposição, envolvendo ato inventivo, que resulte em melhoria funcional no seu uso ou em sua fabricação. Considera-se invenção ou modelo de utilidade, por exemplo: (i) esquemas, planos, princípios ou métodos comerciais, contábeis, financeiros, educativos, publicitários, de sorteio e de fiscalização; (ii) programas de computador em si; e (iii) técnicas e métodos operatórios ou cirúrgicos, bem como métodos terapêuticos ou de diagnóstico, para aplicação no corpo humano ou animal.

d) Os atos do INPI nos processos administrativos referentes à propriedade industrial só produzem efeitos a partir da sua publicação no respectivo órgão oficial, inclusive as decisões administrativas, quando feita notificação por via postal ou por ciência dada ao interessado no processo.

e) São suscetíveis de registro como marca os sinais distintivos visualmente perceptíveis, não compreendidos nas proibições legais. Nos termos da Lei, considera-se: (i) marca de produto ou serviço: aquela usada para distinguir produto ou serviço de outro idêntico, semelhante ou afim, de origem diversa; (ii) marca de certificação: aquela usada para atestar a conformidade de um produto ou serviço com determinadas normas ou especificações técnicas, notadamente quanto à qualidade, natureza, material utilizado e metodologia empregada; e (iii) marca coletiva: aquela usada para identificar produtos ou serviços provindos de membros de uma determinada entidade. À marca registrada no Brasil considerada de alto renome será assegurada proteção especial, em todos os ramos de atividade. A marca notoriamente conhecida em seu ramo de atividade goza de proteção especial, independentemente de estar previamente depositada ou registrada no Brasil, e o INPI poderá indeferir o pedido de registro de marca que reproduza ou imite, no todo ou em parte, marca notoriamente conhecida, apenas mediante iniciativa ou pedido da parte interessada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre propriedade industrial.

A alternativa A está correta. Literalidade dos artigos 173, 174 e 175 da Lei 9.279/96.

A alternativa B está incorreta. O item V não está presente no artigo 2º da Lei 9.279/96, que traz o seguinte: “V - repressão à concorrência desleal”.

A alternativa C está incorreta. Os itens indicados não se consideram invenção ou modelos de utilidade, conforme artigo 10 da Lei 9.279/96: “Art. 10. Não se considera invenção nem modelo de utilidade: III - esquemas, planos, princípios ou métodos comerciais, contábeis, financeiros, educativos, publicitários, de sorteio e de fiscalização; V - programas de computador em si; VIII - técnicas e métodos operatórios ou cirúrgicos, bem como métodos terapêuticos ou de diagnóstico, para aplicação no corpo humano ou animal”.

A alternativa D está incorreta. Contraria o artigo 226, II, da Lei 9.279/96: “Art. 226. Os atos do INPI nos processos administrativos referentes à propriedade industrial só produzem efeitos a partir da sua publicação no respectivo órgão oficial, ressalvados: II - as decisões administrativas, quando feita notificação por via postal ou por ciência dada ao interessado no processo”.

A alternativa E está incorreta. O indeferimento do pedido de registro pode se dar de ofício pelo INPI, conforme artigo 126, §2º, da Lei 9.279/96: “§ 2º O INPI poderá indeferir de ofício pedido de registro de marca que reproduza ou imite, no todo ou em parte, marca notoriamente conhecida.”

QUESTÃO 60. Assinale a alternativa correta:

a) O ingresso nas cooperativas é livre a todos que desejarem utilizar os serviços prestados pela sociedade, desde que adiram aos propósitos sociais e preencham as condições estabelecidas no estatuto, sendo vedada a recusa da adesão sob o argumento de impossibilidade técnica de prestação de serviços.

b) É da competência exclusiva da Assembleia Geral Extraordinária deliberar sobre a fusão, incorporação ou desmembramento da sociedade cooperativa. Pela fusão, duas ou mais cooperativas formam nova sociedade. A fusão determina a extinção das sociedades que se unem para formar a nova sociedade que lhe sucederá nos direitos e obrigações. Pela incorporação, uma sociedade cooperativa absorve o patrimônio, recebe os associados, assume as obrigações e se investe nos direitos de outra ou outras cooperativas. As sociedades cooperativas também poderão desmembrar-se em tantas quantas forem necessárias para atender aos interesses dos seus associados, podendo uma das novas entidades ser constituída como cooperativa central ou federação de cooperativas.

c) Na sociedade cooperativa, a responsabilidade dos sócios é ilimitada, respondendo o sócio solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais.

d) As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados. Dentre as características da sociedade cooperativa, pode-se citar: (i) variabilidade, ou dispensa do capital social; (ii) intransferibilidade das quotas do capital a terceiros estranhos à sociedade, ainda que por herança; e (iii) *quorum*, para a assembleia geral funcionar e deliberar, fundado no capital social representado.

e) Considera-se Cooperativa de Trabalho a sociedade constituída por trabalhadores para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão para obterem melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho. A autonomia deve ser exercida de forma coletiva e coordenada, mediante a fixação, em Assembleia Geral, das regras de funcionamento da cooperativa e da forma de execução dos trabalhos. Considera-se autogestão o processo democrático no qual a Assembleia Geral define as diretrizes para o funcionamento e as operações da cooperativa, e o conselho de administração decide sobre a forma de execução dos trabalhos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre cooperativas.

A alternativa A está incorreta. É possível a recusa, conforme artigos 29 e 4º, I, da Lei 5.764/71: “Art. 29. O ingresso nas cooperativas é livre a todos que desejarem utilizar os serviços prestados pela sociedade, desde que adiram aos propósitos sociais e preencham as condições estabelecidas no estatuto, ressalvado o disposto no artigo 4º, item I, desta Lei. [I - adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços]”.

A alternativa B está correta. Literalidade dos artigos 57, 58, 59 e 60 da Lei 5.764/71.

A alternativa C está incorreta. A responsabilidade pode ser tanto limitada como ilimitada, conforme artigos 11 e 12 da Lei 5.764/71: “Art. 11. As sociedades cooperativas serão de responsabilidade limitada, quando a responsabilidade do associado pelos compromissos da sociedade se limitar ao valor do capital por ele subscrito. Art. 12. As sociedades cooperativas serão de responsabilidade ilimitada, quando a responsabilidade do associado pelos compromissos da sociedade for pessoal, solidária e não tiver limite”.

A alternativa D está incorreta. O quórum para deliberação será baseado no número de associados, conforme artigo 4º, VI, da Lei 5.767/71: “VI - quorum para o funcionamento e deliberação da Assembléia Geral baseado no número de associados e não no capital;”

A alternativa E está incorreta. A forma de execução dos trabalhos é decidida pelos sócios, conforme artigo 2º, §2º, da Lei 12.690/12: “§ 2º Considera-se autogestão o processo democrático no qual a Assembleia Geral define as diretrizes para o funcionamento e as operações da cooperativa, e os sócios decidem sobre a forma de execução dos trabalhos, nos termos da lei.”

QUESTÃO 61. Sobre as regras específicas do CTN acerca da interpretação da legislação tributária, assinale a alternativa correta:

a) A legislação tributária que dispõe sobre isenção deve ser interpretada de forma extensiva, com o objetivo de alcançar situações semelhantes não previstas expressamente, conforme o princípio da equidade.

b) A interpretação literal das normas tributárias no art. 111 do CTN é obrigatória nos casos que tratam de benefícios fiscais, mesmo que não sejam isenções.

c) A interpretação literal das normas tributárias aplica-se apenas às disposições que tratam de criação de tributos, não abrangendo normas relativas à suspensão, isenção ou exclusão do crédito tributário.

d) A legislação tributária que trata da responsabilidade por infrações deve ser interpretada de forma mais favorável ao contribuinte em caso de dúvida somente quanto à natureza da penalidade aplicável.

e) A analogia é permitida para ampliar os casos de isenção tributária, desde que não haja prejuízo à arrecadação e que o benefício se justifique por razões de justiça fiscal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre a interpretação literal da legislação tributária.

A alternativa A está incorreta. Deve ser interpretada de forma literal e não extensiva.

A alternativa B está correta. O tema é tratado pelo art. 111 do CTN que prevê que as normas tributárias deverão ser interpretadas literalmente quando dispôr sobre: suspensão ou exclusão do crédito tributário;

outorga de isenção e dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias”. Portanto, alternativa correta.

A alternativa C está incorreta. Conforme vimos acima, a interpretação literária não se restringe à criação de tributos, mas também sobre isenções, exclusões e suspensões do crédito tributário.

A alternativa D está incorreta. O art. 112 do CTN prevê que a legislação tributária que trata da responsabilidade por infrações deve ser interpretada de forma mais favorável ao contribuinte em caso de dúvida quanto à natureza ou às circunstâncias materiais do fato, ou à natureza ou extensão dos seus efeitos, dentre outros.

A alternativa E está incorreta. Como vimos anteriormente, a norma que prevê sobre isenção tributária deve ser interpretada literalmente.

QUESTÃO 62. Assinale a alternativa correta. O princípio da estrita legalidade tributária, no Sistema Tributário Nacional, prescreve que:

a) As obrigações acessórias, assim como as obrigações principais, devem ter seus critérios estabelecidos em lei.

b) Alguns tributos de competência da União, por terem funções extrafiscais, podem ter suas alíquotas fixadas por decretos, mas dentro dos limites estabelecidos em lei.

c) A sujeição passiva tributária, por ser uma decorrência necessária de quem praticou o fato gerador do tributo, pode ser previsto em ato normativo infralegal.

d) As multas tributárias, por não serem tributos, podem ser instituídas por decretos.

e) Os regulamentos dos tributos são atos normativos gerais e abstratos, buscando seus fundamentos diretamente na Constituição da República e não nas leis.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre o princípio da legalidade.

A alternativa A está incorreta. O fato gerador da obrigação tributária principal terá sua situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência, mas o fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal, conforme previsto no art. 115 do CTN.

A alternativa B está correta. Os tributos de caráter extrafiscais são exceções ao princípio da legalidade, eles possuem finalidade não somente de arrecadação, mas também, e principalmente, de intervir em algum segmento da Economia. Nesse caso o Poder Executivo precisa ter uma certa liberdade para alterar suas alíquotas, para assim interferir de forma tempestiva em alguns segmentos, incentivando-o ou desestimulando-o.

A alternativa C está incorreta. Sujeito passivo não necessariamente é aquele quem praticou o fato gerador. Temos também a figura do responsável, que assim o será por expressa previsão em lei. O assunto é tratado no art. 121 do CTN.

A alternativa D está incorreta. Somente podem ser instituídas por lei, atendendo ao princípio da legalidade. O art. 97 do CTN reforça tal entendimento em seu inciso V.

A alternativa E está incorreta. Os regulamentos tributários não se baseiam apenas na Constituição, mas também nas leis infraconstitucionais, como o próprio Código Tributário Nacional.

QUESTÃO 63. Sobre as imunidades tributárias, nos termos da Constituição da República, do CTN e da jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta:

a) Estão previstas na Constituição Federal, mutilando a competência tributária em relação à instituição apenas de impostos e taxas.

b) A lei complementar, ao dispor sobre a limitações ao poder de tributar, por ser lei nacional, pode criar novas hipóteses de imunidades tributárias, desde que não restrinja as já previstas na Constituição Federal.

c) As entidades beneficentes de assistência social estão imunes em relação às contribuições para seguridade social, mesmo que, na literalidade do art. 195, §7º, da Constituição da República, conste a palavra isenção, razão pela qual somente a lei complementar pode estabelecer requisitos.

d) A imunidade recíproca não se aplica às empresas públicas e sociedades de economia mista delegatárias de serviços públicos, porque elas estão submetidas ao regime jurídico de privado.

e) Os cemitérios privados, por serem extensão de templo de qualquer culto, estão imunes aos impostos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre imunidade tributária.

A letra A está incorreta. A Constituição estabelece diversas imunidades tributárias, mas elas afetam a incidência de tributos, e não a criação de taxas ou impostos per se. No mais, a criação de imunidade tributária é matéria típica do texto constitucional, enquanto a de isenção é versada na lei ordinária; não há, pois, invasão da área reservada à emenda constitucional quando a lei ordinária cria isenção. O poder público tem legitimidade para isentar contribuições por ele instituídas, nos limites das suas atribuições (art. 149 da Constituição), conforme entendimento do STF.

A alternativa B está incorreta. Apenas a Constituição Federal pode prever sobre imunidades tributárias.

A alternativa C está correta. É exatamente o que estabelece a Lei Complementar 181 de 2021, em seu art. 3º: “Farão jus à imunidade de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição Federal as entidades beneficentes que atuem nas áreas da saúde, da educação e da assistência social, certificadas nos termos desta Lei Complementar”.

A alternativa D está incorreta. Por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) reafirmou a jurisprudência de que as empresas públicas e as sociedades de economia mista, delegatárias de serviços públicos essenciais, são beneficiárias de imunidade tributária recíproca, independentemente de cobrança de tarifa como contraprestação do serviço.

A alternativa E está incorreta. O STF reconheceu a constitucionalidade da incidência do ISS sobre a cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento no julgamento da ADI 5.869-DF.

QUESTÃO 64. Sobre a Emenda Constitucional nº 132/2023, que institui a reforma tributária do consumo no Brasil, assinale a alternativa correta:

a) Ao final do período de transição, serão extintos os seguintes tributos: Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), Imposto Sobre Bens e Serviços (ISSQN), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição Para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI).

b) O Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) são tributos idênticos, variando apenas as alíquotas, que serão fixadas por cada pessoa política competente.

c) A harmonização das interpretações administrativas atinentes à legislação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) será uniformizada pelo Comitê Gestor.

d) Foram expressamente instituídos os princípios constitucionais tributários da simplicidade, da transparência, da justiça tributária, da cooperação e da defesa do meio ambiente.

e) A concessão de incentivos e benefícios fiscais regionais deve sempre considerar os critérios de sustentabilidade ambiental e redução de emissões de carbono.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre a reforma tributária.

A alternativa A está incorreta. O IPI não será extinto, ele apenas terá sua alíquota zerada com a reforma tributária. Ele continuará existindo e, inclusive, foi regulamentado na Lei Complementar 214/25, nos produtos da Zona Franca.

A alternativa B está incorreta. O IBS e o CBS não são tributos idênticos, uma vez que o IBS tem natureza de imposto e o CBS de contribuição.

A alternativa C está incorreta, pois não há Comitê Gestor da CBS, ele existe apenas para o IBS. A CBS é administrada pela Receita Federal.

A alternativa D está correta. Exatamente. No §3º do art. 145 foi previsto que “Sistema Tributário Nacional deve observar os princípios da simplicidade, da transparência, da justiça tributária, da cooperação e da defesa do meio ambiente.”

A alternativa E está incorreta. Não há uma obrigatoriedade em considerar os critérios de sustentabilidade ambiental e redução de emissões de carbono. A questão estaria correta se dissesse que tais critérios deveriam ser observados “sempre que possível”.

QUESTÃO 65. No que se refere à possibilidade de redirecionamento de execução fiscal por dissolução irregular da pessoa jurídica, ou na presunção de sua ocorrência, assinale a alternativa correta:

a) Em razão das garantias e privilégios do crédito tributário (art.183 do CTN), o redirecionamento pode ser autorizado contra o sócio ou o terceiro não sócio que, embora com poderes de gerência ao tempo do fato gerador da obrigação tributária não paga, regularmente se retirou da empresa e não deu causa à sua posterior dissolução irregular.

b) À luz do art. 135, III, do CTN, o Tema 981/STJ admitiu o redirecionamento da somente contra o sócio com poderes de administração da sociedade, na data em que configurada a sua dissolução irregular ou a presunção de sua ocorrência (Súmula 435/STJ), e que, concomitantemente, tenha exercido poderes de gerência, na data em que ocorrido o fato gerador da obrigação tributária não adimplida.

c) Com base no art. 135, III, do CTN, o Tema 981/STJ admitiu o redirecionamento somente em relação ao sócio com poderes de administração da sociedade, na data em que configurada a sua dissolução irregular ou a presunção de sua ocorrência (Súmula 435/STJ).

d) A dissolução irregular da pessoa jurídica não autoriza o redirecionamento da execução fiscal contra sócios e terceiros (disregard of legal entity), mas dada a responsabilidade pessoal por ato ilícito ou violação do contrato social, é possível esse redirecionar a dívida da empresa quando comprovada fraude no abandono de suas atividades, especificamente em relação àqueles que tinham poderes de gerência na área da empresa que cuidava de obrigações tributárias.

e) Em vista do art. 135, III, do CTN, o Tema 981/STJ reconhece a possibilidade de redirecionamento contra: (i) o sócio com poderes de administração da sociedade, na data em que configurada a sua dissolução irregular ou a presunção de sua ocorrência (Súmula 435/STJ), e que, concomitantemente, tenha exercido poderes de gerência, na data em que ocorrido o fato gerador da obrigação tributária não adimplida; ou (ii) o sócio com poderes de administração da sociedade, na data em que configurada a sua dissolução irregular ou a presunção de sua ocorrência (Súmula 435/STJ), ainda que não tenha exercido poderes de gerência, na data em que ocorrido o fato gerador do tributo não adimplido.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre a possibilidade de redirecionamento de execução fiscal por dissolução irregular da pessoa jurídica.

A alternativa A está incorreta. O Plenário do STF, ao julgar, sob o regime de repercussão geral, o Recurso Extraordinário 562.276/PR (Rel. Ministra Ellen Gracie), deixou assentado que “O pressuposto de fato ou hipótese de incidência da norma de responsabilidade, no art. 135, III, do CTN, é a prática de atos, por quem esteja na gestão ou representação da sociedade com excesso de poder ou infração à lei, contrato social ou

estatutos e que tenham implicado, se não o surgimento, ao menos o inadimplemento de obrigações tributárias".

A alternativa B está incorreta. O Tema 981/STJ não admitiu o redirecionamento somente em relação ao sócio com poderes de administração da sociedade, mas também admitiu contra terceiros não sócios.

A alternativa C está incorreta. Como vimos acima, a admissão não é apenas em relação ao sócio com poderes de administração.

A alternativa D está incorreta. A questão está em dissonância com o que foi estabelecido no Tema 981/STJ: "O redirecionamento da execução fiscal, quando fundado na dissolução irregular da pessoa jurídica executada ou na presunção de sua ocorrência, pode ser autorizado contra o sócio ou o terceiro não sócio, com poderes de administração na data em que configurada ou presumida a dissolução irregular, ainda que não tenha exercido poderes de gerência quando ocorrido o fato gerador do tributo não adimplido, conforme art. 135, III, do CTN".

A alternativa E está correta. Como vimos acima, a alternativa está dentro dos termos previstos no Tema 981 do STJ.

QUESTÃO 66. Sobre as causas de extinção do crédito tributário, assinale a alternativa correta:

a) Os prazos de decadência e prescrição, em matéria tributária, somente podem ser previstos em lei complementar.

b) O pagamento extingue o crédito tributário apenas quando expressamente homologado pela Fazenda Pública.

c) O prazo decadencial de 5 (cinco) anos para constituição de tributos federais conta-se, independente da modalidade de constituição do crédito tributário, do primeiro dia do exercício seguinte ao exercício em que a fazenda pública poderia efetuar o lançamento.

d) O parcelamento tributário regularmente deferido extingue o crédito tributário.

e) A transação tributária em relação aos tributos federais, a partir do momento em que é celebrada, extingue o crédito tributário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre extinção do crédito tributário, prescrição e decadência.

A alternativa A está correta. Os prazos de decadência e prescrição, em matéria tributária, somente podem ser previstos em lei complementar, conforme previsto na Constituição Federal, em seu art. 146, inciso III, alínea b: Cabe à lei complementar [...] III - estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre: [...] b) obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários;

A alternativa B está incorreta. A homologação pode ocorrer de forma tácita, após o decurso do prazo para a homologação do pagamento.

A alternativa C está incorreta. O art. 173 do CTN prevê em seu parágrafo único que a contagem começa a partir da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação, ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

A alternativa D está incorreta. O parcelamento, segundo o art. 151 do CTN, acarreta a suspensão do crédito tributário e não a sua extinção.

A alternativa E está incorreta. Apesar do que prevê o art. 151 do CTN, há uma discussão doutrinária sobre o tema. Parte da doutrina entende que a extinção não ocorre imediatamente, uma vez que o acordo pode ser inadimplido pelo contribuinte. Para Paulo de Barros Carvalho: “a celebração do acordo de transação é apenas um caminho a ser percorrido visando à extinção do crédito tributário, que ocorrerá no momento em que todos os termos do acordo celebrado forem cumpridos”.

QUESTÃO 67. Assinale a alternativa correta. O CTN prescreve que:

a) O lançamento dos tributos é ato privativo da Administração Pública ou do Poder Judiciário.

b) A homologação do lançamento é ato de Administração Pública e do sujeito passivo do tributo.

c) O sujeito passivo pode constituir o crédito tributário quando o tributo seja submetido a qualquer modalidade de lançamento, cabendo à Administração Pública a competência para examinar a posteriori.

d) O lançamento misto ou por declaração é aquele em que a Administração Pública constitui o crédito tributário com informações próprias, do sujeito passivo ou de terceiros.

e) Quando a legislação dispuser que o tributo está sujeito ao autolancamento ou lançamento por homologação, o prazo decadencial para a Fazenda Pública efetuar o lançamento tem início no primeiro dia do exercício seguinte.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre lançamento tributário.

A alternativa A está incorreta. O lançamento tributário é um ato privativo da Administração Pública, não do Poder Judiciário. O Poder Judiciário pode revisar ou analisar a legalidade do lançamento, mas a sua realização e constituição do crédito tributário são exclusivas da Administração Tributária.

A alternativa B está incorreta. A homologação ocorre quando o sujeito passivo paga o tributo e a Administração Pública homologa, ou não, esse pagamento. Portanto, o sujeito passivo não atua diretamente na homologação, mas sim em sua conformidade com a legislação tributária.

A alternativa C está incorreta. O sujeito passivo não pode constituir crédito tributário. O lançamento do crédito tributário é atribuição exclusiva da Administração Pública.

A alternativa D está correta. O lançamento misto ou por declaração é aquele em que o sujeito passivo informa à Administração Pública os dados necessários para a constituição do crédito tributário e esta, por sua vez, com base nas informações fornecidas pelo contribuinte ou por terceiros, procede à constituição do crédito tributário.

A alternativa E está incorreta. O art. 150 do CTN dispõe que o prazo decadencial para efetuar o lançamento é de cinco anos, contados a partir da data da ocorrência do fato gerador.

QUESTÃO 68. Sobre multas tributárias, considerando o direito tributário legislado e a jurisprudência predominante do STJ, assinale a alternativa correta:

a) Multa tributária isolada é aquela aplicada em decorrência do descumprimento de obrigação tributária principal, mas que é documentada em instrumento separado do lançamento do tributo.

b) Multa isolada e multa de ofício podem ser aplicadas conjuntamente.

c) A alíquota das multas tributárias está limitada, no âmbito federal, ao percentual de 100% (cem por cento) do valor do tributo devido, independente de dolo, fraude, conluio ou reincidência.

d) Em razão de as multas tributárias não serem tributos, os princípios constitucionais tributários da capacidade contributiva e do não-confisco não têm aplicação.

e) Não cabe denúncia espontânea quando o tributo, sujeito ao lançamento por homologação, for declarado regularmente, mas pago a destempo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre multas tributárias.

A alternativa A está incorreta. O Ministro Joaquim Barbosa, ao reconhecer o tema como sendo de Repercussão Geral, manifestou entendimento sobre necessário analisar que o descumprimento de uma obrigação acessória desprovê o Fisco de meios necessários para fiscalização, o que poderia abrir a porta para outras infrações. O Plenário Virtual do STF reconheceu a existência de repercussão geral em recurso em que a Eletronorte questiona decisão do TJ-RO, que manteve a imposição de “multa isolada” por descumprimento de obrigação tributária acessória.

A alternativa B está incorreta. Ao julgar o REsp 2104963/RJ, o STJ firmou o entendimento de que tais multas não podem ser aplicadas conjuntamente.

A alternativa C está incorreta. Por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que multas aplicadas pela Receita Federal em casos de sonegação, fraude ou conluio devem se limitar a 100% da dívida tributária, sendo possível que o valor chegue a 150% da dívida em caso de reincidência.

A alternativa D está incorreta. A aplicação de multa deve respeitar o princípio da vedação ao confisco (art. 150, inc. IV, da Constituição Federal). Conforme entendimento do STF, multas aplicadas acima de 100% da dívida tributária gera efeito de confisco. No mais, manifestou-se que o valor da multa não pode ser alto demais porque a vedação da cobrança de tributos com efeito de confisco também se aplica para as multas tributárias. - (RE) 736.090 - (Tema 863).

A alternativa E está correta. É o entendimento firmado pela Súmula 360 do STJ.

QUESTÃO 69. Assinale a alternativa correta:

a) Diante do art. 146, III, “b”, da Constituição Federal, é constitucional o art. 40, §4º, da Lei 6.830/1980 (Lei de Execuções Fiscais), que regula a prescrição intercorrente no processo de execução fiscal, tendo natureza processual o prazo de 1 (um) ano de suspensão da execução fiscal. Após o decurso desse prazo, inicia-se automaticamente a contagem do prazo prescricional tributário de 5 (cinco) anos.

b) Por força do art. 146, III, “b”, e do art. 195, §12, ambos da ordem de 1988, é constitucional o art. 13 da Lei nº 8.620/1993, na parte em que estabelece que os sócios de empresas por cotas de responsabilidade limitada respondem solidariamente, com seus bens pessoais, por débitos junto à Seguridade Social.

c) O art. 139, IV, do CPC/2015, confere ao magistrado medidas extraordinárias (atípicas), de forma adicional ou subsidiária, quando as providências ordinárias (típicas, como penhora) se mostrarem ineficazes ou insuficientes para a exigência do crédito executado, sendo também necessário que o devedor se mostre furtivo no cumprimento de suas obrigações. Para a formação de seu convencimento, o magistrado está autorizado a utilizar indícios sobre a existência de recursos financeiros por parte do devedor que protela o pagamento da dívida, não podendo se amparar, tão somente, no combate à morosidade da prestação jurisdicional. Segundo o STF, dentre essas medidas excepcionais possíveis estão a proibição de participação em concurso e em licitação pública, mas não a apreensão de Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e de passaporte, ou a suspensão do direito de dirigir, sob pena de violação ao direito fundamental de liberdade de locomoção.

d) A contribuição destinada ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae possui natureza de contribuição no interesse de categoria profissional ou econômica, e não necessita de edição de lei complementar para ser instituída.

e) Segundo o Tema 290/STJ, se o ato translativo foi praticado a partir de 09/06/2005 (data de início da vigência da Lei Complementar nº 118/2005), basta a efetivação da inscrição em dívida ativa para a configuração da figura da fraude presumida. No caso de a alienação ter ocorrido antes da entrada em vigor da Lei Complementar nº 118/2005 (que alterou o art. 185 do CTN), presume-se fraude à execução se o negócio jurídico tiver sido celebrado após a citação do devedor. Contudo, aplica-se à execução fiscal a Súmula 375/STJ, segundo a qual o reconhecimento da fraude à execução depende de prova da má-fé do vendedor e do terceiro adquirente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda conhecimentos jurisprudenciais sobre direito tributário.

A alternativa A está correta. O assunto foi tratado pelo Tema 390 no STF, onde foi firmada a seguinte tese: “É constitucional o art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (Lei de Execuções Fiscais LEF), tendo natureza processual o prazo de 1 (um) ano de suspensão da execução fiscal. Após o decurso desse prazo, inicia-se automaticamente a contagem do prazo prescricional tributário de 5 (cinco) anos.” Portanto, a alternativa está em consonância com o entendimento do Supremo Tribunal Federal.

A alternativa B está incorreta. Segundo o STF: “É inconstitucional o art. 13 da Lei 8.620/1993, na parte em que estabelece que os sócios de empresas por cotas de responsabilidade limitada respondem solidariamente, com seus bens pessoais, por débitos junto à Seguridade Social”. - Tema 13 (RE 562276)

A alternativa C está incorreta. Para o STF, medidas como a apreensão da CNH ou do passaporte são válidas, desde que não afetem direitos fundamentais (ADI 5.941).

A alternativa D está incorreta. A tese firmada pelo STF é de que: “a contribuição destinada ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae possui natureza de contribuição de intervenção no domínio econômico e não necessita de edição de lei complementar para ser instituída”. Assim, de fato será necessária a edição de lei complementar, mas sua natureza é de contribuição de intervenção no domínio econômico. - (RE 635682 - Tema 227).

A alternativa E está incorreta. No caso de a alienação ter ocorrido antes da entrada em vigor da Lei Complementar nº 118/2005 (que alterou o art. 185 do CTN), presume-se fraude à execução se o negócio jurídico tiver sido celebrado antes, e não após a citação do devedor. No mais, o STF entende que “a simples alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo por quantia inscrita em dívida ativa pelo sujeito passivo, sem reserva de meios para quitação do débito, gera presunção absoluta de fraude à execução, mesmo diante da boa-fé do terceiro adquirente e ainda que não haja registro de penhora do bem alienado”.

QUESTÃO 70. Assinale a alternativa correta:

a) Os usuários de imóveis da União, regularmente inscritos sob o Regime de Ocupação (ato administrativo precário), devem pagar anualmente a Taxa de Ocupação, cuja natureza é tributária. Nesse caso, o imóvel pertence integralmente à União, mas o ocupante tem o direito de utilização do bem.

b) Os usuários de imóveis da União, inscritos sob o Regime de Aforamento, devem pagar anualmente o Foro, cuja natureza jurídica é receita patrimonial não tributária. O instituto jurídico do aforamento é conhecido como Enfiteuse, e o Foro (devido integralmente à União) deve ser utilizado para a realização de obras no município onde estão localizados os imóveis que ensejaram o recolhimento dessa receita.

c) Cuidando de receitas patrimoniais não tributárias da União, o art. 47 da Lei nº 9.636/1998 prevê que o prazo de decadência decenal é contado do instante em que o respectivo crédito poderia ser constituído, a partir do conhecimento por iniciativa da União ou por solicitação do interessado das circunstâncias e fatos que caracterizam a hipótese de incidência da receita patrimonial, ficando limitada a 5 (cinco) anos a cobrança de créditos relativos a período anterior ao conhecimento pela União. Porque esse preceito legal rege toda a matéria de decadência e prescrição dessas receitas, são inexigíveis laudêmios cujos fatos geradores, decorrentes de cessões particulares, ocorreram há mais de 5 (cinco) anos do momento em que são levados ao conhecimento da União.

d) Segundo a redação atual da Lei nº 9.636/1998 e o Tema 1142/STJ, os créditos originados de receitas patrimoniais não tributárias da União serão submetidos ao prazo decadencial de 5 (cinco) anos para sua constituição, mediante lançamento, e prescricional, também de 5 (cinco) anos para sua exigência, contados do lançamento.

e) O laudêmio é a taxa paga previamente à venda de terreno de marinha pertencente à União, cuja obrigação propter rem tem natureza de receita patrimonial, a ele sendo aplicável o CTN, por analogia, no tocante aos prazos de decadência e de prescrição, pois a redação atual da Lei nº 9.636/1998 não cuida do assunto.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre a Lei 9.636 de 1998, aforamento e prazos prescricionais e decadenciais.

A alternativa A está incorreta. O STF já se manifestou à respeito, e firmou o entendimento de que a Taxa de Ocupação cobrada do particular no contrato administrativo de concessão de direito real de uso, para a utilização privativa de bem público, possui natureza jurídica de receita patrimonial. - (REsp nº 1.675.985 - DF).

A alternativa B está incorreta. De fato, a natureza jurídica do foro é receita patrimonial não tributária. No entanto, não há previsão de que o bem deve ser utilizado para a realização de obras no município onde estão localizados os imóveis que ensejaram o recolhimento dessa receita. No mais, Estados e Municípios poderão receber repasses financeiros em algumas situações.

A alternativa C está correta. No julgamento do Tema 1142, julgado em sede de Recursos Repetitivos, o STF firmou a tese de que “o termo inicial do prazo para a constituição dos créditos relativos ao laudêmio tem como data-base o momento em que a União toma conhecimento, por iniciativa própria ou por solicitação do interessado, do fato gerador”. Portanto, alternativa correta.

A alternativa D está incorreta. O prazo decadencial é de 10 anos e não de 5 anos como afirma a questão (art. 47).

A alternativa E está incorreta. O laudêmio (taxa cobrada em terrenos de marinha da União) é uma receita patrimonial e não segue o mesmo regime de decadência e prescrição aplicado aos tributos, pois sua natureza não é tributária. No mais, os prazos são tratados pela Lei 9.636/1998, em seu art. 47.

QUESTÃO 71. Assinale a alternativa correta:

a) A Lei nº 9.784/1999, com base no art. 22, I, da Constituição Federal, estabelece normas gerais sobre o processo administrativo no âmbito da Administração brasileira direta e indireta, como também se aplica aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, quando no desempenho de função administrativa.

b) Nos processos administrativos, as normas jurídicas devem ser interpretadas da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, vedada aplicação retroativa de nova interpretação.

c) Segundo a legislação federal, a competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos ou titulares a que foi atribuída como própria, sendo proibido a estes delegá-la parcial ou integralmente a outros órgãos ou titulares.

d) A participação em consulta pública confere, por si, a condição de interessado do processo, mas não confere o direito de obter da Administração resposta fundamentada a todas contribuições apresentadas.

e) Diante do princípio da livre apreciação das provas, encerrada a instrução do processo administrativo, a autoridade pública escolherá as evidências que entenda pertinentes para a motivação explícita de sua decisão.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Processo Administrativo Federal.

A alternativa A está incorreta. A Lei nº 9.784/1999 não se aplica de forma genérica aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário. Os preceitos da referida lei se aplicam aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União. Vejamos: “Art. 1º, Lei nº 9.784/99. Esta Lei estabelece normas básicas sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Federal direta e indireta, visando, em especial, à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da Administração. §1º Os preceitos desta Lei também se aplicam aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, quando no desempenho de função administrativa”.

A alternativa B está correta. É a exata redação do art. 2º, parágrafo único, XIII, da Lei nº 9.784/1999. Confira-se: “Art. 2º [...] Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de: [...] XIII - interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, vedada aplicação retroativa de nova interpretação”.

A alternativa C está incorreta. A competência administrativa é irrenunciável, mas pode ser delegada nos termos dos artigos 11 e 12 da Lei nº 9.784/1999. Nesse sentido: “Art. 11. A competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos” e, ainda, “Art. 12. Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial”.

A alternativa D está incorreta. A participação em consulta pública não gera, automaticamente, a condição de interessado no processo administrativo. Entretanto, confere o direito de obter da Administração resposta fundamentada, tudo em conformidade com o §2º do art. 31 Lei nº 9.784/1999. Observe: “§2º O comparecimento à consulta pública não confere, por si, a condição de interessado do processo, mas confere o direito de obter da Administração resposta fundamentada, que poderá ser comum a todas as alegações substancialmente iguais”.

A alternativa E está incorreta. A autoridade pública deve considerar todo o conjunto probatório para fundamentar a sua decisão, salvo com relação às provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias. Assim, nos termos do art. 38, §§1º e 2º da Lei nº 9.784/1999: “§1º Os elementos probatórios deverão ser considerados na motivação do relatório e da decisão. §2º Somente poderão ser recusadas,

mediante decisão fundamentada, as provas propostas pelos interessados quando sejam ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias”.

QUESTÃO 72. Assinale a alternativa correta:

a) No âmbito da Administração Federal direta e indireta, os processos administrativos de que resultem sanções poderão ser revistos, a pedido do interessado, no prazo máximo de 5 (cinco) anos da comunicação pessoal ou da publicação da penalidade.

b) A motivação da decisão administrativa demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, ônus que não se transmite à decisão jurisdicional que eventualmente a controle, diante da independência e harmonia dos Poderes.

c) Ressalvados os casos expressamente previstos em lei, é vedado à autoridade administrativa celebrar compromisso com os interessados, em situação contenciosa, inclusive no caso de expedição de licença.

d) A decisão administrativa ou jurisdicional que decretar a invalidação de ato administrativo deverá indicar, de modo expresso, suas consequências jurídicas e administrativas e deverá ainda, quando for o caso, apontar as condições para que a regularização ocorra de modo proporcional e equânime e sem prejuízo aos interesses gerais, não se podendo impor aos sujeitos atingidos ônus ou perdas que, em função das peculiaridades do caso, sejam anormais ou excessivos.

e) Padece de nulidade absoluta a decisão administrativa que estabeleça interpretação ou orientação nova sobre norma de conteúdo indeterminado, impondo novo dever ou novo condicionamento de direito, e prevendo regime de transição para que o novo dever ou condicionamento de direito sejam integralmente aplicados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema atos administrativos.

A alternativa A está incorreta. De acordo com o art. 65 da Lei nº 9.784/1999: “Art. 65. Os processos administrativos de que resultem sanções poderão ser revistos, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada”.

A alternativa B está incorreta. A necessidade de motivação é inerente à decisão administrativa, mas decisões jurisdicionais também devem ser fundamentadas, nos moldes do art. 93, IX, da Constituição Federal. Senão, vejamos: “IX todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação”.

A alternativa C está incorreta. O art. 26 Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) autoriza a celebração de compromissos administrativos entre autoridade administrativa e interessados. Nesse sentido:

“Art. 26. Para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público, inclusive no caso de expedição de licença, a autoridade administrativa poderá, após oitiva do órgão jurídico e, quando for o caso, após realização de consulta pública, e presentes razões de relevante interesse geral, celebrar compromisso com os interessados, observada a legislação aplicável, o qual só produzirá efeitos a partir de sua publicação oficial”.

A alternativa D está correta. É a expressa redação do art. 21 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB): “Art. 21. A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expresso suas consequências jurídicas e administrativas. Parágrafo único. A decisão a que se refere o caput deste artigo deverá, quando for o caso, indicar as condições para que a regularização ocorra de modo proporcional e equânime e sem prejuízo aos interesses gerais, não se podendo impor aos sujeitos atingidos ônus ou perdas que, em função das peculiaridades do caso, sejam anormais ou excessivos”.

A alternativa E está incorreta. Nesse caso, a decisão administrativa é válida e não padece de nulidade, pois atende ao disposto no art. 23 da LINDB: “Art. 23. A decisão administrativa, controladora ou judicial que estabelecer interpretação ou orientação nova sobre norma de conteúdo indeterminado, impondo novo dever ou novo condicionamento de direito, deverá prever regime de transição quando indispensável para que o novo dever ou condicionamento de direito seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais”.

QUESTÃO 73. Assinale a alternativa correta:

a) O direito de acesso à informação deve ser executado em conformidade com as seguintes diretrizes, dentre outras: observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção; desenvolvimento do controle social da administração pública e utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação.

b) É facultado aos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

c) Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente, a especificação da informação requerida e os motivos determinantes da solicitação.

d) O direito de acesso à informação é a faculdade de obter informação custodiada pelo Poder Público, pelos meios e nos modos em que a informação esteja mantida.

e) O direito de acesso à informação sobre projetos públicos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos é amplo e irrestrito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata da Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação.

A alternativa A está correta. Está de acordo com as diretrizes da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), previstas em seu art. 3º. Vejamos: “Art. 3º Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes: I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção; [...] III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação; [...] V - desenvolvimento do controle social da administração pública”.

A alternativa B está incorreta. A divulgação das informações tratadas na alternativa é um dever e não uma faculdade, nos termos do art. 8º da Lei nº 12.527/2011. Assim: “Art. 8º É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas”.

A alternativa C está incorreta. A motivação do pedido não é obrigatória para acesso à informação. Nos termos do art. 10, caput e §3º da Lei nº 12.527/2011: “Art. 10. Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos no art. 1º desta Lei, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida. [...] § 3º São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público”.

A alternativa D está incorreta. Trata-se de um dever e não de uma faculdade. Vejamos: “Art. 5º É dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão”.

A alternativa E está incorreta. Projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado têm proteção especial e não estão submetidos ao acesso à informação. Vejamos: “Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter: [...] § 1º O acesso à informação previsto no caput não compreende as informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”.

QUESTÃO 74. Assinale a alternativa correta:

a) No âmbito da Administração Federal, a natureza especial conferida à agência reguladora é caracterizada pela ausência de tutela ou de subordinação hierárquica e, assim sendo, pela desnecessidade de autorização ministerial específica para a realização de concursos públicos, ou para o provimento dos cargos relativos ao seu quadro de pessoal autorizados em lei.

b) Previamente à tomada de decisão sobre as minutas e as propostas de alteração de atos normativos de interesse geral dos agentes econômicos, consumidores ou usuários dos serviços prestados, conforme deliberação pelo conselho diretor ou pela diretoria colegiada, mediante motivação específica, é facultada às agências reguladoras federais a possibilidade de realização de consulta pública.

c) No âmbito das agências reguladoras federais, a adoção e as propostas de alteração de atos normativos de interesse geral dos agentes econômicos, consumidores ou usuários dos serviços prestados serão precedidas, nos termos da regulamentação específica, da realização de Análise de Impacto Regulatório (AIR), que conterà informações e dados sobre os possíveis efeitos do ato normativo.

d) Conforme deliberação pelo conselho diretor ou pela diretoria colegiada, mediante motivação específica, é facultado a cada agência reguladora federal editar a chamada agenda regulatória, para explicitar o conjunto dos temas a serem regulamentados pela agência durante sua vigência.

e) Na elaboração da Análise de Impacto Regulatório (AIR) não devem ser adotadas metodologias que afirmam o custo benefício e os riscos da norma administrativa cogitada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata das Agências Reguladoras.

A alternativa A está incorreta. As agências reguladoras dependem de autorização do Poder Executivo para a realização de concursos públicos e para o provimento dos cargos relativos ao seu quadro de pessoal, segundo o art. 3º, §2º, inciso I, alíneas “a” e “b” da Lei nº 13.848/2019. Vejamos: “Art. 3º A natureza especial conferida à agência reguladora é caracterizada pela ausência de tutela ou de subordinação hierárquica, pela autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira e pela investidura a termo de seus dirigentes e estabilidade durante os mandatos, bem como pelas demais disposições constantes desta Lei ou de leis específicas voltadas à sua implementação. [...] §2º A autonomia administrativa da agência reguladora é caracterizada pelas seguintes competências: I - solicitar diretamente ao Ministério da Economia: a) autorização para a realização de concursos públicos; b) provimento dos cargos autorizados em lei para seu quadro de pessoal, observada a disponibilidade orçamentária”.

A alternativa B está incorreta. Trata-se de um dever e não de uma prerrogativa, conforme art. 9º da Lei nº 13.848/2019. Observe: “Art. 9º Serão objeto de consulta pública, previamente à tomada de decisão pelo conselho diretor ou pela diretoria colegiada, as minutas e as propostas de alteração de atos normativos de interesse geral dos agentes econômicos, consumidores ou usuários dos serviços prestados”.

A alternativa C está correta. É o exato teor do art. 6º da Lei nº 13.848/2019: “Art. 6º A adoção e as propostas de alteração de atos normativos de interesse geral dos agentes econômicos, consumidores ou usuários dos serviços prestados serão, nos termos de regulamento, precedidas da realização de Análise de Impacto Regulatório (AIR), que conterá informações e dados sobre os possíveis efeitos do ato normativo”.

A alternativa D está incorreta. Conforme o art. 21 da Lei nº 13.848/2019: “Art. 21. A agência reguladora implementará, no respectivo âmbito de atuação, a agenda regulatória, instrumento de planejamento da atividade normativa que conterá o conjunto dos temas prioritários a serem regulamentados pela agência durante sua vigência. § 1º A agenda regulatória deverá ser alinhada com os objetivos do plano estratégico e integrará o plano de gestão anual. § 2º A agenda regulatória será aprovada pelo conselho diretor ou pela diretoria colegiada e será disponibilizada na sede da agência e no respectivo sítio na internet”.

A alternativa E está incorreta. A AIR inclui análise de custo-benefício e dos riscos. Assim: “Art. 6º [...] § 1º Regulamento disporá sobre o conteúdo e a metodologia da AIR, sobre os quesitos mínimos a serem objeto de exame, bem como sobre os casos em que será obrigatória sua realização e aqueles em que poderá ser dispensada. § 2º O regimento interno de cada agência disporá sobre a operacionalização da AIR em seu âmbito. § 3º O conselho diretor ou a diretoria colegiada manifestar-se-á, em relação ao relatório de AIR, sobre a adequação da proposta de ato normativo aos objetivos pretendidos, indicando se os impactos estimados recomendam sua adoção, e, quando for o caso, quais os complementos necessários”.

QUESTÃO 75. Assinale a alternativa correta:

- a) Segundo a legislação federal, coaduna-se com a livre iniciativa a regulação de mercado que, de modo amplo, crie requisitos, impeça a adoção de tecnologias, processos ou modelos de negócios, aumente custos de transação, ainda que restrinja a concorrência em certa medida.
- b) As empresas públicas e as sociedades de economia mista constituídas por um determinado ente da federação poderão realizar contrato de programa com outro ente da federação, no âmbito da gestão associada ou interfederativa de quaisquer serviços públicos, sempre que previsto em contrato de consórcio público ou convênio de cooperação.
- c) Segundo a legislação federal, o silêncio da autoridade competente importará na aprovação tácita das solicitações de atos públicos de liberação da atividade econômica, sem exceções, desde que excedido o prazo legal fixado para a decisão administrativa e apresentados pelo particular todos os elementos necessários à instrução e decisão do processo.
- d) Empresa pública prestadora de serviço público e dependente é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, cujos bens são impenhoráveis e que desfruta de imunidade tributária, em semelhança ao que ocorre nas autarquias.
- e) Segundo a legislação federal, interpretam-se em favor da liberdade econômica, da boa-fé e do respeito aos contratos, aos investimentos e à propriedade todas as normas de ordenação pública sobre atividades econômicas privadas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata da Lei nº 13.874/2019 (Lei da Liberdade Econômica), da Lei dos Consórcios Públicos (Lei nº 11.107/2005) e da Lei nº 13.303/2016 (Estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias).

A alternativa A está incorreta. De acordo com a Lei nº 13.874/2019 (Lei da Liberdade Econômica), em especial o art. 4º, a livre iniciativa é protegida, e normas de regulação de mercado devem priorizar a liberdade econômica e a redução de custos de transação, buscando evitar restrições desnecessárias à inovação ou à concorrência. Criar requisitos ou restrições amplas que prejudiquem essas finalidades vai contra o espírito da lei. Vejamos: “Art. 4º É dever da administração pública e das demais entidades que se vinculam a esta Lei, no exercício de regulamentação de norma pública pertencente à legislação sobre a qual esta Lei versa, exceto se em estrito cumprimento a previsão explícita em lei, evitar o abuso do poder regulatório de maneira a, indevidamente: [...] IV - redigir enunciados que impeçam ou retardem a inovação e a adoção de novas tecnologias, processos ou modelos de negócios, ressalvadas as situações consideradas em regulamento como de alto risco; V - aumentar os custos de transação sem demonstração de benefícios”.

A alternativa B está incorreta. De acordo com o art. 13, caput e §5º da Lei nº 11.107/2005 (Lei dos Consórcios Públicos), as empresas públicas e sociedades de economia mista podem firmar contratos de programa com outros entes federados para gestão associada de serviços públicos, desde que haja previsão em contrato de consórcio público ou convênio de cooperação. Assim: “Art. 13. Deverão ser constituídas e reguladas por contrato de programa, como condição de sua validade, as obrigações que um ente da Federação constituir

para com outro ente da Federação ou para com consórcio público no âmbito de gestão associada em que haja a prestação de serviços públicos ou a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários à continuidade dos serviços transferidos. [...] § 5º Mediante previsão do contrato de consórcio público, ou de convênio de cooperação, o contrato de programa poderá ser celebrado por entidades de direito público ou privado que integrem a administração indireta de qualquer dos entes da Federação consorciados ou conveniados”.

A alternativa C está incorreta. Embora a Lei nº 13.874/2019, no art. 3º, inciso IX, preveja a aprovação tácita de atos públicos de liberação da atividade econômica em caso de silêncio administrativo, essa regra não se aplica de forma irrestrita. Existem exceções expressamente previstas em lei. Nesse sentido: “Art. 3º [...] IX - ter a garantia de que, nas solicitações de atos públicos de liberação da atividade econômica que se sujeitam ao disposto nesta Lei, apresentados todos os elementos necessários à instrução do processo, o particular será cientificado expressa e imediatamente do prazo máximo estipulado para a análise de seu pedido e de que, transcorrido o prazo fixado, o silêncio da autoridade competente importará aprovação tácita para todos os efeitos, ressalvadas as hipóteses expressamente vedadas em lei”.

A alternativa D está incorreta. As empresas públicas são definidas, por lei, como entidades de direito privado. Nestes termos: “Art. 3º, Lei nº 13.303/2016. Empresa pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios”.

A alternativa E está correta. É a expressa redação do art. 1º, §2º da Lei nº 13.874/2019: “§ 2º Interpretam-se em favor da liberdade econômica, da boa-fé e do respeito aos contratos, aos investimentos e à propriedade todas as normas de ordenação pública sobre atividades econômicas privadas”.

QUESTÃO 76. Assinale a alternativa correta:

a) Para os fins da Lei nº 13.019/2014, considera-se organização da sociedade civil a entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva.

b) No contexto da Lei nº 13.019/2014, acordo de cooperação é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros.

c) No contexto da Lei nº 13.019/2014, comissão de monitoramento e avaliação é o órgão criado pelo poder público para atuar como instância consultiva, na respectiva área de atuação, na formulação, implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas.

d) Para a realização de parcerias com organizações da sociedade civil o administrador público realizará prévia licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

e) O Procedimento de Manifestação de Interesse Social é o instrumento por meio do qual as organizações da sociedade civil poderão apresentar propostas ao poder público nos casos de dispensa de licitação estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata da Lei nº 13.019/2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação.

A alternativa A está correta. É a exata redação do art. 2º, inciso I, alínea “a” da Lei nº 13.019/2014. Vejamos: “Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se: I - organização da sociedade civil: a) entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva”.

A alternativa B está incorreta. Os acordos de cooperação não envolvem a transferência de recursos financeiros, conforme art. 2º, inciso VIII-A da Lei nº 13.019/2014. Assim: “VIII-A - acordo de cooperação: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros”.

A alternativa C está incorreta. A alternativa trouxe o conceito de conselho de política pública, previsto no art. 2º, inciso IX da Lei nº 13.019/14, segundo o qual “IX - conselho de política pública: órgão criado pelo poder público para atuar como instância consultiva, na respectiva área de atuação, na formulação, implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas”. A comissão de monitoramento e avaliação, tratada no inciso XI do mesmo artigo de lei, é “órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar as parcerias celebradas com organizações da sociedade civil mediante termo de colaboração ou termo de fomento, constituído por ato publicado em meio oficial de comunicação, assegurada a participação de pelo menos um servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública”.

A alternativa D está incorreta. A parceria com organizações da sociedade civil não exige, em regra, licitação, mas sim um chamamento público, conforme o art. 24 da Lei nº 13.019/2014. Nesse sentido: “Art. 24. Exceto nas hipóteses previstas nesta Lei, a celebração de termo de colaboração ou de fomento será precedida de chamamento público voltado a selecionar organizações da sociedade civil que tornem mais eficaz a execução do objeto”.

A alternativa E está incorreta. O objetivo do Procedimento de Manifestação de Interesse Social é, segundo o art. 18 da Lei nº 13.019/14, a avaliação da possibilidade de realização de um chamamento público para a celebração de parceria e não para avaliar casos de dispensa de licitação, como aponta a alternativa. Vejamos: “Art. 18. É instituído o Procedimento de Manifestação de Interesse Social como instrumento por meio do

qual as organizações da sociedade civil, movimentos sociais e cidadãos poderão apresentar propostas ao poder público para que este avalie a possibilidade de realização de um chamamento público objetivando a celebração de parceria”.

QUESTÃO 77. Assinale a alternativa correta:

a) Depende de concessão de serviço público, mediante licitação, a delegação do transporte de cargas e passageiros, pelos meios rodoviário, ferroviário e aquaviário.

b) A tarifa do serviço público concedido será fixada por lei de iniciativa do poder executivo que estabelecerá os critérios de reajuste e de revisão tarifárias.

c) É necessária a realização de licitação prévia para transferência da concessão ou do controle societário de concessionária de serviços.

d) Em havendo alteração unilateral do contrato que afete o seu inicial equilíbrio econômico-financeiro, o poder concedente deverá restabelecê-lo, concomitantemente à alteração.

e) Incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, permitida a contratação com terceiros para o desenvolvimento de atividades acessórias ou complementares ao serviço concedido, bem como para a implementação de projetos associados, mas vedada a contratação de terceiros para atividades inerentes ao objeto concedido.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema serviços públicos.

A alternativa A está incorreta. A delegação do transporte de cargas e passageiros, pelos meios rodoviário e aquaviário independe de concessão, nos termos do art. 2º, §§ 2º e 3º da Lei nº 9.074/95. Vejamos: “Art. 2º [...] § 2º Independe de concessão, permissão ou autorização o transporte de cargas pelos meios rodoviário e aquaviário. § 3º Independe de concessão ou permissão o transporte: I - aquaviário, de passageiros, que não seja realizado entre portos organizados; II - rodoviário e aquaviário de pessoas, realizado por operadoras de turismo no exercício dessa atividade; III - de pessoas, em caráter privativo de organizações públicas ou privadas, ainda que em forma regular”.

A alternativa B está incorreta. A fixação da tarifa de serviços públicos não é feita por lei de iniciativa do Poder Executivo, mas sim definida conforme o teor do art. 9º da Lei nº 8.987/1995, segundo o qual “Art. 9º A tarifa do serviço público concedido será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação e preservada pelas regras de revisão previstas nesta Lei, no edital e no contrato”.

A alternativa C está incorreta. Segundo o art. 27 da Lei nº 8.987/1995, a transferência da concessão ou do controle societário da concessionária depende de prévia anuência do poder concedente e não de licitação prévia. Observe: “Art. 27. A transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão”.

A alternativa D está correta. É o exposto teor do §4º, artigo 9º da Lei nº 8.987/1995: “ § 4º Em havendo alteração unilateral do contrato que afete o seu inicial equilíbrio econômico-financeiro, o poder concedente deverá restabelecê-lo, concomitantemente à alteração”.

A alternativa E está incorreta. Não é vedada a contratação de terceiros para atividades inerentes ao objeto concedido, nos moldes do art. 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995. Nestes termos: “Art. 25. Incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenua essa responsabilidade. § 1º Sem prejuízo da responsabilidade a que se refere este artigo, a concessionária poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, bem como a implementação de projetos associados”.

QUESTÃO 78. Assinale a alternativa correta:

a) A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), no cumprimento das diretrizes gerais para o transporte terrestre, poderá celebrar contratos de concessão de serviços públicos para a exploração de infraestrutura rodoviária; para a prestação de serviços de transporte terrestre coletivo de passageiros desvinculados da exploração da infraestrutura rodoviária e, finalmente, para a prestação eventual, sem cobrança de tarifa, de serviços de transporte coletivo de passageiros.

b) Segundo a legislação federal, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) não pode proibir que empresas estrangeiras sem sede no país celebrem contratos de concessão de serviços públicos que lhes facultem a produção, industrialização e exploração comercial de gás natural.

c) A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), sempre que necessário, deve elaborar os editais e promover as licitações para a concessão de serviços públicos de produção de petróleo, compreendidas as atividades de refinação, liquefação, regaseificação, carregamento, processamento, tratamento, transporte, estocagem e acondicionamento.

d) Defeso o monitoramento da evolução dos preços de medicamentos, equipamentos, componentes, insumos e serviços de saúde, à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) compete promover a proteção da saúde da população, por intermédio do controle sanitário da produção e da comercialização de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária.

e) A legislação federal admite a exploração de serviço público de telecomunicações no regime privado, baseada nos princípios constitucionais da atividade econômica, a qual dependerá de prévia autorização da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Agências Reguladoras.

A alternativa A está incorreta. Conforme a Lei nº 10.233/2001: “Art. 12. Constituem diretrizes gerais do gerenciamento da infra-estrutura e da operação dos transportes aquaviário e terrestre: I – descentralizar as ações, sempre que possível, promovendo sua transferência a outras entidades públicas, mediante convênios

de delegação, ou a empresas públicas ou privadas, mediante outorgas de autorização, concessão ou permissão, conforme dispõe o inciso XII do art. 21 da Constituição Federal”; “Art. 13. Ressalvado o disposto em legislação específica, as outorgas a que se refere o inciso I do caput do art. 12 serão realizadas sob a forma de: I – concessão, quando se tratar de exploração de infra-estrutura de transporte público, precedida ou não de obra pública, e de prestação de serviços de transporte associados à exploração da infra-estrutura; [...] IV - permissão, quando se tratar de: a) prestação regular de serviços de transporte terrestre coletivo interestadual semiurbano de passageiros desvinculados da exploração da infraestrutura; [...] V - autorização, quando se tratar de: a) prestação não regular de serviços de transporte terrestre coletivo de passageiros, vedada a venda de bilhete de passagem”.

A alternativa B está incorreta. A ANP pode proibir a celebração de contratos de concessão de serviços públicos por empresas sem sede no país. Vejamos: “Art. 5º, Lei nº 9.478/97. As atividades econômicas de que trata o art. 4º desta Lei serão reguladas e fiscalizadas pela União e poderão ser exercidas, mediante concessão, autorização ou contratação sob o regime de partilha de produção, por empresas constituídas sob as leis brasileiras, com sede e administração no País”.

A alternativa C está incorreta. Nos termos do art. 8º, incisos IV e V da Lei nº 9.478/97: “Art. 8º A ANP tem como finalidade promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, do gás natural, dos combustíveis sintéticos, dos biocombustíveis e da captura e da estocagem geológica de dióxido de carbono e lhe cabe: [...] IV - elaborar os editais e promover as licitações para a concessão de exploração, desenvolvimento e produção, celebrando os contratos delas decorrentes e fiscalizando a sua execução; V - autorizar a prática das atividades de refinação, liquefação, regaseificação, carregamento, processamento, tratamento, transporte, estocagem e acondicionamento”.

A alternativa D está incorreta. De acordo com a Lei nº 9.782/1999: “Art. 6º A Agência terá por finalidade institucional promover a proteção da saúde da população, por intermédio do controle sanitário da produção e da comercialização de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária, inclusive dos ambientes, dos processos, dos insumos e das tecnologias a eles relacionados, bem como o controle de portos, aeroportos e de fronteiras” e, ainda, “Art. 7º Compete à Agência proceder à implementação e à execução do disposto nos incisos II a VII do art. 2º desta Lei, devendo: [...] XXV - monitorar a evolução dos preços de medicamentos, equipamentos, componentes, insumos e serviços de saúde [...]”.

A alternativa E está correta. A legislação permite a exploração de serviços de telecomunicações no regime privado, desde que com autorização da ANATEL, nos termos da Lei nº 9.472/1997 (Lei Geral de Telecomunicações). Vejamos: “Art. 126. A exploração de serviço de telecomunicações no regime privado será baseada nos princípios constitucionais da atividade econômica”. E, ainda, “Art. 131. A exploração de serviço no regime privado dependerá de prévia autorização da Agência, que acarretará direito de uso das radiofrequências necessárias”.

QUESTÃO 79. Assinale a alternativa correta:

a) No caso da desapropriação para fins de utilidade pública, os bens desapropriados e os direitos decorrentes da respectiva imissão na posse não poderão ser alienados a terceiros, locados, cedidos,

arrendados, outorgados em regimes de concessão de direito real de uso, de concessão comum ou de parceria público-privada.

b) Os concessionários, inclusive aqueles contratados nos termos da Lei nº 11.079/2004 (Lei de Parceria Público-Privada), permissionários, autorizatários e arrendatários poderão promover desapropriação mediante autorização expressa constante de lei ou contrato.

c) A desapropriação por utilidade pública não poderá abranger áreas contíguas aquelas estritamente necessárias ao desenvolvimento da obra ou empreendimento a que se destinem.

d) O expropriante tem o prazo de 5 (cinco) anos, a partir da decretação da desapropriação por interesse social, para efetivar a aludida desapropriação e iniciar as providências de aproveitamento do bem expropriado, sendo reduzido o referido prazo para 3 (três) anos, nos casos de reforma agrária.

e) Nos processos de desapropriação para reforma agrária, as partes podem realizar acordo administrativo ou judicial, sendo que, na hipótese de acordo administrativo o pagamento da indenização será efetuado de modo prévio e em dinheiro, enquanto no acordo judicial o pagamento será feito de forma escalonada em Títulos da Dívida Agrária (TDA), resgatáveis em parcelas anuais, iguais e sucessivas, a partir do segundo ano de sua emissão.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema desapropriação.

A alternativa A está incorreta. Os bens desapropriados para fins de utilidade pública podem, sim, ser alienados, locados ou cedidos a terceiros, desde que isso seja necessário para atender ao interesse público, conforme art. 5º, §4º do Decreto-Lei nº 3.365/1941: “§ 4º Os bens desapropriados para fins de utilidade pública e os direitos decorrentes da respectiva imissão na posse poderão ser alienados a terceiros, locados, cedidos, arrendados, outorgados em regimes de concessão de direito real de uso, de concessão comum ou de parceria público-privada e ainda transferidos como integralização de fundos de investimento ou sociedades de propósito específico”.

A alternativa B está correta. Os concessionários, permissionários, autorizatários e arrendatários podem promover desapropriação, desde que haja autorização expressa em lei ou contrato. Essa previsão consta no art. 3º do Decreto-Lei nº 3.365/1941: “Art. 3º Poderão promover a desapropriação mediante autorização expressa constante de lei ou contrato: I - os concessionários, inclusive aqueles contratados nos termos da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 (Lei de Parceria Público-Privada), permissionários, autorizatários e arrendatários”.

A alternativa C está incorreta. A desapropriação por utilidade pública pode, sim, abranger áreas contíguas às estritamente necessárias, caso essas áreas sejam essenciais ou convenientes para a execução da obra ou do empreendimento. Isso está previsto no art. 4º do Decreto-Lei nº 3.365/1941: “Art. 4º A desapropriação poderá abranger a área contígua necessária ao desenvolvimento da obra a que se destina, e as zonas que se valorizarem extraordinariamente, em consequência da realização do serviço. Em qualquer caso, a declaração de utilidade pública deverá compreendê-las, mencionando-se quais as indispensáveis à continuação da obra e as que se destinam à revenda”.

A alternativa D está incorreta. O prazo para efetivar a desapropriação por interesse social é de 2 anos, e não 5 anos, como consta na alternativa. Esse prazo está previsto no art. 3º da Lei nº 4.132/1962: “Art. 3º O expropriante tem o prazo de 2 (dois) anos, a partir da decretação da desapropriação por interesse social, para efetivar a aludida desapropriação e iniciar as providências de aproveitamento do bem expropriado”.

A alternativa E está incorreta. No caso de desapropriações para reforma agrária, a indenização não é paga em dinheiro, mas em Títulos da Dívida Agrária (TDA), resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão. O pagamento em dinheiro é reservado apenas para benfeitorias úteis e necessárias. Vejamos: “Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei. § 1º As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro”.

QUESTÃO 80. Assinale a alternativa correta:

a) Nos termos da legislação federal, o servidor ocupante de cargo em comissão ou de natureza especial não poderá ser nomeado para o exercício interino de outro cargo em comissão ou função de confiança, sem prejuízo das atribuições do que já ocupa, mesmo que optar pela remuneração de um deles durante o período da interinidade.

b) Para a legislação federal, recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado, quando invalidada a sua demissão, com ressarcimento de todas suas vantagens.

c) Nos termos da legislação federal, o servidor aposentado pode requerer o retorno (reversão) à atividade, no interesse da administração, nos casos em que: tenha se aposentado voluntariamente; se estável quando na atividade; se houver cargo vago e, desde que, a aposentadoria tenha ocorrido nos cinco anos anteriores à solicitação de retorno.

d) Para a legislação federal, os servidores públicos serão responsabilizados objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos ao patrimônio público praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.

e) Os entes da federação devem instituir, no âmbito de suas respectivas competências, regime jurídico único, de caráter estatutário, integrado por servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema agentes públicos.

A alternativa A está incorreta. De acordo com o art. 9º, parágrafo único da Lei nº 8.112/90: “ Art. 9º [...] Parágrafo único. O servidor ocupante de cargo em comissão ou de natureza especial poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, sem prejuízo das atribuições do que

atualmente ocupa, hipótese em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o período da interinidade”.

A alternativa B está incorreta. A alternativa apresentou o conceito de reintegração e não de recondução. Recondução é, nos termos do art. 29 da Lei nº 8.112/90: “Art. 29. Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de: I - inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo; II - reintegração do anterior ocupante”.

A alternativa C está correta. De acordo com o art. 25 da Lei nº 8.112/1990, a reversão é o retorno do servidor aposentado à atividade, no interesse da administração, desde que sejam atendidos os seguintes requisitos: Tenha se aposentado voluntariamente; Seja estável quando na atividade; Exista cargo vago; A aposentadoria tenha ocorrido nos cinco anos anteriores ao pedido de reversão. Vejamos: “ Art. 25. Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado: [...] II - no interesse da administração, desde que: [...] a) tenha solicitado a reversão; b) a aposentadoria tenha sido voluntária; c) estável quando na atividade; d) a aposentadoria tenha ocorrido nos cinco anos anteriores à solicitação; e) haja cargo vago.

A alternativa D está incorreta. Os servidores públicos não são responsabilizados objetivamente. Pelo contrário, a responsabilidade dos servidores públicos no âmbito administrativo e civil é subjetiva, ou seja, exige comprovação de dolo ou culpa nos atos lesivos ao patrimônio público. A responsabilidade objetiva aplica-se à Administração Pública, conforme o art. 37, § 6º, da Constituição Federal. Assim: “§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa”.

A alternativa E está incorreta. De acordo com o STF: “É constitucional — por não ter violado o devido processo legal legislativo — a revogação, pela Emenda Constitucional nº 19/1998, da redação original do art. 39 da Constituição Federal, que previa, no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, a instituição de regime jurídico único para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas” (ADI 2.135/DF).

QUESTÃO 81. No tocante às bases normativas relacionadas a litígios climáticos, obrigações e mecanismos econômicos de adaptação e mitigação, plano de adaptação climática no âmbito da política nacional de mudança do clima, diante do Acordo de Paris, assinale a alternativa correta:

a) O Poder Executivo tem o dever constitucional de fazer funcionar e alocar anualmente os recursos ao Fundo Clima para fins de mitigação das mudanças climáticas, não estando vedado seu contingenciamento, em razão dos direitos e compromissos internacionais assumidos pelo Brasil (art. 59, § 2º, da Constituição Federal), bem como do princípio constitucional da separação dos poderes (art. 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 9º, § 2º, da LRF).

b) Dentre as diretrizes dos planos de adaptação à mudança do clima, conforme a Lei nº 14.904/2024, listam-se, dentre outras, o estabelecimento de prioridades com base em setores e regiões mais vulneráveis, a partir de identificação de vulnerabilidades, o monitoramento e a avaliação das ações previstas, bem como a adoção de processos de governança inclusivos para a revisão destes planos

conforme definido pela Política Nacional de Mudança do Clima e a sinergia entre a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil.

c) O contrato de concessão florestal para produção sustentável poderá prever a transferência de titularidade de créditos de carbono do poder concedente ao concessionário, bem como o direito de comercializar certificados representativos de créditos de carbono e serviços ambientais associados, em áreas ocupadas ou utilizadas por comunidades locais, apenas durante o período de concessão.

d) A Comissão Nacional Para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal - REDD+ - instituída pelo Decreto nº 11.548/2023, será composta por diversos representantes de órgãos e entidades, dentre os quais um representante de povos indígenas, não havendo previsão, porém, de outros seguimentos de povos e comunidades tradicionais.

e) É dotada de inflexibilidade a estrutura de transparência sobre financiamentos e transferência de tecnologia aos países em desenvolvimento, para as iniciativas e ações contra mudanças climáticas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema política nacional de mudança do clima.

A alternativa A está incorreta. É vedado o contingenciamento. Conforme definido pelo STF no julgamento da ADPF 708/DF: “O Poder Executivo tem o dever constitucional de fazer funcionar e alocar anualmente os recursos do Fundo Clima, para fins de mitigação das mudanças climáticas, estando vedado seu contingenciamento, em razão do dever constitucional de tutela ao meio ambiente (CF, art. 225), de direitos e compromissos internacionais assumidos pelo Brasil (CF, art. 5º, § 2º), bem como do princípio constitucional da separação dos poderes (CF, art. 2º c/c art. 9º, § 2º, LRF).” (STF. Plenário. ADPF 708/DF, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 1º/7/2022).

A alternativa B está correta. Conforme artigo 2º, V, VI e IX, da Lei 14.904/2024: “Art. 2º São diretrizes dos planos de adaptação à mudança do clima: V - o estabelecimento de prioridades com base em setores e regiões mais vulneráveis, a partir da identificação de vulnerabilidades, por meio da elaboração de estudos de análise de riscos e vulnerabilidades climáticas; VI - a sinergia entre a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), instituída pela Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil, os planos estaduais, distrital e municipais de proteção e defesa civil e a Estratégia Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas; IX - o monitoramento e a avaliação das ações previstas, bem como a adoção de processos de governança inclusivos para a revisão dos planos de que trata esta Lei a cada 4 (quatro) anos, orientada pelo ciclo dos planos plurianuais;”.

A alternativa C está incorreta. Ficam ressalvadas as áreas ocupadas ou utilizadas por comunidades locais, conforme art. 16, §2º, da Lei 11.284/2006: “§ 2º Ressalvadas as áreas ocupadas ou utilizadas por comunidades locais, o contrato de concessão poderá prever a transferência de titularidade dos créditos de carbono do poder concedente ao concessionário, durante o período da concessão, bem como o direito de comercializar certificados representativos de créditos de carbono e serviços ambientais associados, conforme regulamento.”

A alternativa D está incorreta. Há previsão de representante de outros povos tradicionais, de acordo com art. 4º, XIII, do Decreto 11.548/2023: “Art. 4º A Comissão Nacional para REDD+ será composta por

representantes dos seguintes órgãos e entidades: XIII - um de povos e comunidades tradicionais, indicado pelo Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais;”

A alternativa E está incorreta. Há flexibilidade, conforme art. 13, itens 1 e 2, do Acordo de Paris. Vejamos: “Artigo 13: 1. A fim de construir confiança mútua e promover uma implementação eficaz, fica estabelecida uma estrutura fortalecida de transparência para ação e apoio, dotada de flexibilidade para levar em conta as diferentes capacidades das Partes e baseada na experiência coletiva. 2. A estrutura de transparência deve fornecer flexibilidade às Partes países em desenvolvimento que assim necessitem, à luz de suas capacidades, na implementação das disposições deste Artigo. As modalidades, os procedimentos e as diretrizes a que se refere o parágrafo 13 deste Artigo deverão refletir essa flexibilidade. (...)”.

QUESTÃO 82. O princípio da precaução mais amplo independe da incerteza quanto ao risco para a adoção das medidas preventivas e mitigadoras da situação de risco ambiental. Acerca desta concepção, assinale a alternativa correta:

a) Tem abrigo constitucional e está previsto na lei de Política Nacional de Segurança de Barragens, Lei nº 12.334/2010.

b) Foi previsto na Lei de Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 14.926/2024, que alterou a Lei nº 9.795/1999).

c) Encontra-se previsto na Lei da Política Nacional de Biossegurança (Lei nº 11.105/2005).

d) Está previsto na Lei de Política Nacional de Defesa Civil (Lei nº 12.608/2012).

e) Está prevista na Lei da Política Nacional de Qualidade do Ar (Lei nº 14.850/2024).

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema princípio da precaução.

A Lei de Política Nacional de Defesa Civil prevê, em seu texto, o princípio da precaução. De acordo com art. 2º, § 2º, da Lei 12.608/2012: “§ 2º A incerteza quanto ao risco de desastre não constituirá óbice para a adoção das medidas preventivas e mitigadoras da situação de risco. As demais alternativas, portanto, ficam automaticamente incorretas.”

QUESTÃO 83. A respeito da biodiversidade, assinale a alternativa correta:

a) De acordo com a Lei nº 13.123/2015, não é permitida a remessa ao exterior de amostras de patrimônio genético, sendo vedado também o acesso por pessoa natural estrangeira.

b) É possível o acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado realizado no exterior por pessoa natural estrangeira, desde que associada a instituição nacional de pesquisa científica e tecnológica.

c) A Lei nº 13.123/2015 dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético de todas as espécies vegetais, animais, microbianas ou espécies de outra natureza, mas não se aplica ao patrimônio genético humano.

d) É possível o acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado realizado no exterior, mas apenas por pessoa jurídica nacional pública.

e) Não é permitida a exploração econômica do produto acabado ou material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado produzidos fora do País.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Biodiversidade e Patrimônio Genético, com base na Lei 13.123/2015.

A alternativa A está incorreta. A Lei permite a remessa ao exterior. Conforme art. 11, II, da Lei 13.123/2015: “Art. 11. Ficam sujeitas às exigências desta Lei as seguintes atividades: II - remessa para o exterior de amostras de patrimônio genético;”.

A alternativa B está incorreta. A lei veda o acesso a pessoa natural estrangeira. Conforme art. 11, § 1º, da Lei 13.123/2015: “§ 1º É vedado o acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado por pessoa natural estrangeira.”

A alternativa C está correta. Conforme art. 2º, I, c/c art. 4º, da Lei 13.123/2015: “Art. 2º Além dos conceitos e das definições constantes da Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998, consideram-se para os fins desta Lei: I - patrimônio genético - informação de origem genética de espécies vegetais, animais, microbianas ou espécies de outra natureza, incluindo substâncias oriundas do metabolismo destes seres vivos;” e “Art. 4º Esta Lei não se aplica ao patrimônio genético humano.”

A alternativa D está incorreta. O acesso é possível por pessoa natural ou jurídica nacional, pública ou privada. Conforme art. 12, III, da Lei 13.123/2015: “Art. 12. Deverão ser cadastradas as seguintes atividades: III - acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado realizado no exterior por pessoa natural ou jurídica nacional, pública ou privada;”

A alternativa E está incorreta. É permitida a exploração econômica, conforme art. 17 da Lei 13.123/2015: “Art. 17. Os benefícios resultantes da exploração econômica de produto acabado ou de material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético de espécies encontradas em condições in situ ou ao conhecimento tradicional associado, ainda que produzido fora do País, serão repartidos, de forma justa e equitativa, sendo que no caso do produto acabado o componente do patrimônio genético ou do conhecimento tradicional associado deve ser um dos elementos principais de agregação de valor, em conformidade ao que estabelece esta Lei.”

QUESTÃO 84. Assinale a alternativa correta:

- a) As modalidades de pagamento por serviços ambientais poderão ser previamente pactuadas entre pagadores e provedores, mas o órgão gestor da PNPSA deverá estabelecer outras modalidades por atos normativos.
- b) No contexto dos direitos territoriais, os povos e comunidades tradicionais poderão ter o direito de voltar a suas terras tradicionais, ainda que persistam as causas que motivaram seus translados com reassentamento, conforme a Convenção OIT 169.
- c) Ao aplicar as disposições da Convenção OIT 169, os governos poderão consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente, de forma livre, prévia, informada e de boa fé.
- d) Nos casos de isenção da obrigação de repartição de benefícios pelas microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais, agricultores tradicionais e suas cooperativas, nos termos dos dispositivos da Lei nº 13.123/2015, os detentores do conhecimento tradicional associado à biodiversidade ficam excluídos de programas de repartição de benefícios para manutenção dos sistemas de cultivo.
- e) Segundo o STF, é constitucionalmente legítima a indissociabilidade dos direitos territoriais e do direito de existir como comunidade tradicional. Dada a íntima relação entre a posse das terras coletivas e a reprodução física e cultural das comunidades tradicionais, os direitos territoriais resultam abrangidos pelo direito fundamental à cultura (art. 215 da Constituição da República).

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata de temas diversos de Direito Ambiental, em especial sobre as comunidades tradicionais.

A alternativa A está incorreta. O órgão gestor da PNPSA poderá estabelecer outras modalidades, conforme art. 3º, §§ 1º e 2º, da Lei 14.119/2021: “Art. 3º São modalidades de pagamento por serviços ambientais, entre outras: (...) § 1º Outras modalidades de pagamento por serviços ambientais poderão ser estabelecidas por atos normativos do órgão gestor da PNPSA. § 2º As modalidades de pagamento deverão ser previamente pactuadas entre pagadores e provedores de serviços ambientais.”

A alternativa B está incorreta. A volta às terras tradicionais se dará quando deixarem de existir as causas que motivaram seu traslado e reassentamento. Conforme art. 16, ponto 3, da OIT 169: “3. Sempre que for possível, esses povos deverão ter o direito de voltar a suas terras tradicionais assim que deixarem de existir as causas que motivaram seu traslado e reassentamento.”

A alternativa C está incorreta. Não é uma faculdade dos governos, mas sim uma obrigação. Observe o uso do termo “deverão, conforme art. 6º, ponto 1, “a”, da OIT 169: “1. Ao aplicar as disposições da presente Convenção, os governos deverão: a) consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente; “

A alternativa D está incorreta. Os detentores não ficam excluídos. Conforme art. 17, §§ 5º e 6º, c/c art. 33, todos da Lei 13.123/2015: “Art. 17. (...) § 5º Ficam isentos da obrigação de repartição de benefícios, nos termos do regulamento: I - as microempresas, as empresas de pequeno porte, os microempreendedores individuais, conforme disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; e II - os agricultores tradicionais e suas cooperativas, com receita bruta anual igual ou inferior ao limite máximo estabelecido no inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. § 6º No caso de acesso ao conhecimento tradicional associado pelas pessoas previstas no § 5º, os detentores desse conhecimento serão beneficiados nos termos do art. 33.”; e “Art. 33. Fica instituído o Programa Nacional de Repartição de Benefícios - PNRB, com a finalidade de promover:”.

A alternativa E está correta. De acordo com entendimento fixado pelo STF no julgamento da ADI 5783: “(...) 3. Dada a íntima relação entre a posse das terras coletivas e a reprodução física e cultural das comunidades tradicionais, os direitos territoriais resultam abrangidos pelo direito fundamental à cultura (art. 215, CF), em particular no que diz com a proteção dos grupos participantes do processo civilizatório nacional (§ 1º). Suas diferentes formas de expressão e modos de criar, fazer e viver integram o patrimônio cultural brasileiro (art. 216, I e II, CF) e devem ser objeto de tutela legislativa, administrativa e jurisdicional efetiva e adequada. (...)”.

QUESTÃO 85. No que concerne a atividades de mineração, assinale a alternativa correta:

a) Por força do Decreto-lei nº 227/1967, conclui-se que o monitoramento dos riscos da atividade de mineração não é obrigação da empresa, sendo obrigatória a inspeção dos órgãos públicos ambientais.

b) A Lei de Segurança de Barragens (Lei nº 12.334/2010) prescreve a necessidade de classificar a atividade por categoria de risco, conforme os aspectos que possam influenciar na possibilidade de ocorrência de acidente ou desastre.

c) Para a lavra garimpeira de pequeno potencial de impacto ambiental, o STF tem permitido a dispensa ou a simplificação do processo de licenciamento ambiental para atividade de mineração a céu aberto, por norma do legislador estadual.

d) Aquele que explorar recursos minerais tem a obrigação constitucional de recuperar o meio ambiente degradado, mediante melhor solução técnica disponível pelo próprio detentor da concessão ou da permissão de lavra ou autorização de pesquisa.

e) A Lei nº 7.805/1989 estabelece que o permissionário da lavra garimpeira deve evitar o extravio das águas e promover a sua drenagem para que não causem danos a terceiros, não prevendo, porém, o dever de tratar aquelas que possam causar danos a terceiros.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Mineração.

A alternativa A está incorreta. Não há tal disposição no DL 227/1967. É sim obrigação da empresa monitorar dos riscos da atividade de mineração. Conforme item 22.4.2 da NR 22, que trata da Saúde e Segurança Ocupacional na Mineração: “22.4.2 Quando existir prestação de serviços nas atividades previstas no campo

de aplicação desta NR nas dependências da contratante ou em local previamente convencionado em contrato, além do previsto no item 1.5.8 da NR-1, deve-se observar: a) contratante e contratada devem executar ações integradas para aplicar as medidas de prevenção previstas nesta NR, visando à proteção de todos os trabalhadores expostos aos riscos ocupacionais; b) o PGR da organização contratante deve incluir as medidas de prevenção para as organizações contratadas ou referenciar os programas das contratadas; c) quando as atividades realizadas pela contratante e contratada forem executadas de forma simultânea, a contratante deve coordenar a implementação das medidas de prevenção previstas nesta NR; d) a contratante deve fornecer à contratada as informações sobre os perigos e riscos ocupacionais sob sua gestão que estejam presentes nas áreas em que a contratada desenvolverá as suas atividades e, quando aplicável, as medidas de prevenção a serem adotadas; e e) as organizações contratadas devem fornecer à contratante o inventário de riscos ocupacionais específicos de suas atividades desenvolvidas nas áreas em que prestarão o serviço.”

A alternativa B está correta. Conforme art. 2º, VIII c/c art.6º, I, c/c Art. 7º, todos da Lei 12.334/2010: “Art. 2º Para os efeitos desta Lei, são estabelecidas as seguintes definições: VIII - categoria de risco: classificação da barragem de acordo com os aspectos que possam influenciar na possibilidade de ocorrência de acidente ou desastre;”; “Art. 6º São instrumentos da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB): I - o sistema de classificação de barragens por categoria de risco e por dano potencial associado;” e “Art. 7º As barragens serão classificadas pelos agentes fiscalizadores, por categoria de risco, por dano potencial associado e pelo seu volume, com base em critérios gerais estabelecidos pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH).”

A alternativa C está incorreta. O STF não tem permitido a simplificação do processo de licenciamento ambiental para atividade de mineração a céu aberto. Como exemplo, mencione-se o julgamento da ADI 6650: “(...) 2. É formalmente inconstitucional a subversão da lógica sistêmica das normas gerais nacionais pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina ao instituir dispensa e licenciamento simplificado ambiental para atividades de lavra a céu aberto. 3. A dispensa e simplificação de licenciamento ambiental às atividades de mineração pelo legislador estadual esvaziou o procedimento de licenciamento ambiental estabelecido na legislação nacional, em ofensa ao art. 24 da Constituição da República. 4. O estabelecimento de procedimento de licenciamento ambiental estadual que torne menos eficiente a proteção do meio ambiente equilibrado quanto às atividades de mineração afronta o caput do art. 225 da Constituição da República por inobservar o princípio da prevenção. (...)”. (ADI 6650 / SC. Tribunal Pleno. Min. Rel. CARMEN LÚCIA. Julgamento: 27/04/2021. Publicação: 05/05/2021).

A alternativa D está incorreta. A recuperação deverá se dar de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, e não “pelo próprio detentor da concessão ou permissão”. Conforme art. 225, § 2º, da CF: “§ 2º Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.”

A alternativa E está incorreta. Também é dever do permissionário tratar as águas que possam ocasionar danos a terceiros. Conforme art. 9º, V, da Lei 7805/89: “Art. 9º São deveres do permissionário de lavra garimpeira: V - evitar o extravio das águas servidas, drenar e tratar as que possam ocasionar danos a terceiros;”.

QUESTÃO 86. De acordo com a Lei nº 9.433/1997, assinale a alternativa correta:

a) É objetivo da Política Nacional de Recursos Hídricos a prevenção e defesa contra enchentes e inundações de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais.

b) O sistema de informações sobre recursos hídricos pressupõe a centralização da obtenção de dados e controle de acesso por parte da União para o planejamento e elaboração de seu Plano de Recursos Hídricos.

c) A efetivação da outorga de direitos de uso de recursos hídricos contempla o princípio da participação na medida em que permite a colaboração da sociedade civil no processo decisório.

d) O Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos é composto por diversos órgãos da administração pública federal, mas a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos compete aos Executivos Estaduais e Municipais.

e) O regime de outorga de direitos de uso de recursos hídricos tem como objetivo assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água, sendo efetivado apenas por ato da autoridade competente do Poder Executivo Federal ou, por delegação, dos Estados ou do Distrito Federal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997).

A alternativa A está correta. Conforme art. 2º, III, da Lei 9.433/1997: “Art. 2º São objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos: III - a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais.”

A alternativa B está incorreta. É princípio básico para o funcionamento do Sistema de Informações a descentralização da obtenção e produção de dados e informações, bem como o acesso amplo, à toda a sociedade. Conforme art. 26 da Lei 9.433/1997: “Art. 26. São princípios básicos para o funcionamento do Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos: I - descentralização da obtenção e produção de dados e informações; II - coordenação unificada do sistema; III - acesso aos dados e informações garantidos à toda a sociedade.”

A alternativa C está incorreta. Não há menção à participação da sociedade na decisão da outorga de direitos de uso de recursos hídricos.

A alternativa D está incorreta. O Sistema de Gerenciamento inclui órgãos de todos os níveis de governo, conforme art. 33 da Lei 9.433/1997: “Art. 33. Integram o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos: I – o Conselho Nacional de Recursos Hídricos; I-A. – a Agência Nacional de Águas; II – os Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal; III – os Comitês de Bacia Hidrográfica; IV – os órgãos dos poderes públicos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais cujas competências se relacionem com a gestão de recursos hídricos; V – as Agências de Água.”

Ademais, a implementação da PNRH também compete tanto ao Executivo Federal, quanto ao Executivo dos Estados e Distrito Federal, na forma dos artigos 29 e 30 da Lei 9.433/1997: “Art. 29. Na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, compete ao Poder Executivo Federal: (...)”; e “Art. 30. Na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, cabe aos Poderes Executivos Estaduais e do Distrito Federal, na sua esfera de competência: (...)”.

A alternativa E está incorreta. Na forma do art. 14 da Lei 9.433/1997, a outorga se efetivará por ato da autoridade competente do Poder Executivo Federal, dos Estados ou do Distrito Federal. Vejamos: “Art. 14. A outorga efetivar-se-á por ato da autoridade competente do Poder Executivo Federal, dos Estados ou do Distrito Federal. § 1º O Poder Executivo Federal poderá delegar aos Estados e ao Distrito Federal competência para conceder outorga de direito de uso de recurso hídrico de domínio da União.”

QUESTÃO 87. Assinale a alternativa correta:

a) Realizando-se o casamento no Brasil, será aplicada a lei brasileira quanto aos impedimentos dirimentes e às formalidades da celebração.

b) Tendo os nubentes domicílios diversos, rege os casos de invalidade do matrimônio a lei de qualquer domicílio conjugal.

c) A obrigação resultante do contrato reputa-se constituída no lugar em que residir o proponente ou em outro local, a depender da vontade das partes.

d) A lei do domicílio do herdeiro ou legatário pode regular a capacidade para suceder.

e) Os governos estrangeiros, bem como as organizações de qualquer natureza, que eles tenham constituído, dirijam ou hajam investido de funções públicas, poderão adquirir no Brasil bens imóveis ou suscetíveis de desapropriação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. A lei brasileira será aplicada quanto aos impedimentos dirimentes e às formalidades da celebração do casamento realizado no Brasil (art. 7º, §1º, LINDB).

A alternativa B está incorreta. A invalidade do matrimônio é regida pela lei do lugar onde ele se realizou, não por qualquer domicílio conjugal (art. 7º, § 1º, LINDB).

A alternativa C está incorreta. Ainda que o contrato possa ser constituído no lugar de residência do proponente, não cabe a vontade das partes alterar a presunção legal de constituição da obrigação no lugar da residência do proponente (art. 9º, §2º da LINDB).

A alternativa D está incorreta. A capacidade para suceder é regida pela lei do domicílio da pessoa cuja sucessão se tratar, não do herdeiro ou legatário (art. 10 da LINDB). Ainda, cumpre esclarecer que, a sucessão

de bens de estrangeiros, situados no País, será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, ou de quem os represente, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do de cujus.

A alternativa E está incorreta. Conforme o art. 11, §2º da LINDB, no Brasil, governos estrangeiros e organizações públicas podem, em regra, adquirir bens imóveis ou suscetíveis de desapropriação, observada a lei interna específica e as condições impostas, não sendo uma livre prerrogativa.

QUESTÃO 88. Assinale a alternativa correta:

a) Será executada no Brasil a sentença proferida no estrangeiro, que não reúna os seguintes requisitos: a) haver sido proferida por juiz competente; b) terem sido as partes citadas ou haver-se legalmente verificado à revelia; c) ter passado em julgado e estar revestida das formalidades necessárias para a execução no lugar em que foi proferida; d) estar traduzida por intérprete autorizado; e) ter sido homologada pelo STF.

b) Será executada no Brasil a sentença proferida no estrangeiro, que reúna os seguintes requisitos: a) haver sido proferida por juiz competente; b) terem sido as partes citadas ou haver-se legalmente verificado à revelia; c) ter passado em julgado e estar revestida das formalidades necessárias para a execução no lugar em que foi proferida; d) estar traduzida por intérprete não autorizado; e) ter sido homologada pelo STF.

c) Será executada no Brasil a sentença proferida no estrangeiro, que reúna os seguintes requisitos: a) haver sido proferida por juiz competente; b) terem sido as partes citadas ou haver-se legalmente verificado à revelia; c) ter passado em julgado e estar revestida das formalidades necessárias para a execução no lugar em que foi proferida; d) estar traduzida por intérprete autorizado; e) ter sido homologada pelo STJ.

d) Será executada no Brasil a sentença proferida no estrangeiro, que reúna os seguintes requisitos: a) haver sido proferida por juiz competente; b) terem sido, ou não, as partes citadas, ou haver-se legalmente verificado à revelia; c) ter passado em julgado e estar revestida das formalidades necessárias para a execução no lugar em que foi proferida; d) estar traduzida por intérprete autorizado; e) ter sido homologada pelo STF e pelo STJ.

e) Será executada no Brasil a sentença proferida no estrangeiro, que reúna os seguintes requisitos: a) haver sido proferida por juiz competente; b) terem sido as partes citadas ou haver-se legalmente verificado à revelia; c) ter passado em julgado e estar revestida das formalidades necessárias para a execução no lugar em que foi proferida; d) estar traduzida por intérprete autorizado; e) ter sido homologada pelo STF

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa C está correta. Conforme dispõe o artigo 105, I, i da Constituição Federal, é competência do STJ homologar sentenças estrangeiras e conceder exequatur às cartas rogatórias. Nesse sentido, para que uma sentença estrangeira seja executada no Brasil, ela precisa reunir os seguintes requisitos: Haver sido proferida por juiz competente; terem sido as partes citadas ou haver-se legalmente verificado à revelia; ter passado em julgado e estar revestida das formalidades necessárias para a execução no lugar em que foi proferida;

estar traduzida por intérprete autorizado; ter sido homologada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Portanto, as demais alternativas estão incorretas, pois não estão de acordo com a legislação brasileira nos aspectos da homologação de sentenças estrangeiras pela competência do STJ e os requisitos formais que devem ser atendidos.

QUESTÃO 89. No que concerne à autoridade judicial brasileira, assinale a alternativa correta:

a) Só à autoridade judiciária brasileira compete conhecer das ações relativas a bens móveis situados no Brasil.

b) É competente a autoridade judiciária brasileira, quando for o réu domiciliado no estrangeiro, sem que aqui tiver de ser cumprida a obrigação.

c) A autoridade judiciária brasileira cumprirá, concedido o exequatur e segundo a forma estabelecida pela lei estrangeira, as diligências deprecadas por autoridade estrangeira competente, observando a lei desta, quanto ao objeto das diligências.

d) É competente a autoridade judiciária brasileira, quando não for o réu domiciliado no Brasil ou aqui não tiver de ser cumprida a obrigação.

e) É competente a autoridade judiciária brasileira, quando for o réu domiciliado no Brasil ou aqui tiver de ser cumprida a obrigação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. A autoridade judiciária brasileira não é a única que pode conhecer ações relativas a bens móveis situados no Brasil. A competência será determinada pelo domicílio do réu, conforme o artigo 46 do CPC.

A alternativa B está incorreta. A autoridade judiciária brasileira pode ser competente quando o réu está domiciliado no exterior se a obrigação deve ser cumprida no Brasil ou conforme as regras do artigo 46, § 3º do CPC.

A alternativa C está incorreta. A autoridade judiciária brasileira cumprirá, concedido o exequatur, as diligências deprecadas por autoridade estrangeira competente, mas deve observar a lei brasileira, não a lei estrangeira.

A alternativa D está incorreta. A autoridade judiciária brasileira pode ser competente mesmo que o réu não esteja domiciliado no Brasil, conforme as regras do artigo 46, § 2º e § 3º do CPC.

A alternativa E está incorreta. A autoridade judiciária brasileira é competente quando o réu está domiciliado no Brasil ou a obrigação deve ser cumprida no Brasil. Isso está consoante o artigo 46 do CPC, que estabelece que a ação será proposta no foro de domicílio do réu ou conforme as disposições dos parágrafos 1º a 4º.

QUESTÃO 90. Quanto a tratados internacionais, assinale a alternativa correta:

a) Um Estado pode invocar o fato de que seu consentimento em obrigar-se por um tratado foi expresso em violação de uma disposição de seu direito interno sobre competência para concluir tratados, a não ser que essa violação fosse manifesta e dissesse respeito a uma norma de seu direito interno de importância fundamental.

b) Um Estado não pode invocar o fato de que seu consentimento em obrigar-se por um tratado foi expresso em violação de uma disposição de seu direito interno sobre competência para concluir tratados, a não ser que essa violação fosse manifesta e dissesse respeito a uma norma de seu direito interno de importância fundamental.

c) Um Estado não pode invocar o fato de que seu consentimento em obrigar-se por um tratado foi expresso em violação de uma disposição de seu direito interno sobre competência para concluir tratados, a não ser que essa violação não fosse manifesta e não dissesse respeito a uma norma de seu direito interno de importância fundamental.

d) Um erro relativo à redação do texto de um tratado prejudicará inarredavelmente sua validade.

e) A correção do texto de um tratado já registrado não precisará ser notificada ao Secretariado das Nações Unidas

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa B está correta. Um Estado não pode invocar o fato de que seu consentimento em obrigar-se por um tratado foi expresso em violação de uma disposição de seu direito interno sobre competência para concluir tratados, salvo se essa violação foi manifesta e diz respeito a uma norma interna de importância fundamental, conforme o Artigo 46 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados. Vejamos: “1. Um Estado não pode invocar o fato de que seu consentimento em obrigar-se por um tratado foi expresso em violação de uma disposição de seu direito interno sobre competência para concluir tratados, a não ser que essa violação fosse manifesta e dissesse respeito a uma norma de seu direito interno de importância fundamental. 2. Uma violação é manifesta se for objetivamente evidente para qualquer Estado que proceda, na matéria, de conformidade com a prática normal e de boa fé.”

As demais alternativas estão incorretas. O Artigo 46 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados esclarece que a invocação da violação de direito interno para invalidar o consentimento de um Estado em um tratado só é permitida se a violação, portanto, somente a alternativa b corresponde ao disposto na Convenção.

QUESTÃO 91. A respeito da Convenção da Haia, assinale a alternativa correta:

a) As Autoridades Centrais deverão cooperar entre si e promover a colaboração entre as autoridades competentes de seus respectivos Estados a fim de assegurar a proteção das crianças e alcançar os demais objetivos da Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, concluída na Haia, em 29 de maio de 1993.

b) Se a Autoridade Central do Estado de acolhida não considerar que os solicitantes estão habilitados e aptos para adotar, a mesma preparará um relatório que contenha informações sobre a identidade, a capacidade jurídica e adequação dos solicitantes para adotar, sua situação pessoal, familiar e médica, seu meio social, seu meio profissional, suas condições habitacionais, os motivos que os animam, sua aptidão para assumir uma adoção internacional, assim como sobre as crianças de que eles estariam em condições de tomar a seu cargo.

c) Se a Autoridade Central do Estado de origem considerar que a criança é adotável, deverá verificar, baseando-se especialmente nos relatórios relativos à criança e aos futuros pais adotivos, se a colocação prevista atende ao interesse dos adultos.

d) As Autoridades Centrais manter-se-ão informadas sobre o procedimento de adoção, sobre as medidas adotadas para levá-la a efeito, assim como sobre o desenvolvimento do período probatório, independentemente de seu requerimento.

e) O reconhecimento de uma adoção não poderá ser recusado em um Estado Contratante se a adoção for manifestamente contrária à sua ordem pública, levando em consideração o interesse superior da criança.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. As Autoridades Centrais dos Estados Contratantes devem cooperar entre si e promover a colaboração entre as autoridades competentes de seus respectivos Estados para assegurar a proteção das crianças e alcançar os objetivos da Convenção (artigo 7º da Convenção de Haia).

A alternativa B está incorreta. Caso a Autoridade Central do Estado de acolhida não acreditar que os solicitantes estão habilitados para adotar, ela não seguirá com a preparação de um relatório detalhado sobre os solicitantes (artigo 15 e 16 da Convenção de Haia).

A alternativa C está incorreta. A Autoridade Central deve verificar se a colocação atende ao interesse da criança, não dos adultos (artigo 16 da Convenção de Haia).

A alternativa D está incorreta. As Autoridades Centrais devem manter-se informadas sobre o procedimento de adoção e as medidas adotadas, mas essa comunicação é baseada em suas solicitações mútuas (artigo 15 e 20 da Convenção de Haia).

A alternativa E está incorreta. O reconhecimento de uma adoção pode ser recusado por um Estado Contratante se for manifestamente contrária à sua ordem pública, mesmo considerando o interesse superior da criança (artigo 24 da Convenção de Haia).

QUESTÃO 92. Assinale a alternativa correta:

a) Será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.

b) A Corte Internacional de Justiça não possui competência consultiva.

c) Na adoção, as autoridades competentes de um Estado Contratante não tomarão providências para conservação das informações de que dispuserem relativamente à origem da criança e, em particular, a respeito da identidade de seus pais, assim como sobre o histórico médico da criança e de sua família.

d) Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

e) É anulável um tratado que, no momento de sua conclusão, conflite com uma norma imperativa de Direito Internacional geral.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. A extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião não é concedida, conforme o artigo 5º, LII da Constituição Federal.

A alternativa B está incorreta. Corte Internacional de Justiça possui competência consultiva, além da jurisdicional, conforme o artigo 65 do Estatuto da CIJ.

A alternativa C está incorreta. A adoção, as autoridades competentes de um Estado Contratante devem tomar providências para conservação das informações relativas à origem da criança (artigo 30 da Convenção de Haia).

A alternativa D está correta. Conforme o artigo 5º, LI da Constituição Federal, nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum que tenha sido praticado antes da naturalização ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

A alternativa E está incorreta. Um tratado que conflite com uma norma imperativa de Direito Internacional geral (jus cogens) é nulo ab initio, e não meramente anulável, conforme o artigo 53 da Convenção de Viena.

QUESTÃO 93. Em vista do positivismo jurídico kelseniano, assinale a alternativa correta:

a) Em sua Teoria Geral do Direito, entendendo que o cientista do Direito deveria investigá-lo mediante um método próprio ao seu estudo, Hans Kelsen concluiu que isso só seria possível se houvesse pureza metódica. Assim, separa o Direito dos fatos naturais, remetendo o estudo destes às ciências causais da natureza e retira do âmbito de apreciação da ciência jurídica a política e os aspectos valorativos do Direito.

b) Hans Kelsen distingue norma jurídica e proposição jurídica. As normas jurídicas, objeto da ciência jurídica, são ordens da conduta humana produzidas pelo órgão legislativo e a proposição jurídica é produzida pela jurisprudência do Judiciário.

c) Na confluência do Direito, Estado Moderno e ciência jurídica, podemos perceber que a teoria imperativista da norma jurídica está estreitamente vinculada à concepção legalista-estatal do Direito (isto é, com a concepção que considera o Estado como única fonte do Direito e determina a lei como a única expressão do poder normativo do Estado).

d) Hans Kelsen, em sua Teoria Pura do Direito, procura encontrar um fundamento de validade para o ordenamento jurídico reconduzível a autoridades metajurídicas, como Deus ou a natureza. Esse fundamento é o critério supremo que permite estabelecer se uma norma pertence a um ordenamento, pois é ele que fundamenta a validade do ordenamento.

e) O positivismo jurídico sustenta o princípio da coerência do ordenamento jurídico, que consiste em negar que nele possa haver lacunas. Tal princípio estaria garantido por uma norma, implícita em todo ordenamento, segundo a qual duas normas antinômicas não podem ser ambas válidas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C, mas passível de recurso, pois a alternativa A também se mostra correta**. A questão trata sobre Hans Kelsen.

A alternativa A está correta. Hans Kelsen, em sua "Teoria Pura do Direito", propôs uma abordagem que busca separar o Direito de outras disciplinas, como a política, a moral e as ciências naturais, visando a uma pureza metodológica. Para ele, o Direito deve ser estudado de forma autônoma, sem influências externas, concentrando-se exclusivamente em sua estrutura normativa. Essa separação permite que a ciência jurídica alcance objetividade e exatidão, características essenciais para uma verdadeira ciência do Direito. O examinador utilizou um artigo específico para fundamentar a questão ("A ciência jurídica, seu paradigma dogmático e a pesquisa no Direito", de Samyra Haydee Dal Farra Napolini Sanches e Adriana Silva Maillart), que traz o seguinte trecho: "Entendendo que o cientista do Direito deveria investigá-lo mediante um método próprio ao seu estudo, concluiu que isso só seria possível se houvesse pureza metódica. A obra central que resume todo o seu pensamento é a 'Teoria Pura do Direito'. Logo na primeira página KELSEN esclarece que quando 'designa a si própria como 'pura' teoria do Direito, isto significa que ela se propõe garantir um conhecimento apenas dirigido ao Direito e excluir deste conhecimento tudo quanto não pertença ao seu objeto.' Visa responder a pergunta 'o que é' e 'como é' o Direito, e não como ele deve ser. Para tanto, KELSEN submeteu a ciência do Direito a uma dupla purificação. A primeira separa o Direito dos fatos sociais, remetendo o estudo destes às ciências causais como a Sociologia. A Segunda purificação retira do âmbito de apreciação da ciência jurídica a política e os aspectos valorativos do Direito como questões morais e de justiça, destinando-as à política, à ética, e à Filosofia Jurídica". A única diferença da alternativa é a mudança de "fatos sociais" para "fatos naturais", mas que não torna errada a alternativa com base no pensamento de Kelsen. Ele propõe uma distinção clara entre o Direito e os fatos naturais, atribuindo o estudo destes últimos às ciências causais da natureza, pois o Direito deve ser compreendido como um sistema de normas que regulam a conduta humana, distinto dos fenômenos naturais que são objeto das ciências naturais. Enquanto as ciências naturais se baseiam no princípio da causalidade para explicar relações de causa e efeito, a ciência jurídica, segundo Kelsen, opera sob o princípio da imputação, que relaciona uma condição a uma

consequência normativa. Essa separação é fundamental para manter a pureza metodológica da ciência jurídica, evitando a interferência de elementos externos como a moral, a política ou as explicações causais próprias das ciências naturais. Assim, a alternativa se mostra correta.

A alternativa B está incorreta. Apresenta uma interpretação errada sobre a distinção entre norma jurídica e proposição jurídica, pois para Kelsen: a norma jurídica é o conteúdo prescritivo do Direito, ou seja, uma regra de conduta que prescreve sanções em caso de descumprimento; já a proposição jurídica é o enunciado que descreve ou interpreta uma norma jurídica, não é produzida exclusivamente pelo Judiciário, mas também pela doutrina, pelos estudiosos e até pela própria lei. Ao limitar a produção da norma jurídica ao legislativo e a da proposição jurídica ao Judiciário, a alternativa distorce o conceito de Kelsen, pois não reconhece que ambos são conceitos teóricos e não atrelados exclusivamente a órgãos específicos.

A alternativa C está correta. A alternativa relaciona o conceito de norma jurídica à teoria imperativista, que é uma perspectiva típica do positivismo jurídico clássico. Embora Kelsen, em sua Teoria Pura do Direito, não adote a visão imperativista nos moldes de Austin, a sua teoria está de fato associada a uma concepção que vincula o Direito ao Estado como fonte normativa predominante. O modelo legalista-estatal reflete a ideia de que o ordenamento jurídico é construído em um sistema hierárquico, no qual o Estado exerce um papel central como fonte primária do Direito. Esse vínculo pode ser interpretado como coerente com o positivismo jurídico kelseniano.

A alternativa D está incorreta. Completamente incompatível com a Teoria Pura do Direito, Kelsen rejeita qualquer fundamento metajurídico, como Deus, a natureza ou valores transcendentais, para justificar a validade do Direito. Para ele, a validade do ordenamento jurídico decorre da norma fundamental (*Grundnorm*), que é uma hipótese lógica e não algo baseado em elementos externos ou metafísicos. A *Grundnorm* é pressuposta como válida e serve como o fundamento último para toda a hierarquia normativa.

A alternativa E está incorreta. Incorre em dois problemas principais: o positivismo jurídico, incluindo a teoria kelseniana, não nega categoricamente a existência de lacunas no Direito, inclusive, Kelsen admite que o ordenamento jurídico pode conter lacunas, mas argumenta que elas devem ser supridas por meio de mecanismos internos, como a interpretação pelo aplicador do Direito; a afirmação de que há uma norma implícita no ordenamento garantindo que duas normas antinômicas não podem ser válidas é uma interpretação equivocada, o que Kelsen realmente propõe é que, no caso de conflitos normativos, o sistema jurídico deve conter critérios hierárquicos ou de competência para resolver essas antinomias, mas isso não implica que tais normas jamais coexistam no ordenamento.

QUESTÃO 94. Assinale a alternativa correta:

a) É atribuição das Ouvidorias receber reclamações e denúncias de qualquer interessado contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, ou contra seus serviços auxiliares, bem como aplicar as penalidades cabíveis, após o devido processo legal.

b) São penalidades estabelecidas no Código de Ética da Magistratura Nacional: advertência; censura; remoção compulsória; disponibilidade com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço; aposentadoria compulsória com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço; demissão.

c) É considerado tratamento discriminatório injustificado, pelo juiz, a audiência concedida a apenas uma das partes ou seu advogado, ainda que se assegure igual direito à parte contrária, caso solicitado, em respeito ao princípio da imparcialidade.

d) Estabelece o Código de Ética da Magistratura que o exercício da magistratura deve nortear-se pelos princípios da independência, da imparcialidade, do conhecimento e capacitação, da cortesia, da transparência, do segredo profissional, da prudência, da diligência, da integridade profissional e pessoal, da dignidade, da honra e do decoro.

e) Compete ao Conselho Nacional de Justiça, entre outros, zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências; não compete ao mesmo órgão rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de um ano.

Comentários.

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre magistratura.

A alternativa A está incorreta. As ouvidorias do Poder Judiciário têm a função de receber reclamações, denúncias, críticas e sugestões de qualquer interessado em relação a membros, órgãos do Poder Judiciário ou seus serviços auxiliares. Contudo, não possuem competência para aplicar penalidades, conforme atribuições expressas no artigo 4º Resolução 432/21 do CNJ.

A alternativa B está incorreta. As penalidades mencionadas não estão previstas no Código de Ética da Magistratura Nacional. As sanções disciplinares aplicáveis aos magistrados estão delineadas na Lei Orgânica da Magistratura Nacional (LC 35/79): “Art. 42 - São penas disciplinares: I - advertência; II - censura; III - remoção compulsória; IV - disponibilidade com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço; V - aposentadoria compulsória com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço; VI – demissão”.

A alternativa C está incorreta. Contrária ao artigo 9º, parágrafo único, do Código de Ética da Magistratura: “Parágrafo único. Não se considera tratamento discriminatório injustificado: I – a audiência concedida a apenas uma das partes ou seu advogado, contanto que se assegure igual direito à parte contrária, caso seja solicitado”.

A alternativa D está correta. Conforme artigo 1º do Código de Ética da Magistratura: “Art. 1º O exercício da magistratura exige conduta compatível com os preceitos deste Código e do Estatuto da Magistratura, norteados pelos princípios da independência, da imparcialidade, do conhecimento e capacitação, da cortesia, da transparência, do segredo profissional, da prudência, da diligência, da integridade profissional e pessoal, da dignidade, da honra e do decoro”.

A alternativa E está incorreta. Contrária ao artigo 103-B, §4º, V, da Constituição Federal: “§4º Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura: V - rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de um ano.

QUESTÃO 95. A Corte Interamericana de Direitos Humanos, além de competência contenciosa para o julgamento de casos na América, possui competência consultiva em matéria de interpretação da Convenção Interamericana de Direitos Humanos e de qualquer tratado relativo à proteção dos Direitos Humanos nos Estados americanos. Neste sentido, assinale a alternativa correta:

a) No plano contencioso, a competência da Corte se estende a qualquer Estado-membro da OEA, parte ou não da Convenção.

b) Ante a multiplicidade de instrumentos de proteção, um dos critérios de interpretação é o da primazia da norma mais favorável à vítima.

c) No plano consultivo, a competência da Corte é limitada aos Estados-partes da Convenção.

d) A respeito da competência contenciosa, os Tribunais internacionais de Direitos Humanos substituem os Tribunais internos no julgamento de violações a Direitos Humanos desde que esses sejam a eles jurisdicionados.

e) A Corte tem jurisdição para examinar casos que envolvam a denúncia de que um Estado-parte violou direito protegido pela Convenção, sendo que a denúncia pode ser feita por qualquer indivíduo e pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre o papel da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

A alternativa A está incorreta. Estados não-partes da Convenção não estão submetidos a essa jurisdição de direito contencioso. De acordo com o artigo 62 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, também conhecida como Pacto de San José da Costa Rica, os Estados podem optar por reconhecer ou não a jurisdição contenciosa da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Esse reconhecimento é, de fato, uma cláusula facultativa, que os Estados podem aceitar de maneira voluntária.

A alternativa B está correta. Consoante o princípio pro homine, quando houver conflito entre diferentes normas de direitos humanos, deve-se optar pela interpretação ou aplicação que melhor proteja os direitos da vítima.

A alternativa C está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, a competência também se estende a qualquer órgão da OEA e a Estados-membros da OEA solicitarem pareceres consultivos.

A alternativa D está incorreta. Tribunais internacionais de Direitos Humanos, como a Corte Interamericana, não substituem os tribunais internos. Eles atuam de forma subsidiária.

A alternativa E está incorreta. Apenas a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e os Estados-partes podem submeter um caso à Corte., ainda que a Corte tenha competência para examinar casos de violação de direitos protegidos pela Convenção.

QUESTÃO 96. No que diz respeito à justiciabilidade dos Direitos Humanos, assinale a alternativa correta:

a) Os Tribunais Internacionais da ex-Iugoslávia e o de Ruanda são os antecedentes do Tribunal Penal Internacional criado pelo Estatuto de Londres em 1998.

b) Com competência para julgar os crimes cometidos ao longo do nazismo, seja pelos líderes do partido, seja pelos oficiais militares, o Tribunal de Nuremberg foi regulamentado pelo Acordo de Roma.

c) O Tribunal de Nuremberg foi o ponto de partida da justicialização dos Direitos Humanos, inovando ao afirmar a responsabilidade internacional penal do indivíduo.

d) O Tribunal Penal Internacional aplica o costume internacional para a condenação criminal de indivíduos pela prática de crimes de genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e crimes de agressão.

e) O exercício da jurisdição internacional pode ser acionado mediante denúncia de um Estado-parte ou de uma ou várias vítimas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, o Tribunal Penal Internacional (TPI) foi criado pelo Estatuto de Roma em 1998, não pelo Estatuto de Londres.

A alternativa B está incorreta. O Tribunal de Nuremberg, criado após a Segunda Guerra Mundial para julgar crimes nazistas, foi regulamentado pelo Acordo de Londres (1945), não pelo Acordo de Roma.

A alternativa C está incorreta. Criado após a Segunda Guerra Mundial para julgar crimes nazistas, o Tribunal de Nuremberg foi revolucionário ao estabelecer pela primeira vez a responsabilidade penal internacional do indivíduo, marcando o início da justiciabilidade dos Direitos Humanos.

Ainda, ele julgou e condenou líderes nazistas por crimes contra a humanidade e outros horrores cometidos durante a Segunda Guerra Mundial.

A alternativa D está incorreta. O Tribunal Penal Internacional se baseia, principalmente, no Estatuto de Roma, um tratado formal, para condenar indivíduos por crimes de genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e agressão. Aqui podemos verificar a aplicação do princípio da legalidade no âmbito internacional.

A alternativa E está incorreta. Indivíduos, por si só, não podem apresentar queixas diretamente ao TPI. Isso porque o exercício da jurisdição do Tribunal Penal Internacional é acionado mediante denúncia de um Estado-parte, pelo Conselho de segurança das Nações Unidas, ou através da iniciativa do Procurador do TPI.

QUESTÃO 97. Em 1986, foi adotada pela ONU a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento e, a partir desse documento, o direito ao desenvolvimento se configurou como um direito humano inalienável,

passando a ser entendido como um processo global econômico, social, cultural e político. A respeito do Direito ao Desenvolvimento, assinale a alternativa correta:

a) Os direitos econômicos, sociais e culturais são considerados pontos-chave do Direito Internacional ao desenvolvimento, como assinala o primeiro dos Princípios Limburg.

b) O principal responsável, ou seja, o sujeito passivo do Direito ao Desenvolvimento é a ONU, que tem o dever de criar as condições favoráveis ao desenvolvimento supranacional e interno dos povos e dos indivíduos.

c) Com relação à regulação do Direito ao Desenvolvimento no âmbito interamericano, este não se encontra previsto na Carta Americana de Direitos Humanos.

d) Mesmo sendo signatário da Declaração de 1986, os Estados-parte podem invocar disposições de sua legislação interna para justificar a falta de cumprimento de obrigações nela estabelecidas.

e) O Brasil não é signatário do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU, de 1966.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Os Princípios de Limburg destacam a importância de direitos como pontos-chave para o desenvolvimento, sendo eles diretrizes para a implementação do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

A alternativa B está incorreta. Embora a ONU desempenhe um papel importante na promoção do desenvolvimento, os Estados são os principais responsáveis (sujeitos passivos) pela garantia do direito ao desenvolvimento de seus povos e indivíduos.

A alternativa C está incorreta. O Direito ao Desenvolvimento é mencionado na Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, e a Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA) também faz referência a esse direito.

A alternativa D está incorreta. Eles não podem justificar a falta de cumprimento com base em sua legislação interna. Os Estados signatários da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento têm a obrigação de seguir e implementar os princípios e as obrigações estabelecidos na Declaração.

A alternativa E está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, o Brasil é signatário do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais desde 1992.

QUESTÃO 98. Sobre o sistema de quotas, assinale a alternativa correta:

a) No Tema 99/STF, foi declarada a inconstitucionalidade do art. 93 da Lei nº 8.213/1991, por ausência de previsão constitucional sobre quotas em empresas privadas.

b) Segundo o previsto na Lei nº 8.213/1991, a dispensa de pessoa com deficiência ou de beneficiário reabilitado da Previdência Social ao final de contrato por prazo determinado de mais de 90 (noventa) dias e a dispensa imotivada em contrato por prazo indeterminado obrigam a contratação de outro trabalhador com deficiência ou beneficiário reabilitado da Previdência Social no prazo máximo de 60 (sessenta dias).

c) Conforme a Lei nº 8.213/1991, para a reserva de cargos será considerada a contratação direta de pessoa com deficiência, incluindo o aprendiz com deficiência de que trata a CLT.

d) A exigência de quotas, fixada no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, diz respeito apenas a pessoas com deficiência, não alcançando beneficiários reabilitados.

e) Segundo o art. 93 da Lei nº 8.213/1991, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência, em proporção progressiva conforme o número de empregados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre o sistema de quotas baseadas na Lei nº 8.213/1991.

A alternativa A está incorreta. Pelo contrário, este artigo é plenamente válido e prevê a reserva de vagas para pessoas com deficiência e beneficiários reabilitados da Previdência Social.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do art. 93, §1º da Lei nº 8.213/1991, a dispensa de pessoa com deficiência ou de beneficiário reabilitado da Previdência Social ao final de contrato por prazo determinado de mais de 90 (noventa) dias e a dispensa imotivada em contrato por prazo indeterminado somente poderão ocorrer após a contratação de outro trabalhador com deficiência ou beneficiário reabilitado da Previdência Social.

A alternativa C está incorreta. A Lei nº 8.213/1991 é aplicada para a reserva de cargos para pessoas com deficiência, mas a inclusão específica de aprendizes com deficiência conforme a CLT não é destacada como um ponto separado dentro desta lei quanto à reserva de cargos.

A alternativa D está incorreta. O Art. 93 da Lei nº 8.213/1991 engloba tanto as pessoas com deficiência quanto beneficiários reabilitados da Previdência Social.

A alternativa E está incorreta. Essa alternativa reflete o conteúdo exato do art. 93 da Lei nº 8.213/1991, que estabelece que as empresas com 100 ou mais empregados são obrigadas a preencher um percentual de 2% a 5% dos seus cargos com pessoas com deficiência, ou beneficiários reabilitados, dependendo do número total de empregados. Vejamos: “Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção: I - até 200 empregados.....2%; II - de 201 a 500.....3%; III - de 501 a

1.000.....4%; IV - de 1.001 em diante.
.....5%".

QUESTÃO 99. No plano internacional a proteção dos direitos humanos vem sendo ampliada sequencialmente, assim, em futuro breve, espera-se a efetivação dos direitos humanos pelas empresas transnacionais. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta:

a) A ONU aprovou o Tratado de Chicago (hard law), em 2023, cuidando de Normas sobre as Responsabilidades das Empresas Transnacionais e outros Empreendimentos Privados com relação aos Direitos Humanos.

b) As Normas da ONU sobre as Responsabilidades das Empresas Transnacionais e outros Empreendimentos Privado, aprovadas no Tratado de Chicago de 2023, buscavam determinar as responsabilidades imputáveis às empresas concebidas para serem obrigações voluntárias impostas pelo Direito Internacional às empresas por toda a gama de direitos humanos em sua "esfera de influência".

c) John Ruggie, professor da Universidade de Harvard, desenvolveu uma pesquisa abrangente na atuação das empresas transnacionais e outros empreendimentos privados, e tornou pública sua proposta de marco normativo para a imposição, às corporações, de responsabilidades em direitos humanos, o que ficou conhecido como Marco Ruggie, ainda sem força normativa.

d) O Marco Ruggie foi adotado como Protocolo (hard law) pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em 2023, assentando-se sobre "responsabilidades diferenciadas, mas complementares" e compreende a obrigação de o Estado proteger os direitos e a responsabilidade das empresas em respeitar os direitos humanos.

e) Levando-se em consideração a importância das empresas e principalmente das grandes corporações no cenário político econômico mundial, abrigadas pela Lex Mercatoria e protegidas pela Organização Mundial do Comércio, estas não devem receber a imposição de obrigações positivas sobre direitos humanos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, não houve aprovação de um "Tratado de Chicago" pela ONU em 2023 relacionado às normas sobre responsabilidades das empresas transnacionais.

A alternativa B está incorreta. Além de não haver um "Tratado de Chicago", as Normas da ONU sobre Responsabilidades das Empresas Transnacionais ainda não são consideradas hard law, mas sim soft law,

A alternativa C está correta. John Ruggie, de fato, desenvolveu um conjunto de princípios conhecidos como os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos ou Marco Ruggie. Estes princípios são soft law e visam orientar as empresas e governos na promoção e proteção dos direitos humanos.

A alternativa D está incorreta. O Marco é um conjunto de princípios orientadores adotados pelas Nações Unidas, mas que ainda não possuem força normativa vinculante, logo, não foi adotado como hard law.

A alternativa E está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, há um movimento crescente na comunidade internacional para responsabilizar estas empresas pelas violações aos direitos humanos. Os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU são um exemplo disso.

QUESTÃO 100 A Lei nº 13.146/2015, denominada Lei Brasileira de Inclusão (LBI) ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, surge da necessidade de atender ao prescrito na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Com relação à LBI, assinale a alternativa correta:

a) As pessoas discriminadas não podem merecer tutela jurisdicional coletiva, ainda que a discriminação alcance a honra e a dignidade de grupos que, historicamente, se sujeitam a atos discriminatórios de todos os tipos, quais sejam, os “grupos raciais, étnicos ou religiosos”.

b) Estabelece a LBI, em seu art. 3º, IV, o que constitui “barreira”, indicando as mais comuns, as mais perceptíveis, como as barreiras urbanística, as arquitetônicas, as de transporte, mas deixando de lado as chamadas barreiras atitudinais detectadas nas “atitudes ou comportamentos” que impedem ou simplesmente prejudicam a “participação social” em igualdade de condições e oportunidades.

c) Segundo o art. 75, III, da LBI, na propaganda política, debates eleitorais e pronunciamentos oficiais da Justiça Eleitoral ou de autoridades, é facultado o respeito à acessibilidade das pessoas com deficiência às informações, através da garantia do uso de recursos de subtitulação por meio de legenda oculta, janela com intérprete da Linguagem Brasileira de Sinais (LÍBRAS), e audiodescrição.

d) A Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência traz uma mudança de paradigma no que diz respeito ao conceito de pessoa com deficiência, deixando de utilizar o conceito médico até então vigente no Brasil, “para adotar um conceito ambiental, muito mais preocupado com as barreiras existentes na realidade do indivíduo do que apenas e tão somente no aspecto médico”.

e) A LBI estabelece que é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade, assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação. A LBI ainda estabelece a obrigatoriedade dos estabelecimentos educacionais, de qualquer nível e modalidade de ensino, cumprirem as incumbências estabelecidas pelo caput do art. 28 dessa lei, sendo que essa obrigatoriedade só se aplica aos estabelecimentos públicos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. A LBI garante a proteção jurisdicional coletiva para assegurar a dignidade e a igualdade de pessoas com deficiência e proteger grupos historicamente discriminados.

A alternativa B está incorreta. O art. 3º, IV, da LBI inclui barreiras atitudinais, reconhecendo atitudes e comportamentos que impedem ou prejudicam a participação social em igualdade de condições e oportunidades.

A alternativa C está incorreta. Conforme o art. 75, III, da LBI, é obrigatório, e não facultativo, o respeito à acessibilidade das pessoas com deficiência, incluindo subtítuloção, interpretação em LIBRAS e audiodescrição.

A alternativa D está correta. A Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência promove um conceito de deficiência focado em um modelo social ou ambiental, considerando as barreiras no ambiente do indivíduo, não apenas os aspectos médicos.

A alternativa E está incorreta. A LBI prevê que a obrigatoriedade de garantir os direitos educacionais se aplica a todas as instituições de ensino, públicas e privadas, sem distinção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: yasmin.ushara@estrategia.com / thiago.carvalho@estrategia.com



Instagram: [estrategiacarreirajuridica](https://www.instagram.com/estrategiacarreirajuridica) / [yasminushara](https://www.instagram.com/yasminushara)